

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização:

Neuza M. F. Guareschi | Carolina dos Reis | Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização

Neuza M. F. Guareschi
Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA
Porto Alegre
2020



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2020-2021

Presidente: Deivis Perez Bispo dos Santos

Secretária: Vanessa Louise Batista

Tesoureiro: Régis de Toledo Souza

Diretora de Comunicação: Maria Cristina Dancham Simões

Diretor de Relações Internas: Pedro Henrique Antunes da Costa

Diretora de Relações Externas: Mariana de Almeida Pinto



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY.
Esta licença permite que outros distribuam, *remixem*, adaptem ou criem obras derivadas, mesmo que para uso com fins comerciais, contanto que seja dado crédito pela criação original. Esta é a licença menos restritiva de todas as oferecidas, em termos de quais usos outras pessoas podem fazer de sua obra.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Produção de conhecimento [livro eletrônico] :
profanações do método na pesquisa / organização
Neuza M. F. Guareschi , Carolina dos Reis ,
Oriana H. Hadler. -- 1. ed. -- Florianópolis,
SC : ABRAPSO Editora, 2020.
PDF

ISBN 978-65-88473-04-7

1. Conhecimento 2. Informação 3. Metodologia 4.
Pesquisa científica 5. Psicologia I. Guareschi, Neuza
M. F. II. Reis, Carolina dos. III. Hadler, Oriana H.

20-52329

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica 001.42

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Arte da capa: Laura Schaefer. Escada, 2015.

Diagramação: Martina Hotzel

Sumário

Apresentação 06

Prefácio. Produzir cacos, cortar a pele, profanar 10

Luis Antonio dos Santos Baptista

Ato 1

1. Políticas cognitivas e a ética da diplomacia 16

Carlos Baum (in memoriam) e Cleci Maraschin

2. A pesquisa como instauração de modos de existência 41

*Tania Mara Galli Fonseca (in memoriam), Alana Albuquerque,
Erica Franceschini e Pedro Augusto Papini*

3. A Problematização como Método: pesquisar-resistir 68

Fernanda Spanier Amador, Daniel Rodrigues Fernandes e Jéssica Prudente

4. Até os leões: por uma experiência narrativa do método 90

Oriana Holsbach Hadler e Neuza Maria de Fátima Guareschi

**5. Memórias Inventadas do Endividamento:
experimentações ficcionais de si como método 111**

Anete Regina Cunha e Luis Artur Costa

Ato 2

**6. Entre o voyeur e o caminhante:
perspectivas na produção de conhecimentos e de cidades 137**

Carolina dos Reis

7. Indisciplinas e caminhos sururu na pesquisa urbana 155

Wanderson Vilton Nunes, Neuza Guareschi e Simone Hüning

8. Rolezinho como aposta metodológica, política de escrita e pesquisa ... 175

Giovana Barbieri Galeano e Andrea Cristina Coelho Scisleski

**9. Por que escrevemos cartas?
Possibilidades entre cuidar, pesquisar e escrever 193**

Bruna Moraes Battistelli e Lílilan Rodrigues da Cruz

Sobre as(os) autoras(es) 220

Apresentação

A proposta deste livro surge de uma reunião de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando tomava forma, no colegiado de professores, a ideia de organizar uma coletânea de escritas para debater a elaboração de metodologias inovadoras que passavam a caracterizar parte da produção de pesquisas no Programa. Carregado de movimentos profanatórios frente às perspectivas metodológicas comumente utilizadas no campo da Psicologia Social, o livro que emergia nesse encontro viria reconhecer a intensa produção de conhecimento pelos núcleos e grupos de estudo e pesquisa que buscam inovar com a formulação de metodologias diferenciadas. Embebidas em um processo de travessia, sob o risco de percorrerem caminhos inusitados na produção de conhecimento, essas metodologias movem-se em planos estrangeiros e buscam ousar, sem perder de vista a força conceitual e a precisão epistemológica. A profanação à qual convocam diz de um lugar que se desloca de uma experiência individual sobre um eu-pesquisador, apresentando a produção de conhecimento como um processo que procura renunciar às clausuras de métodos cartesianamente assentados e livres de desejos, revoltas, angústias.

Esse exercício de profanação da produção de conhecimento, nesse sentido, dispõe-se ao encontro com lugares de estranhamento, a arriscar-se em habitar outras experiências e a assumir uma política de pesquisa ética que ultrapassa amarras construídas e firmadas em solos analíticos estáveis. Para construir tais métodos, o processo de pesquisar e suas escrituras não fogem das urgências do presente que forçam memória. Como distorções, retomadas com vigor e sufoco, passam a inquirir do presente o seu intolerável. Nesses termos,

as metodologias aqui reunidas passam por desassossego, por registros sem folga; tornam-se combustível para o pensamento, até se transformarem em uma experiência de transbordamento, cujo modo de narrar marca um ato que abarca os desvios do pesquisar: interrupções, hesitações, respiros, pausas, cortes, sangue, respiros mais uma vez, retornos, outras interrupções e, enfim, continuidades. São caminhos metodológicos acompanhados de desvios, possíveis a partir de encontros que provocam ao limite e à transgressão o pensar.

Para Michel Foucault, em *Linguagem ao infinito*, profanar o método é apostar que nenhuma verdade se ilumine, mas que ela seja aberta em sua pretensão de tudo dizer e provocada ao jorro, ao estremecimento, ao êxtase, ao mutismo, ao gesto sem palavra e a miséria em uma linguagem desde sempre já começada. Cenas cotidianas, resistências urbanas, apelos políticos, sobrevivências de vidas que restam – tudo isso atravessa a pesquisa, transpondo limites herméticos e lineares de um suposto lugar protegido da academia. Aquilo que desde sempre já começou povoa as metodologias aqui encontradas, dessacralizando a relação com a produção de conhecimento e vulnerabilizando o pesquisar para os acontecimentos.

Walter Benjamin, no ensaio *Experiência e pobreza*, no qual denuncia o declínio da experiência do homem moderno, conta sobre a (não) experiência de se entrar em um quarto burguês na virada do século XX, onde tudo é repleto de sentido, onde não há nada a fazer, pois não há espaço em meio à completude de vestígios deixados por seu habitante. Em seu interior, é construído um forte contra o apagamento de seus rastros, transformando o quarto em um compartimento depurado de qualquer experiência. Convertido em analogia para o pesquisar seguro de si, o burguês torna-se uma lamuriosa vítima de seu próprio encastelamento. Enquanto ele continua se entupindo de vestígios e se tornando apreensivo por acúmulos de evidências, em uma urgência do que deixar como legado, ressentido e queixoso frente à finitude, as pesquisas aqui narradas abrem suas portas para o inusitado, para a linguagem do infortúnio, para fugazes instantes e também para as surpresas e riscos que impregnam as existências.

Frente a essas experimentações criadoras de práticas em pesquisa que vêm acontecendo no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, o volume *Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa* apresenta algumas dessas metodologias, sobretudo aquelas que se destacam pela articulação entre o caráter experimental e o rigor epistemológico-conceitual que as fundamentam. As escrituras aqui reunidas podem dividir-se em dois atos de profanação metodológica.

O primeiro é composto de capítulos que tratam do próprio gesto de pesquisar como campo problemático, tornando o método seu espelho a ser aberto, forçando-o a desvios e a operações do memorar ao acontecimentalizar conceitos e políticas de escritas. Em *Políticas cognitivas e a ética da diplomacia; A pesquisa como instauração de modos de existência; A problematização como método: pesquisar-resistir; Até os leões: por uma experiência narrativa do método; e Memórias inventadas do endividamento: experimentações ficcionais de si como método*, as(os) autoras(es) tomam a constituição do método como potência memorativa do pesquisar, utilizando a pesquisa não somente como espaço de invenção de mundos, mas também como criadora de singulares modos de existir entre passado, presente e futuro.

O segundo ato compõe-se de capítulos que tomam fôlego enquanto pesquisas andarilhas, que têm na cidade o lugar de pulsação do método e em perambulações urbanas a criação de pistas metodológicas que jogam com uma repartição dos tempos. Nesses trabalhos, os trajetos, vindas, retornos e afastamentos tornam-se uma experiência de enfrentamento ético-político ao oblívio das histórias majoritárias. *Entre o voyeur e o caminhante: perspectivas na produção de conhecimentos e de cidades; Indisciplinas e caminhos sururu na pesquisa urbana; Rolezinho como aposta metodológica, política de escrita e pesquisa; e Por que escrevemos cartas? Possibilidades entre cuidar, pesquisar e escrever*, ao tensionarem o cotidiano, levam o leitor a um contágio com os afetos experienciados.

Finalmente, se essas perspectivas metodológicas encontram-se atreladas à memória e ao não esquecimento, ao assumirem corpos, histórias, silêncios e gritos que tornam narrativas possíveis nos espaços

territoriais habitados, cabe terminar esta apresentação tratando de ausências que convocam à mais sutil e árdua tarefa da inovação metodológica, aquela que diz de encontros e faltas, em memória de Carlos Baum e Tania Mara Galli Fonseca. No capítulo que abre este livro, *Políticas cognitivas e a ética da diplomacia*, há a convocação para o cuidado com a produção de conhecimento quando tratamos da profanação de métodos em pesquisa. Ao nos convocar a uma postura de recusa de versões coesas do saber quando do contato com o outro, este capítulo propõe a construção de novas paisagens – onde a força dos encontros e, principalmente, a arte das distâncias impactem a prática política coletiva, onde se possa “atentar àquilo que interessa ao outro e ao mesmo tempo tornar-se sensível ao escândalo que a falta de cuidado de um coletivo com um outro pode causar.” (p. 17). Nesse modo de fazer pesquisa, profanar envolve uma ética diplomática quando, por meio do desassossego metodológico, “a diplomacia parece uma operação que permite negociar a criação de um mundo passível de ser compartilhado” (p. 36). Seguido pelo capítulo *A pesquisa como instauração de modos de existência*, as palavras de Tânia continuam ressoando ao tratar da arte das distâncias ao nos tocar sobre a duração das coisas. Fazer algo durar ou sobreviver, nesse sentido, não se coloca como eternizar ou ainda museificar vidas, mas produzir variâncias na repetição. Carlos e Tânia são potências que produziram a diferença. Provocaram rachaduras e aberturas a outras narrativas e histórias. Inscreveram em nossas existências “os impossíveis ali contidos que extrapolam o que se pode dizer de uma vida” (p. 52).

Acessando o limiar de uma passagem para o que se torna imperativo não esquecer neste mundo compartilhado, as profanações metodológicas aqui reunidas fazem, do tempo, reminiscências e, das urgências do presente, um exercício de liberdade, pois lidam de maneira surpreendente com a retomada da experiência do pesquisar: uma ligação com o presente, que se torna uma existência sempre em curso e cujo futuro não pertence à distância, mas a vidas que finitamente existem.

Prefácio

Produzir cacos, cortar a pele, profanar

Luis Antonio dos Santos Baptista

Profanar, ato arriscado, porém necessário para o pensamento quando lhe falta o ar. O sagrado, ao manter verdades intocáveis apartadas do inquieto e conflitivo reino dos homens, asfixia, imobiliza, anestesia o corpo das asperezas do mundo. Falta ar e pele quando o pensamento possui corpo. No reino celestial, os entes que o habitam são imunes às ações terrestres; sem pele, desconhecem ausências e presenças de sensações, contágios, alteridades que possam transtorná-los, que os façam recusarem ser o que são. Aos humanos, esse poder asfixia e enfraquece. Para seres desmaterializados, seria o alimento gerador da imaculada eternidade. Profanar, ato bem-vindo ao pensamento quando lhe são negados corpo, tempo e história. Neste livro, *Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa*, esta negação é radicalmente lançada.

Na academia, o sagrado possui nuances, formas, gestos a indicar a procura de verdades que reluzeriam como aura. Metodologias de pesquisa, nesta procura, indicariam caminhos para a redenção, protegeriam o pesquisador da errância conturbada do ato de pesquisar, ofertando-lhe a luz necessária para não se perder, protegendo-o do inferno dessa perdição. O método salvá-lo-ia dos descaminhos da razão. Triste cuidado imbuído nessa metodologia, pois ignoraria que, da errância, caminhos inusitados seriam encontrados, desviados, desdobrados em outras vias; evitaria constatar que a eficiência inquestionável de lemes e bússolas seria inútil, podendo ser descartada

após ser posta à prova no percurso. Exercício trabalhoso que faz do método um instrumento construído por verdades testadas permanentemente por surpresas, acidentes, acasos, acontecimentos inesperados ocorridos no caminho. Para Walter Benjamin, é preciso perder-se para conhecer uma cidade, porém, é preciso instrução, isto é, dispor de um fio condutor da verdade ainda não testada presente nos instrumentos utilizados na busca do conhecimento. O perder-se proposto por Benjamin não seria o elogio à desrazão, ao engano; o filósofo berlinense propõe uma perda singular que não paralisaria o pesquisador, pois retiraria do método a promessa do encontro do paraíso a ser alcançado. A conclusão da pesquisa não traria a paz do sagrado contida na resposta redentora. No ato do perder-se, o fim e o início de travessias dissipar-se-iam, dando lugar à potência da curiosidade, a que incita à experimentação criadora de caminhos, a qual nunca abriria mão de uma lúdica inconclusão de travessias. Amarga e cuidadosa proteção ao vetar surpresas indesejáveis, alegrias, assombros, milagres laicos no ato de pesquisar. O assombrar produzido no processo artesanal da verdade, do qual o corpo do pesquisador não sairá ileso, nem suas ferramentas de trabalho. Artesanato que requer uma atenção sensível a anúncios, falências e vitórias de promessas aos homens de carne e pele. Atenção fruto da premissa que suspeita da incondicional proteção da razão e do divino como lemes do pensamento, assim como da luminosidade sagrada do humano a substituir a morte de Deus.

Profanar é um ato perigoso quando o objeto estudado se rebela ao responder ao olhar que o observa, inquirindo a messiânica tarefa que o converteria em corpo sem carne, como o olhar que o vislumbra. Assusta quando a imobilidade do observado é recusada ao afirmar a radicalidade da empiria. Estorva quando o corpo do pesquisador treme, se desestabiliza ao constatar o fracasso da arrogância do seu olhar – tremor desencadeado pelo mundo da imanência que lhe permite ferir-se pela cortante presença da alteridade. Tensão reveladora da falência da construção do abismo entre homem e mundo,

olhar e paisagem, sujeito e objeto. Do abismo que aparta, afirmam-se fraturas ditadas pelo sagrado, onde céu e terra, humano e inumano se apresentam como dualidades incompatíveis e intransponíveis em suas diferenças. Para certas metodologias, a luz da razão habitaria o reino dos seres celestiais, luminosidade incompatível com as práticas cotidianas, com suas infinitas modulações de beleza e horror. Desprezar essa incompatibilidade seria perigoso.

O presente livro enfrenta esse perigo ao mostrar-se escrito no áspero solo onde nada se eterniza ou se estabiliza; solo dos desmanches, das criações, das destruições feitas por encontros fatais ao conhecimento desatento aos desassossegos do mundo. Metodologias são ofertadas ao leitor maculadas por contágios mundanos, em que nenhuma salvação é anunciada.

Profanações encontram-se nos ensaios sobre a ética na pesquisa, nas interlocuções com a arte e com a cidade, nas problematizações das políticas públicas, oferecendo ao leitor o escape ao reino sagrado do conhecimento desencarnado. São escritas em que o método escapa à redenção – ou define seus autores como pastores laicos ou membros de um rebanho. Oferta próxima ao legado dos artistas surrealistas do início do século XX, apontado por Walter Benjamin no ensaio *O surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia*. Segundo o filósofo berlinense, profanar seria estranhar o cotidiano e manter esse estranhamento como tarefa cotidiana, na contramão de uma iluminação do sagrado em que o mistério seria desvelado, e a essência dos homens ou dos objetos, revelada. O estranhamento propiciado por uma iluminação profana é proporcionado como método inquiridor, tanto dos limites da realidade que se apresenta ao sujeito, quanto do próprio sujeito. É o estranhar do convite à destruição criadora, das montagens e desmontagens insufladas por apelos inadiáveis a indicarem sorrateiras formas de barbárie, a asfixia do terror, assim como inusitados modos de superá-los. Operação política trabalhosa, na medida em que não se encantaria com promessas advindas do reino da ciência ou das

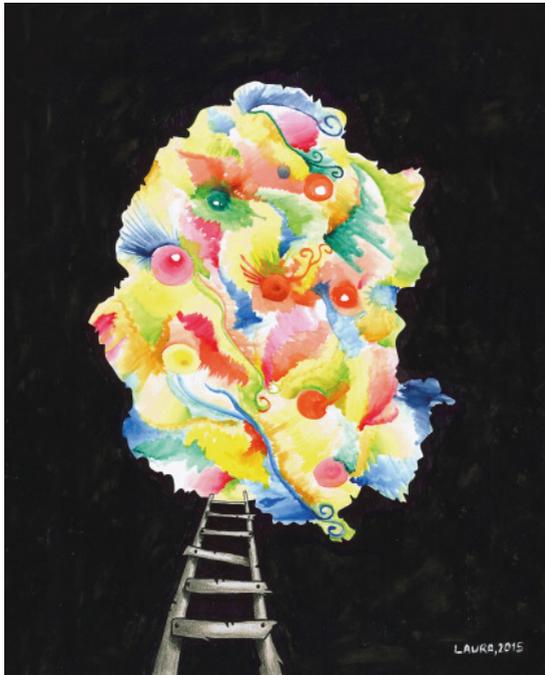
artes, no qual o conhecimento reluziria à semelhança dos entes sagrados condenados à imaculada perenidade.

Na segunda parte do *Discurso do Método*, René Descartes argumenta que o pensamento e a alma teriam como metáfora a topografia de uma cidade construída à luz da razão. Projetada por um único arquiteto, a urbe funcionaria com racionalidade. Incomodavam ao filósofo francês as misturas de estilos, as transformações ocasionadas pelo tempo na paisagem urbana. Da sua janela, segundo Descartes, a regularidade das formas arquitetônicas o fariam vislumbrar a presença da universalidade da razão. A contingência das formas, ocasionada pela história das habitações e pela sinuosidade das ruas, indicaria a falência do projeto ideal de cidade. Um único arquiteto inspirado no modelo universal impediria o ato de perder-se nas vias retas e regulares. Misturas de materiais, intervenções nas quais a estética original é usurpada, a sinuosidade da rua impedindo a previsibilidade de um corpo em movimento e a ausência de um arquiteto solitário seriam traços da falência da cidade perfeita, ou do *cogito* cartesiano. Neste livro, a urbe do filósofo francês é posta à prova. Nos diferentes ensaios, a sinuosidade do pensamento é bem-vinda, as misturas estéticas são utilizadas, assim como as formas arquitetônicas tocadas pelo tempo e pela história. A topografia cartesiana é preterida porque o projeto político desta obra aposta não na solidão do autor ou do artífice, mas no povoamento do corpo do pesquisador por coletivos díspares que insuflam a escrita, tornando-a impessoal e singular.

René Descartes observava a cidade na solidão do seu quarto, forte metáfora para a enunciação do que seja a sacralização de uma metodologia de pesquisa. O olhar apurado, a observação treinada, o corpo atento e neutro do observador reconhecerão a verdade, ou o erro, daquilo que vislumbram. Na proteção do espaço sagrado do lar – ou da academia –, o mundo é vislumbrado como peça inerte à espera do ato reflexivo mediado pela razão. Paisagens, pessoas, cenas cotidianas seriam impedidas de entrar no quarto onde residiria o solitário eu pensante. O percebido da janela ilustraria o abismo

entre o olhar e a cidade no local protegido. O vidro aparta e protege. Porém, do lado de fora, quando fracassa a luminosidade protetora da razão, ou do sagrado, algo poderá estilhaçar a vidraça, produzir cacos, fragmentos, cortar a pele, profanar. Apelos inadiáveis do mundo, assim como o infinito da beleza e do horror do cotidiano, poderão atravessar a superfície protetora como uma célere pedra. Destruído o abismo. Finda o solitário conforto. Cacos, cortes, e uma lufada de ar invade o espaço. Nos diferentes ensaios desta obra, estilhaços de vidro cintilam na escrita.

Ato 1



1

Políticas cognitivas e a ética da diplomacia

Carlos Baum

Cleci Maraschin

Este capítulo articula uma ética da diplomacia (BAUM *et al.*, 2014) com a discussão sobre políticas cognitivas (BAUM, 2017; GAVILLON, BAUM, MARASCHIN, 2017) como elementos para a produção de métodos de pesquisa, em especial, daqueles que se voltam para as discussões interdisciplinares. O campo das ciências cognitivas se oferece à discussão sobre interdisciplinaridade de forma premente, uma vez que, desde sua formação, articulou diferentes disciplinas, e, no contemporâneo, a participação das explicações neurocientíficas se ampliam, ao mesmo tempo em que carregam a tradição da discussão intercientífica desde sua origem (BAUM, 2016).

A noção de metodologia não é tomada neste texto como a delimitação de um conjunto de procedimentos. O que propomos é tratar a diplomacia como um modo de questionamento, ou o que Latour (2013) chamou recentemente de preposição – uma posição que precisa ser tomada antes que qualquer proposição possa ser colocada, assim determinando como as proposições devem ser encaradas e constituindo uma chave interpretativa na composição de um método. Não se trata de afirmar uma origem, uma fundação ou

princípio para a composição de um método; ao longo do capítulo, a função da diplomacia está mais próxima da clave musical, que, ao assinalar o tom, demarca um modo de engajamento com a partitura, sem ser capaz de determinar o que será lido. Colocar a diplomacia como tonalidade de um método significa atentar àquilo que interessa ao outro e, ao mesmo tempo, tornar-se sensível ao escândalo que a falta de cuidado de um coletivo com um outro pode causar. Como veremos a seguir, endereçar um coletivo diplomaticamente implica encontrar um método adequado para nomear aquilo que esse coletivo respeita e/ou considera importante.

Voltemos nossa discussão para o campo das ciências cognitivas, que se configuraram a partir da associação de disciplinas (compreendidas nesse contexto como distintos coletivos), entre elas, a psicologia, a inteligência artificial, a filosofia, a antropologia e as neurociências, cada uma com suas obrigações e restrições, em torno do estudo da mente. Quando examinamos os movimentos contemporâneos dessas ciências, percebemos uma grande presença e popularização das neurociências. O prefixo *neuro-* multiplica-se entre as mais variadas disciplinas, reforçando a importância e a legitimação que a associação com o conhecimento do cérebro pode trazer.

A conexão imediata que a produção de imagens do cérebro parece estabelecer entre a mente e o pesquisador conduz gradualmente a uma prevalência da pesquisa neurocientífica sobre objetos tipicamente psicológicos, o que, por sua vez, tem estimulado o debate sobre as relações – atuais e futuras – entre psicologia e neurociências. No horizonte mais radical desse debate, encontramos a possibilidade de localizar todo o conhecimento psicológico no corpo, ou melhor, no cérebro, tornando a psicologia obsoleta e desnecessária. A premissa que pauta o debate entre psicologia e neurociências nessa perspectiva é que a mente reside no cérebro e que, portanto, o investimento nas ciências neurais equivale ao esforço por encontrar as bases da “alma” em um estrato concreto, palpável e real em que se possa erigir a verdade da mente. O que essa pauta propõe é o desaparecimento das

fronteiras entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas; contudo, esse desaparecimento dá-se pela assimilação de todos os objetos das Ciências Humanas pelas Ciências Naturais. Qualquer verdade que a linguística ou a psicologia, por exemplo, poderiam produzir estaria, então, submetida às explicações das neurociências.

Encontramos no termo *Política Cognitiva* – apresentado por Kastrup (1999) ao final de *A invenção de si e do mundo* – a oportunidade de um deslocamento do interesse no funcionamento e na estrutura da cognição para as práticas concretas que a configuram e lhe dão forma. Adotamos esse termo como modo de referir e comparar agenciamentos específicos de sujeitos, técnicas, instrumentos e instituições que performam a mente. Isso significa compreender que essas diferenças contribuem para distintos modos de existência da cognição. Se assumirmos que nenhuma demarcação transcendental pode ser estabelecida e que, portanto, todos esses modos de existência são válidos, o que nos resta é a possibilidade de discutir sobre os termos dessa coexistência. Recorremos ao termo *política* para enfatizar a necessidade de uma discussão sobre como as distintas versões da cognição podem agir conjuntamente sem descartar ou ignorar umas às outras.

Destacando o modo como nossas práticas configuram nossa cognição de múltiplas formas, abordamos essa diversidade de versões para discutir e refletir sobre ela, ou seja: como relacionamos várias versões do mesmo processo cognitivo? E como podemos discutir suas diferenças? Historicamente, a pluralidade de métodos e abordagens nas ciências cognitivas produz distintas preposições: aqueles que favorecem uma proliferação de versões teóricas e empíricas e aqueles que buscam ativamente a síntese e integração de explicações. O conceito de políticas cognitivas – colocado a partir de uma preposição diplomática – leva-nos a explorar a diversidade de abordagens da cognição e, ao mesmo tempo, a evitar a integração (a unificação de múltiplas versões em uma única teoria, ou em um único quadro) e a fragmentação, que levaria o relativismo ao seu limite e assumiria

que cada ciência cognitiva é isolada e sem possibilidade de comunicação umas com as outras, deixando-nos, no final, sem capacidade de compreender e avaliar suas diferenças. Essa concepção reforça a necessidade de tornar claros o processo e os critérios de comparação, o que chamamos anteriormente de preposição, para enfatizar os fatores, os níveis de análise e as questões que chamam nossa atenção, isto é, o que nos importa ou nos interessa.

Para tal, inspiramo-nos na imagem de um interposto diplomático (*diplomatic middle-ground*), proposto por Latour (2016, 2017): durante o processo de colonização da América do Norte, os invasores perceberam que não seria possível simplesmente assimilar as poderosas nações nativas, de modo que, por mais de um século, foi necessário construir uma série de pontos de encontro diplomáticos precários. Nesses pontos, os envolvidos perceberam que tudo precisava ser renegociado, das regras mais básicas aos gestos necessários para expressar intenções pacíficas, passando pela oferta de presentes, trocas de prisioneiros e partilha da tributação. Na forma descrita pelos brancos, cada interposto era uma oportunidade para reinventar todo o conhecimento sobre o outro, já que nada poderia ser dado por certo – ao menos enquanto as forças de ambos os lados permanecessem comparáveis. Com o tempo, as nações originárias foram dizimadas, os interpostos foram ocupados, e elas tiveram que se contentar com reservas, com tornar-se o “outro”, aquele que é exótico para o “civilizado”.

Esse exemplo é pertinente por explicitar dois modos de produzir encontros com o outro: um epistemológico, e outro diplomático. No modo epistemológico, não importa o quanto você compreende melhor seu coletivo (ou disciplina) graças ao contraste com o outro, nenhuma surpresa nesse encontro pode ameaçar os princípios ou a abordagem que o levaram à mesa de negociação. Na situação diplomática, esse não é o caso; aquilo a que você se apegua, incluindo sua disciplina ou mesmo sua concepção de ciência, está em risco. Enquanto a epistemologia busca colocá-lo em um terreno firme a partir da derrota do outro, a diplomacia arrasta-o para uma areia movediça.

Dividimos este capítulo em duas partes. Na seção 2, elaboramos a analogia do interposto diplomático proposta por Latour, desdobrando as diferenças entre uma preposição epistemológica e uma preposição diplomática. Apresentamos a redução metacientífica conforme descrita por John Bickle (2008, 2012) como uma forma de compreender a posição epistemológica, em contraste com uma posição diplomática. Nas palavras de Bickle: “um reducionismo metacientífico derivado de suas práticas deve pôr fim à farta preocupação de que o reducionismo descarta ciências de nível superior.” (2012, p. 104, tradução nossa). Como veremos, Bickle supõe que é necessária uma abordagem plural da cognição, mas o objetivo final é desenvolver o menor nível de explicação possível. Mais adiante, propomos uma maneira diplomática de explorar as ciências cognitivas a partir da abordagem de políticas cognitivas por meio de três operações: 1) assumindo o termo *política* e suas implicações; 2) estendendo essa reflexão sobre outros atores, como instrumentos, sujeitos e modos de representação; e 3) trazendo outras práticas cognitivas além da psicologia, especialmente as neurociências, mediante uma relação diplomática. Por fim, com as políticas cognitivas em uma chave diplomática, queremos propor uma maneira de entender as relações em que a preocupação com múltiplos objetivos é considerada e a discussão e o confronto são mais relevantes do que consenso – o consenso em si não sendo um objetivo.

Da redução epistemológica à multiplicidade diplomática

Ao considerarmos a literatura a respeito da relação intercientífica nas ciências cognitivas, percebemos que filósofos e cientistas abordam essa questão principalmente em termos de redução de teorias de nível superior a teorias de nível inferior (FAUCHER, 2012; NAGEL, 1961). No contemporâneo, um dos principais defensores do reducionismo científico é a instância filosófica que John Bickle (2008, 2012) chama “Redução Metacientífica”. Em vez de apelar para a estrutura e/ou relação entre as teorias, Bickle defende uma filosofia “de baixo para cima”

que tenta compreender a redução como emergente da prática científica. Ele propõe que deixemos de lado os pressupostos epistemológicos ou metafísicos e voltemos nossa atenção para a maneira como a redução é concebida na prática científica real.

Assim, para entender e avaliar a redução mente-cérebro, a estratégia de Bickle é selecionar um campo de investigação “reducionista” por excelência, que os cientistas, tanto de dentro quanto de fora dessa prática específica, caracterizam como reducionista, e então comparar sua prática com a de outros campos científicos que investigam fenômenos relacionados menos “reducionistamente”. Seu exemplo paradigmático é a Cognição Molecular e Celular (CMC), um campo da neurobiologia que se concentra em estudar como processos moleculares, intracelulares e intercelulares modulam a cognição. Como Bickle (2008) aponta, o campo em si é “brutalmente reducionista”, estabelecendo relações causais entre moléculas, como proteínas responsáveis por atividades em células nervosas, e fenômenos cognitivos, como a percepção e a aquisição de memória de longo prazo. Então, o que significa redução em um campo no qual o principal objetivo é a redução da via mental para a via molecular? Quais são as práticas específicas e abordagens experimentais que distinguem a CMC de campos menos reducionistas?

Bickle descreve quatro operações existentes como um tipo de experimento ou análise de resultados na CMC que caracterizam a “redução real”: manipulação (1) positiva ou (2) negativa da causa ou mecanismo, isto é, manipulações experimentais que (1) aumentam ou (2) diminuem a probabilidade, extensão ou duração de uma causa e medem a probabilidade, a extensão ou a duração de um efeito hipotético; (3) medidas de correlação sem intervenção, ou seja, experimentos que medem a correlação de ocorrências de elemento ou mecanismo causal e efeito hipotetizados sem manipulações experimentais; (4) integração, o exame dos resultados de uma série de experimentos sobre o mecanismo e o efeito, e sobre os fenômenos relacionados a ambos, dos tipos (1),

(2) e/ou (3), para inferir as estruturas causais entre os fenômenos estudados nesses experimentos.

Ao explicitar essas operações, o autor produz um entendimento de redução que não é uma relação entre teorias, pois não requer um conjunto explícito ou completo de leis ou declarações explicativas que caracterizem a redução ou elementos reduzidos em todas as circunstâncias e contextos. “Redução real” não é uma relação lógica passo a passo entre declarações e leis, mas a operacionalização metodológica em termos de medição em protocolos de comportamento específicos para fins de experimentos controlados. Em outras palavras, ao invés de derivações lógicas ou da generalização de explicações, a prática neurocientífica “genuinamente” reducionista é uma questão de intervir de modo causal e diretamente em processos hipotéticos em níveis cada vez mais baixos de organização biológica (celular, intracelular molecular, genética molecular) e rastrear os efeitos dessas manipulações no comportamento de organismos vivos, utilizando-se de medidas preestabelecidas como indicativos do fenômeno cognitivo investigado. Nessa perspectiva, uma redução acontece quando essas manipulações produzem alterações negativas ou positivas (operações 1 e 2 acima), evidenciando a relação da molécula ou do mecanismo hipotético com comportamentos que servem como fenômenos cognitivos.

Embora Bickle insista que sua análise é puramente uma descrição assertiva de como a redução opera na prática científica, sem oferecer qualquer metafísica ou epistemologia normativa, ele cria uma imagem da ciência na qual os fenômenos psicológicos são explicados a partir do nível molecular, ignorando quaisquer níveis intermediários. Sendo assim, o autor afirma que é possível explicar todas as propriedades da percepção ou da memória em uma linguagem molecular, sem ter que explicá-las em termos de relações neuronais ou processamento de informação. Nesse quadro, todo o trabalho explicativo “real” será feito no nível molecular, e os outros níveis (cérebro, comportamento, sociedade, etc.) devem ser considerados heurísticos ou conhecimentos básicos para orientar descobertas ou explicações de nível inferior.

Uma vez que essas explicações foram encontradas, não há nada (de valor) a ser explicado por outras teorias – elas se tornaram “explicativamente inertes” (FAUCHER, 2012). As análises comportamentais só valem o esforço na medida em que proporcionam probabilidade, extensão ou duração para a correlação dos mecanismos moleculares ou para estabelecer a plausibilidade teórica de um mecanismo molecular proposto em um fenômeno psicológico. Com isso, mensurar a cognição só é útil até onde fornece indicadores para os fenômenos cognitivos investigados. A decomposição padrão e investigações de localização da neurociência cognitiva são cruciais, mas apenas como uma forma que permite saber onde no cérebro inserir as intervenções celulares e moleculares.

Bickle assegura que mesmo a mais brutal das reduções exige uma forma de pluralismo, uma multiplicidade de abordagens para ser possível, mas o que seu trabalho sugere implicitamente é que o acúmulo de conhecimento sobre a mente leva necessariamente a um consenso entre os interessados. Retomando a imagem dos interpostos diplomáticos de Latour, o que Bickle estabelece como horizonte é a colonização. Uma vez que o conhecimento neuromolecular é encontrado, ele pode retirar-se da mesa de negociação, levando consigo toda verdade possível. O autor descreve essa prática sem tomar cuidado com o coletivo com o qual está em contato, e sua versão dirige-se àquilo que chamamos no cotidiano de “público cativo” – que sabe que, se recusar-se a ser cativado, se objetar, será colocado em seu lugar e lembrado de sua ignorância.

Gostaríamos, ao contrário, de apresentarmo-nos nesse mesmo interposto por meio de outra premissa, a de sermos capazes de falar de modo adequado a respeito de algo que realmente importa para outro coletivo (LATOURE, 2016). Isso de forma que, ao colocarmos nossas questões de pesquisa, não seja suficiente saber quais são as proposições do outro, mas aprender – pelo contato e pelos modos de apresentação das proposições – quais são suas demandas, a maneira como se envolve e é atraído para a negociação. Essa, contudo, não é

uma posição neutra; o diplomata é também um emissário, de modo que representa também um coletivo. Cabe-lhe testar e questionar as propostas apresentadas, considerando suas implicações e consequências, mas ele necessita também apresentar uma versão de suas práticas que seja reconhecida por seus pares, que não coloque em risco aquilo que esses pares consideram importante e relevante (STENGER, 2016).

Não é incomum produzirmos metodologias que desconsiderem aqueles com quem precisamos dialogar para levar a cabo uma pesquisa, colocando-os à margem. Pensemos, por exemplo, na relação entre o peão de uma fazenda, que conhece as necessidades e cuida de um rebanho, e o veterinário que vai até a fazenda observar os animais “objetivamente”; ou entre a cuidadora de um paciente e o psiquiatra capaz de diagnosticá-lo; ou ainda, entre o pequeno agricultor e os engenheiros de uma agronomia cada vez mais fluida, automatizada e agrotóxica. Os primeiros constantemente têm suas práticas mal descritas ou apresentadas de modo pejorativo, sem a capacidade de negociar uma narrativa que lhes satisfaça; já os segundos muitas vezes estão inseridos em uma ciência capitalista que vê na medicalização ou no uso de agrotóxicos a verdadeira forma de responder às questões colocadas.

O que queremos propor com uma ética diplomática é o desenvolvimento de procedimentos de pesquisa que permitam “interpostos” de negociação entre diferentes coletivos, seja entre psicologia e neuropsiquiatria, cuidadores(as) e psiquiatria, ou agricultores e engenheiros; um espaço em que seja relevante ouvir as proposições de ambos os lados e suas respectivas respostas, sabendo que cada lado se apresenta e descreve suas práticas de uma forma que envolve o outro (frequentemente de modo desagradável). Quando falamos de coletivos “com forças comparáveis” como entre diferentes disciplinas científicas, é preciso superar tanto a cortesia artificial, os encontros interdisciplinares chatos e estéreis, quanto a caricatura que torna o outro um espantalho contra o qual posso lançar meus argumentos. É necessário um tipo de questionamento e atenção que considere o modo como o argumento do outro nos envolve e nos convoca (STENGER, 2016),

de forma que a tolerância não seja mais o suficiente (RAMM, BAUM, MARASCHIN, 2017), mas que a ignorância mútua também não seja possível. Uma nova paisagem para esse diálogo é necessária, uma nova *mise-en-scène* que permita que atores tradicionalmente acostumados a pisões e esbarrões aprendam a arte da reunião e um respeito às distâncias. Voltaremos a esse ponto na próxima seção.

Quando nos referimos a coletivos com grande disparidade de poder, como aqueles apontados no princípio do parágrafo anterior, é preciso cultivar uma relação que permita a recalitrância, em que nenhum dos lados, em especial o mais fraco, se satisfaça com qualquer descrição; isto diz de um movimento que busca a elucidação em conjunto e não em ser elucidado, colonizado (MORAES, 2010; TEDESCO, 2015). Nesse caso, é vital que os procedimentos de pesquisa não sirvam para indicar aos sujeitos o que fazer ou o que pensar, mas que constituam um dispositivo que permita, por meio da resistência, o reconhecimento de um erro autoritário, um atalho precipitado, uma preclusão dogmática ou uma incoerência flagrante, vindos daqueles que julgam saber. É preciso que essa recalitrância produza uma restrição (STENGER, 2010) que force aquele que fala a “desacelerar” e a não usar argumentos que envolvam um julgamento pejorativo, insultando aquele que ouve.

De acordo com Stenger (2010), uma restrição não é um limite – não estamos falando aqui que é necessário ser educado ou amável com o outro. Uma restrição é algo que nos força a pensar, a imaginar, a tentar perturbar verdades bem estabelecidas, sem necessariamente destruí-las. A restrição que se impõe aqui é a presença daquele que normalmente tomaríamos como objeto ou informantes de nossas pesquisas em uma posição de objetar à forma como lidamos com aquilo que importa para eles. Essa disposição convoca, do lado do pesquisador, a descrever o mais claramente possível sua filiação, o curso que precisa manter para continuar situado em sua pesquisa e aquilo que esse curso ora força, ora não permite, ignorar.

Ao combinarmos a recalcitrância nas relações e a restrição que nos força a considerar não apenas aquilo que importa para aquele com quem negociamos, mas também o modo como o envolvemos em nossa argumentação, queremos promover a capacidade de cogitar a multiplicidade das práticas (MOL, 2002): o que compele os praticantes e os força a pensar, o que importa para eles e que omissões isso implica. De acordo com Stengers (2016), isso requer um deslocamento – não mais direcionar questões para “eles”, os “outros”, mas para um “nós” mais inclusivo, um “nós” próximo da experiência cotidiana, a quem o devido valor é concedido. Quando não estamos presos a uma teoria, todos somos capazes de lidar com múltiplas fontes semânticas, contextuais e práticas, de acordo com as exigências de cada situação, e não nos perturbamos com a possibilidade de essas situações interessarem pessoas diferentes de modos diferentes. Ao contrário, achamos isso interessante! Torna-se parte de nossas divagações, ativa a imaginação. É com isso que podemos cultivar um conhecimento comum, tornando-nos atentos a dúvidas, paixões e medos daqueles que negociam conosco, mas, sobremaneira, compreendendo que a multiplicidade das práticas e das respostas não deriva do desconhecimento daqueles que se engajam com a pesquisa.

No restante do capítulo, discutiremos alguns elementos que compõem o que descrevemos como políticas cognitivas e como esses elementos nos ajudam a efetuar uma interpelação diplomática nas ciências da cognição. Com a introdução de uma abordagem política da cognição, não recorreremos a procedimentos que nos levem a uma verdade única e atemporal, mas procuramos questionar como as diferentes proposições científicas podem coexistir, sem a necessidade de serem convertidas em um “ponto de vista”. Nosso intuito é refletir sobre o que cada narrativa da cognição nos permite fazer ou pensar. Como cada uma delas pode levar-nos a produzir um coletivo mais interessado e preocupado?

Interesses cognitivos e políticos

Para responder essa pergunta, combinando a proposta de Kastrup, Tedesco e Passos (2008) com os autores dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, propomos uma mudança que se afasta da comparação entre teorias (funcionamento e estrutura da cognição), na direção da comparação das práticas que as produzem. Portanto, não se trata de tomar a noção de política cognitiva como uma teoria, no sentido de um conjunto sistemático de explicações ou uma estrutura lógica e consistente que conecta causas e seus efeitos. Referimo-nos à política cognitiva como uma metodologia – um fazer – que tem por objetivo as práticas que operam sobre a cognição. Também nos apropriamos do termo para descrever o modo como nos afastamos dos projetos pluralistas que estabelecem a priori os papéis que cada disciplina pode desempenhar na produção de uma ciência cognitiva homogênea (BICKLE, 2008; HUNT, 1999; VON ECKARDT, 2001). Com isso, questionamos a coexistência e a multiplicidade de formas e atores que permitem diferentes performances da cognição, não com o objetivo de eliminar controvérsias, mas investindo na possibilidade de novas composições do coletivo, isto é, buscamos operar um deslocamento de uma preposição epistemológica para uma preposição diplomática, nos termos latourianos. Como será mostrado a seguir, foram extraídas ideias de dois conceitos para operacionalizar esta preposição: Questões de Interesse (LATOUR, 2005) e Políticas (STENGERS, 2002).

A mudança de enfoque de explicações e conceitos para as práticas é análoga ao movimento proposto por Latour (2005) de questões de fato para questões de interesse. As primeiras referem-se ao engajamento para construir e validar uma correspondência entre uma afirmação e uma situação, esperando que os “fatos” se convertam para uma versão única para que qualquer discussão possa ser encerrada, semelhantemente à redução teórica discutida acima. As segundas voltam-se para

destacar as controvérsias, a diferenciação e os contrastes, propondo uma discussão das diferenças.

Os fatos estão relacionados ao reconhecimento de objetos com contornos e propriedades bem definidos, determinados por leis de causalidade, verdade, eficiência ou lucratividade, em que os responsáveis pela concepção, definição ou produção, como engenheiros, pesquisadores ou gerentes, se tornam invisíveis. A prática – seja ela científica ou técnica – permanece independente do objeto. Essa clareza dos objetos que compõem os fatos científicos eventualmente enfrenta efeitos inesperados. Esses efeitos são tratados como efeitos externos, descritos como impactos. Eles vêm de um espaço ou conjunto de elementos menos definidos, que são sempre vagamente descritos como “fatores sociais” ou “dimensões políticas”. Os fatos científicos são exteriores ao mundo social do qual fazem parte, onde resultados inesperados – ou até mesmo resultados catastróficos – são experienciados. Entretanto, essas consequências não têm efeito retroativo na definição inicial dos fatos, nos seus contornos ou em sua ontologia. Questões de fato colocam definição e catástrofes em diferentes planos de existência. Se aplicarmos as “regras” descritas por Bickle, uma vez descritos os mecanismos moleculares, o debate está encerrado. Não haverá qualquer impacto sobre a definição do mecanismo caso ocorram novas experiências, sejam elas de pesquisadores – novas medições ou diferentes teorias cognitivas – ou em sujeitos – um trauma, um contato com uma nova tecnologia. Se alguma nova teoria cognitiva for desenvolvida, deve-se levar em conta o que já foi definido no sistema molecular ou será considerada menos científica, até mesmo irrealista em certa medida, já que o espaço da cognição foi colonizado.

Quando nos voltamos para as questões de interesse, os objetos não têm mais uma essência precisa, e não há separação entre um núcleo duro e o que o rodeia. Nas palavras de Latour: “uma questão de interesse é o que acontece com uma questão de fato quando você adiciona a ela toda a sua cenografia, deslocando sua atenção do palco para toda a maquinaria de um teatro.” (2008, p. 39). De acordo

com Latour, devemos considerar a combinação de cada um desses fatos com seus líderes – sempre complicados, controversos, entrelaçados e envolvidos –, com seus laboratórios, oficinas e instrumentos. Nós temos que considerar que os responsáveis também fazem parte das definições e da existência desses objetos de interesse. Sendo assim, os resultados científicos não são precisamente uma questão de impacto, como se as declarações científicas surgissem “do nada”, provenientes de um mundo que não é delas. Esses objetos de interesse, ao contrário de fatos puros, têm numerosas conexões. Como tentáculos, essas conexões ligam os objetos de várias maneiras a outros seres tão imprecisos quanto eles mesmos; conseqüentemente, não abrangem um mundo diferente. Ao invés de simplesmente estarem lá, sempre existentes, as questões de interesse distinguem-se, movem-se em todas as direções, transbordando suas fronteiras, incluindo gradualmente novos elementos. Ao invés de estarem ali, “você gostando ou não”, elas ainda têm que estar ali, mas elas têm que ser desejadas, apreciadas, experienciadas, preparadas e postas à prova. E, o mais importante, não podemos desvincular as definições, esperadas ou não, das conseqüências que podem ser desencadeadas em longo prazo. Consideramos a performance dos objetos a fim de vincular sua ontologia e seus efeitos inesperados. A comparação entre versões permite-nos redefinir as próprias versões incluídas na comparação.

Recorremos às questões de interesse para explicar a maneira como compreendemos a comparação; propomos incluir não apenas os resultados científicos, tais como medidas comportamentais e ativação cerebral, mas também instituições, práticas sociais e performances. Ao contrário de Bickel, que também propõe olhar para as práticas científicas, embora reserve seu pluralismo para uma combinação de efeitos que permitem uma descrição de nível inferior, não restringimos nossa consideração a uma realidade objetiva fora do alcance de nossa ação, mas investimos na ideia de que a melhor maneira de decidir o que fazer é ouvir tantas sugestões e argumentos quanto possível. A partir dessas proposições, queremos considerar a possibilidade de

afirmar que os cientistas, das ciências duras ou não, ainda merecem ser ouvidos quando se trata de como organizamos nosso coletivo, mas sem considerarmos a Ciência como um espaço privilegiado que possibilita que a humanidade entre em contato direto com a realidade. Também não queremos, como sugerido pelas questões de interesse, recorrer à oposição entre fatos concretos e algo mais “suave”, instável e com valores incertos.

Podemos apreciar e utilizar as capacidades de previsão e controle de nosso ambiente, que muitas vezes são fornecidas pelas ciências, mas não precisamos pensar que tais capacidades significam nada além de uma habilidade de cumprir certos interesses que dependem de interações confiáveis ou regulares com nosso meio. Podemos permitir que um conceito ou um modelo regule o funcionamento desse meio ou nossa ação, e ainda pode valer a pena lutar por esse conceito ou modelo, mesmo estando conscientes de que esses modelos não são gerados por nada mais profundo do que circunstâncias históricas contingentes.

Optamos por tomar como ponto de partida questões de interesse ao questionarmos a relação entre prática científica e objetividade. Outra maneira possível de descrever nossa proposição é chamá-la de “atenção política” (STENGERS, 2000), uma vez que não estamos interessados em medir as práticas científicas a partir de um conjunto de categorias transcendentais, nem temos a prerrogativa, como faz Bickle, de decidir quais questões são adequadas para cada ciência. Nossa posição é similar à de um analista político – em oposição à de um epistemólogo –, no sentido de poder contar com poucas teorias e geralmente restringir seu trabalho a comentários sobre estudos especulativos ou históricos, sempre dependentes de motivações e situações historicamente emergentes. O analista político não pode reivindicar para si mesmo um interesse ou habilidade especial para definir o que é político, assim como nós não podemos reivindicar a capacidade de delimitar o que é científico ou cognitivo.

O que um cientista político tenta entender é a própria prática política do coletivo, no sentido de que ela é uma questão de todos,

ou pelo menos deveria ser. Porém, a cada momento, esse cientista político é precedido por práticas explicitamente políticas. Quando colocado em uma situação na qual vários atores lançam questões muito semelhantes, a tarefa do especialista é “seguir” a história ou outros atores que “inventam incessantemente o modo como as referências à legitimidade e à autoridade são *discutidas e decididas*, bem como a *distribuição* de direitos e deveres e a *distinção* entre os que têm o direito de falar e os outros.” (STENGERS, 2000, p. 58, grifos da autora). A partir de uma visão metodológica, é imprudente confundir a Ciência com a Política, práticas que não são inteiramente intercambiáveis. Ainda assim, estão associadas a um problema comum: como reconhecer um representante legítimo? Por quais traços reconhecemos aqueles que querem falar por mais de um ou a teoria que quer representar os fatos?

É a partir dessas questões que queremos discutir diferentes políticas cognitivas. A dimensão política resiste a qualquer definição objetiva porque está correlacionada com a criação de definições. O fato de estarmos interessados em como o problema da representação é declarado e arranjado não nos confere o poder de julgar, mas nos possibilita rastrear como cada ciência constrói soluções mediante uma composição singular entre os atores envolvidos.

Os conceitos de política e questões de interesse compartilham a importância de trazer à luz os processos de negociação e composição necessários para qualquer possibilidade de (co)existência. Não podemos mais confiar na certeza dos fatos puros, nos quais ocorre uma clara separação entre sujeito e objeto. Precisamos viver com a incerteza das relações cujas consequências (algumas inesperadas) ameaçam constantemente a ordem e os nossos planos de ação. Desse modo, os resultados finais, quando isolados, raramente revelam como a conformidade sobre uma ação foi possível. É seguindo o “devido processo” (LATOURET, 2004) que pretendemos abster-nos da distinção entre fatos e valores e considerar como as proposições disponíveis podem conduzir-nos consistentemente a uma ação conjunta particular.

Política, ecologia e diplomacia nos estudos da cognição

Se considerarmos a proposição de Mol (2002, 2007) de que a ontologia ou a essência não se refere a uma ordem a priori de qualidade ou de coisas, ou ainda, que a ontologia de um objeto é um efeito das associações entre entidades heterogêneas, práticas diversas, como aquelas de um laboratório neurocientífico, de uma clínica psicológica ou de um curso de línguas, aproximam entidades e, por meio dessas associações, diferentes versões da cognição passam a existir. Esse argumento contrapõe-se diretamente à ideia comum de que a cognição é um ator “natural”, subjacente, que permite diferentes perspectivas, as quais alguém poderia descrever como entram em conflito. A multiplicidade é, assim, uma condição ontológica, ao contrário do conceito de construção, que sugere que, uma vez que algo se torne estável e fixo, a atuação faz alusão à potencial fragilidade das associações. Em um teste de reconhecimento de palavras guiado por um eletroencefalograma (EEG), é possível verificar a ativação cerebral em 40msec após a apresentação das palavras, resultado que significa muito pouco para um estudante tentando responder um teste de línguas no exame final da escola. O que o conceito de performance enfatiza é que a ontologia não é fixa, mas é muitas vezes transitória e fluida: os atores reúnem-se, desmontam e constituem novos agenciamentos.

A cada agenciamento, uma (re)formulação é necessária a fim de (re)negociar o papel que cada ator desempenha na performance, e é nesse sentido que podemos dizer que há uma dimensão política constitutiva do trabalho científico, sem reduzi-la a jogos de poder. Isso não opõe as verdades construídas pela ciência a uma verdade de poder superior, nem mesmo sob a forma de uma negação a priori na qual todas as verdades não passariam de “uma crença como qualquer outra”. As soluções produzidas a cada negociação podem ser muito diversas, mas sempre vão referir-se a como definir ou distribuir direitos e prescrever diferentes deveres (STENGGERS, 2000). Uma abordagem política permite-nos criar um espaço de discussão em que o problema

da ontologia pode ser rastreado e monitorado. Mesmo que um problema seja solucionado, ele não deixa de existir como aquilo que estabeleceu a gênese dessas soluções, como um horizonte daquilo que surge e acontece, estabelecendo seu significado (DELEUZE, 2000) O ato de comparação deve ser compreendido como o interposto diplomático de Latour, em que é necessário negociar e distribuir o papel de cada atuação da cognição. Essa negociação não precisa seguir o imperativo da objetividade, portanto, cada vez que compararmos diferentes performances, o objetivo que for estabelecido desempenhará um papel importante. É nesse ponto que se torna importante, como discutimos anteriormente, tornar clara a forma como nos engajamos em uma negociação.

Esse ponto torna-se mais claro quando o comparamos com o tipo de pluralismo proposto por Bickle. Sua redução propõe uma uniformidade, uma referência comum a todas as disciplinas cognitivas. Ele submete essas ciências à busca do nível mais baixo de funcionalidade, neste caso, o nível molecular – pelo menos até a biofísica assumir o comando. Essa operação impõe um problema padrão (e, portanto, uma solução padrão) para as ciências cognitivas: o que é cognição no nível molecular? A questão leva a crer que nada realmente existe fora desse nível; pressupõe e impõe o silêncio entre os envolvidos, tornando impossível que qualquer um conteste ou exija atenção. Um poder silenciador que afeta todos os atores envolvidos, exceto as moléculas e aqueles que podem falar em seu nome. Todas as relações estabelecidas são medidas pela possibilidade de ativar o nível molecular, e nenhum outro problema (e, portanto, nenhuma outra solução) é capaz de reivindicar o valor de realidade.

Quando nos movemos do campo das explicações para o campo das práticas, não somos capazes de comparar as ciências a partir da definição de submissão. Cada prática define-se pela sua “forma específica de prestar a devida atenção; isto é, de produzir coisas e situações importantes.” (STENGERS, 2011, p.59). Cada um produz seu próprio mundo e performa sua própria realidade.

Assim, explicações divergentes poderiam ser desconsideradas pela imposição de uma equivalência, preservando-se apenas as disciplinas, na medida em que elas colaboram com uma solução já estabelecida. Mas como discutimos a coexistência de práticas que resistem a esse tipo de submissão? Nosso objetivo é justamente buscar a possibilidade de vivermos juntos com proposições distintas, considerando exigências e obrigações díspares dessas práticas. Recorremos à política cognitiva como uma maneira de considerar a singularidade de cada atuação da cognição e ainda permitir que compartilhem algo. Em outras palavras, queremos considerar uma relação de heterogeneidade, ou seja, relações com protagonismos heterogêneos, sem predeterminar uma hierarquia entre as versões envolvidas ou prever uma pergunta ou uma solução adequada antecipadamente. A multiplicidade que propomos para as ciências cognitivas, considerando que cada disciplina promove a cognição de acordo com seus próprios problemas e necessidades, assemelha-se ao que Stengers (2000, 2011) descreve como uma ecologia de práticas. Em termos gerais, o elemento central para a ecologia como metáfora é que os naturalistas não podem definir o que é importante para cada um dos atores envolvidos. Eles têm que considerar especificamente como os comportamentos, os hábitos, as necessidades e as principais preocupações se afirmam positivamente. As ecologias/políticas, como questões de interesse, não pretendem dissociar as práticas científicas da maneira como cada uma delas define o seu meio, incluindo outras práticas.

À medida que nos esforçamos para uma heterogeneidade relacional, devemos considerar a «redução implacável» como uma configuração possível de relação. Como mencionamos anteriormente, Bickel sugere que uma objetividade materialista deve ser aplicada a todas as ciências interessadas na cognição. A cognição molecular e celular submete outras disciplinas aos seus interesses próprios. Essa situação poderia ser tratada como uma relação predador / presa (STENGERS, 2011). Como o CMC tem conexões mais fortes com o materialismo, definirá

outros como potenciais presas, ameaçando a existência daqueles que não possuem a objetividade como uma meta.

O uso da palavra *ecologia* como metáfora também nos ajuda a distanciarmo-nos do ideal de harmonia, boa vontade e paz que outros termos podem sugerir. Não há uma posição neutra a partir da qual poderíamos ter acesso a direitos e deveres, nem existe uma hierarquia transcendente a partir da qual cada entidade teria seu papel designado como parte de um todo harmonioso. A cada vez que atribuímos um padrão para comparação – como a objetividade mencionada no parágrafo anterior –, ameaçamos extinguir o que determina e o que importa para cada prática, o que faz seus praticantes agirem, pensarem e/ou resistirem. Nas palavras de Stengers: “quaisquer que sejam as pretensões de racionalidade ou (boa) governança, as operações comparativas que consentem são descritas como uma catástrofe ecológica.” (2011, p.60).

Com isso, o que esperamos é poder explorar a diferença entre disciplinas e as diferentes “encenações” da cognição, as formas como cada uma das ciências “põe em cena” a cognição por meio de seus métodos de pesquisa. Não se trata de aumentar o volume das escolhas entre as possíveis teorias, em que cada uma seria mais apropriada, de acordo com a situação. Trata-se de poder colocar uma questão que não versa nem sobre a verdade (ou falsidade), nem sobre a adequação de uma teoria. Ao partir da imagem do interposto diplomático proposto por Latour, a questão que nos colocamos é: o que nós podemos fazer? Quando nos perguntamos pela ação, não podemos facilmente resolver o questionamento com um conjunto de fatos ou com a adequação dos argumentos. “O que fazer?” é uma pergunta que gera uma constante tensão e cuja resposta só pode ser estabelecida a cada caso. O que podemos, psicólogos e neurocientistas, em conjunto, constituindo problemas locais? O que fazemos quando recebemos de outros distintas proposições? Essas perguntas só podem ser colocadas assim que a disputa pela tocha da verdade seja posta de lado. “O que fazer?”, dessa forma, torna-se uma questão ética, e o objetivo

deste capítulo não é encontrar uma resposta, mas sugerir que essa é a pergunta que deve sempre ser recolocada.

A questão que se põe a partir dessa proposta ética é, então: como mantemos um repertório intelectual diverso? Como evitar, como no modo de encontro epistemológico, colapsar todas as práticas envolvendo a cognição em um campo biológico ou, tal como na proposta de Bickle, tornar toda relação entre práticas uma redução à menor escala molecular possível?

É nesse sentido que lançamos mão da figura do diplomata (BAUM *et al.*, 2014) como uma posição ética que agrega diversas das características que deslocam o interesse para como relacionar distintos repertórios e conjugar diferentes interesses sobre um mesmo problema. O trabalho do diplomata não é procurar a verdade sobre um problema, mas traduzir as perguntas e respostas que lhe são dadas, buscando manter na tradução a singularidade do conhecimento do outro enquanto o torna compartilhável com aqueles que não falam a mesma língua. Essa tradução não ocorre por uma passagem de um vocabulário a outro por correspondência direta de palavras, mas, tal como nos interpostos diplomáticos, indica o estabelecimento de um vínculo que modifica todos os envolvidos. Essa tradução, portanto, ultrapassa a passagem de uma linguagem para a outra e efetiva-se como a criação de uma nova versão daquilo que precisa ser narrado.

Ao discutir a relação intercientífica, a diplomacia parece uma operação que permite negociar a criação de um mundo passível de ser compartilhado, inventando novos modos de relacionamento entre as disciplinas envolvidas, novos modos de questioná-las e de conhecê-las. Cada tradução é encarada como um problema a ser construído, e não como uma solução que encerra a discussão. A tradução do diplomata carrega a necessidade de que a nova versão do problema proposto permita que todos os atores envolvidos se reconheçam e produzam com esse reconhecimento. A partir dessa postura, a relação entre psicologia e neurociência deveria permitir que novas questões

fossem feitas nos dois campos de pesquisa, reconfigurando a possibilidade de ação de ambas.

Essa posição contrasta drasticamente com aquela de Carnot, o general-cientista capaz de derrotar seus oponentes na matemática e no campo de batalha (BAUM, 2017). Esse modo de fazer pesquisa não se impõe pela submissão de outras ontologias a uma maior e mais verdadeira, mas busca evidenciar as práticas que procuram interessar aos interlocutores, em um movimento que promove a multiplicidade. E é sob essas condições que os papéis (muitas vezes provisórios) podem ser atribuídos aos atores, de modo que eles possam “permutar competências, oferecendo um ao outro, novas possibilidades, novos objetivos, novas funções.” (DESPRET, 2004, p. 210).

Considerações finais

Reconhecemos no termo *política* uma referência à participação ativa em uma comunidade heterogênea, o estabelecimento de coexistência ou associações entre diferentes elementos e a formação do(s) contexto(s) em que tais associações podem ocorrer. Ou seja, chamamos de política a própria discussão de como podemos agir em conjunto. Sob que regulamentos podemos viver? É como esse ou aquele status modula nossa existência? É nossa própria compreensão da “política cognitiva” como a ação de questionar a relação entre múltiplas práticas que coloca em operação a cognição, que nos permite refletir sobre os efeitos produzidos e o coletivo convocado por essas práticas, bem como sob que termos discutimos.

A comparação constrói contrastes que ajudam o pesquisador a estabelecer novas conexões e relações entre diferentes práticas. Essas associações, no entanto, têm sempre um caráter experimental, pois estão constantemente sujeitas a possíveis resistências do campo e de seus atores. Dessa maneira, consideramos os contrastes como nós, enlacs que facultam monitorar os processos heterogêneos em diferentes formas de produzir cognição. O papel do pesquisador passa

a ser, então, o de operar com os contrastes, a fim de extrair material analisável, indicando os efeitos produzidos por eles e sendo assim capaz de inventar/produzir novas relações entre os atores ou entre versões.

Ao propor uma abordagem política da cognição, Kastrup (1999) questionava as práticas pedagógicas e o aprendizado, colocando a invenção como campo programático e questionando quais foram as propostas oferecidas pelos seus “candidatos”. Como articular o coletivo de maneira inventiva (KASTRUP *et al.*, 2008)? Ao tratarmos da cognição, questões como as do ensino e da aprendizagem, contudo, não exaurem os campos de ação em que a cognição é modulada. Nossa proposta é ampliar a reflexão sobre políticas cognitivas para outras práticas – metodologias de pesquisa, práticas de meditação ou de trabalho, por exemplo –, podendo considerá-las a partir de outros eixos problemáticos. Com isso, precisamos questionar qual deve ser o ponto de partida para a elaboração dos termos de um acordo de coabitação. A coexistência não indica necessariamente um consenso ou pacificação (muito menos a aniquilação ou a colonização), mas a possibilidade de agir em conjunto.

O que propomos é pensar uma ética da relação entre ciências em que o sucesso de uma não implica a desqualificação, ruína ou derrota da outra; em que podemos celebrar os avanços da neurociência, sem que isso obscureça outras ciências. Não interessa produzir relações de causalidade entre psicologia e neurociência, mas sim um modo de encontro no qual ambas sejam fonte de incertezas provocativas uma para a outra, oportunizando a criação de novos interesses. Não se trata de sobrepor ou superar outros conhecimentos, mas de possibilitar a diferenciação e diversidade de possibilidades, assim ampliando a viabilidade de interfaces.

Referências

- BAUM, C. Stabilizing cognition: An STS approach to the Sloan Foundation Report. *Theory & Psychology*, Cardiff, País de Gales, v. 26, n. 6, p. 773-787, 2016.
- BAUM, C. *Políticas cognitivas: negociação e performance entre psicologia e neurociências*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BAUM, C. *et al.* A invenção do método: diplomacia como ética de pesquisa. *Revista Polis e Psique*, v. 4, n. 2, p. 155-172, 2014.
- BICKLE, J. Real reduction in real neuroscience: Metascience, not philosophy of science (and certainly not metaphysics!). In: HOHWY, J.; KALLESTRUP, J (Eds.) *Being reduced: New essays on reduction, explanation, and causation*, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 34-51.
- BICKLE, J. A Brief History of Neuroscience's Actual Influences on Mind-Brain Reductionism. In: GOZZANO, S; HILL, C. (Eds.). *New Perspectives on Type Identity Theory*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 88-109.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva. 2000.
- DESPRET, V. *Our emotional makeup: Ethnopsychology and selfhood*. New York: Other Press, LLC, 2004.
- FAUCHER, L. Unity of science and pluralism: Cognitive neurosciences of racial prejudice as a case study. In: POMBO *et al* (Eds.). *Special sciences and the unity of science*, London / New York: Springer Netherlands, 2012, p. 177-204.
- GAVILLON, P.; BAUM, C.; MARASCHIN, C. Dos modelos às políticas: O papel da representação nas Ciências Cognitivas. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 22, n. 2, p. 145-151, 2017.
- KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas: Papirus, 1999.
- KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina. 2008.
- HUNT, E. What is a theory of thought? In: STERNBERG, R. J. (ed.), *The nature of cognition*, Cambridge, MA: MIT Press, 1999, pp. 3-50.

- LATOUR, B. *Reassembling the social*. Hampshire: Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, B. *What is the style of matters of concern?: Two lectures in empirical Philosophy*. Assen: Koninklijke Van Gorcum, 2008.
- LATOUR, B.; LECLERCQ, C. *Reset Modernity!*. Karlsruhe, Germany: ZKM, Center for Art and Media, 2016.
- LATOUR, B. *Facing Gaia*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- MOL, A. *The body multiple: Ontology in medical practice*. Durham, USA: Duke University Press, 2002.
- MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M; KASTRUP, V. (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*, Rio de Janeiro: Nau, 2010, p. 26-51.
- NAGEL, E. *The structure of science*. New York: Hartcourt, Brace and World, 1961.
- RAMM, L. ; BAUM, C. ; MARASCHIN, C. Versões da diversidade - Políticas cognitivas e modos de subjetivação. In: DEMOLY, K.; FONTANELLE, M.; CHAGAS, M. (org.). *Redes de cuidado e aprendizagem na saúde mental e na educação*. Ijuí: Unijuí, v. 1, p. 39-53, 2017.
- STENGERS, I. *The invention of modern science (Vol. 19)*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2000.
- STENGERS, I. (2010). *Cosmopolitics (Vol. 1)*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2010.
- STENGERS, I. Comparison as a matter of concern. *Common Knowledge*, Durham, USA, v.17, n.1, p. 48-63, 2011.
- STENGERS, I. Don't sock the common sensepp!.. In: LATOUR, B.; LECLERCQ, C. (ed.). *Reset Modernity!*, Karlsruhe, Germany: ZKM, Center for Art and Media, 2016, 420-423.
- TEDESCO, S. A Ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 32-47, 2015.

2

A pesquisa como instauração de modos de existência

Tania Mara Galli Fonseca

Alana Albuquerque

Erica Franceschini

Pedro Augusto Papini

A incompletude da pesquisa em um mundo por vir

São inúmeros os modos pelos quais o conhecimento em Psicologia Social pode produzir-se, e tal pluralidade opera como possibilidade de existência do próprio campo. Apostamos, desde já, que são as mínimas variações que o corpo efetiva que permitem ao novo gesto sua instauração; dessa maneira, vimos tomar posição em relação às questões de método de pesquisa, firmando procedimentos que não se encontram como um caminho inscrito no *être là*, ao qual podemos recorrer nos momentos de produção de conhecimento. Em outras ocasiões, como grupo de pesquisa, buscamos problematizar, mediante textos produzidos em coautoria (FONSECA; COSTA; KIRST, 2008; FONSECA; COSTA; MOEHLECKE, 2010; FONSECA; COSTA, 2013; FRANCESCHINI; FONSECA, 2017), questões metodológicas implicadas em nossos modos de pesquisar, escapando, ou ao menos

tentando fazê-lo, de estabelecer, por meio de nossas experimentações, uma norma, uma regra que faria parte de um necessário e antecipado caminho a ser seguido quando nos encontramos em situação de pesquisa. Isso significa dizer que nossas contribuições em questões de método devem ser tomadas como cartografias de nosso próprio movimento como pesquisadores. Os procedimentos dos quais lançamos mão, nos diversos momentos de nosso pesquisar, abarcam todo o espectro desse ato, desde sua colocação como problema até sua transmissão como escrita a ser lida e interpretada pelos leitores. Disso resulta um desdobramento de questões e indagações que suspendem a pesquisa como um ato complexo e no infinitivo, sempre sendo feita enquanto se faz, escapando, ela mesma, das prisões identitárias de uma permanência de fundamentos.

Se o devir refere-se ao que acreditamos ser o cerne do ser do mundo, situamos a nós mesmos como sujeitos de seu regime nômade e inventivo, restando-nos, sim, um lugar de voz na produção de conhecimento. Acreditamos que todo produto concentra ou contrai em si o seu modo de produção. Como o artesão que imprime no vaso de argila suas digitais, aquilo que produzimos como pesquisa e conhecimento também carrega gestos que expressam posições e se ligam ao que chamamos corporeidade, ao que chamamos vida, ao que chamamos implicação. Falar de uma pesquisa implicada significa, assim, elevá-la à categoria de única e inédita, uma vez que ela se revela como reserva exclusiva de uma relação entre dois termos (pesquisador e pesquisado; sujeito e objeto), ou seja, a pesquisa torna-se um plano de inscrição autoral, depositária de imbricações irrepetíveis entre sujeito e objeto, levando-nos à máxima de que, por meio dela, podemos sempre ver o mundo pela primeira vez, tal como o convalescente descrito por Charles Baudelaire (2010) em seu livro *O pintor da vida moderna*.

Em nossa acepção de pesquisa, somos pintores de paisagens, sendo que o termo *paisagem* ganha, aqui, uma conformação própria, que ultrapassa o sentido comum e ordinário, por amalgamar e indissociar sujeito e mundo. A paisagem sempre se dá como resultado de um filtro

realizado por alguém. Os graus de intensidade e agudez de suas (im) possíveis composições e montagens são relativos à qualidade do olhar do percebedor e à sua abertura para aquilo que o mundo o provoca a ver. Em situação de pesquisa, acadêmica ou não, encontramos-nos em uma condição de convalescença. Partimos como se fosse de uma crise a ser superada, de um abalo que se atravessa entre nós e o mundo. Convalescer de uma cegueira, de uma anestesia, de uma ignorância, para deixar-se afetar pelos seres do mundo como se fosse pela primeira vez. São convalescenças, são momentos de vitalismo, são momentos de uma infância novamente que devém. A verdade colocada como pérolas, como mínimas doses pingadas a conta-gotas que não chegam a formar um riacho. Assim, a ideia de superar as anestésias, as ignorâncias ou as cegueiras não cabe, pois estaríamos afirmando que, em algum momento, os esforços em nome de nossa crença e potência nos levariam a uma superação em direção a uma verdade definitiva, na qual jazeremos como os mortos em suas lápides.

Dizer “pela primeira vez” quer dizer de um incessante processo de insatisfação e de insuficiência nossa para alcançarmos a verdade de nosso objeto de conhecimento, de sua impossibilidade, de seu regime finito-limitado. Regime que desconhece a badalada da meia-noite, convocando para a volta à casa-lar. Imantado ao fascínio pelo estranhamento, o pesquisar torna-se um modo de tornar estranho todo familiar, torna-se viagem empreendida como experiência da imanência, levada pelos ventos do desejo e pelas forças de invenção de si e de mundos correlatos. Implica situar-se em um Fora que resiste a dobrar-se e a tornar-se interioridade apreendida; em empreender um embate com o desconhecido e adentrar sua noite como insones que injetam certo pensamento onírico, inclusive na vigília, situando os passos nas soleiras da imaginação, antes do que nas fronteiras que separam real e imaginário, noite e dia. Pesquisa como busca daquilo que somente chega quando já está se delineando como efemeridade do que, ao chegar, já escapa, insistindo em não se deixar aprisionar nas tramas identitárias e unívocas do sentido. Referimo-nos, assim,

a uma busca um tanto tresloucada por não se guiar por antecipadas figurações de objeto e por se tornar potente para, a cada tentativa e aproximação com um possível, torná-lo rascunho e rastro de uma narrativa que nunca cessa de badalar seu “ainda não”.

Pensando o gesto de pesquisar e de apreender o mundo como análogo ao do pintor que captura o cotidiano da multidão em suas telas, toda pesquisa reverte em imagem-sintoma, torna-se pista para acusar nódulos anacrônicos e insistentes – formados, portanto, em um passado –, que saltam e assaltam o presente como abalo, dúvida e desejo de saber do profundo. Mergulhar nas dobras dos acontecimentos, percorrer suas efetuações e contraefetuações temporais, distender as nervuras do real até o ponto de fazê-las revirarem-se em novas dobras, em novos enrolamentos barrocos, em novas formações de mundo. Uma atividade em processo que se assemelha à do padeiro em seu ofício de sovar, distender, dobrar e dobrar a massa das matérias, dando-lhe o aspecto de um plano de muitas camadas sobrepostas e aparentemente fundidas. Eis algo do que pensamos quando nos referimos à expressão “em situação de pesquisa”.

Nesse sentido, gostaríamos de desconstruir a expressão “em situação de pesquisa”, desejando que venha a ser aberta para dar a ver algumas das dobras das inúmeras engrenagens que convergem para um resultado, um e apenas um, sempre parcial e agido pelo N-1. Em primeiro lugar, referimo-nos ao gesto do pesquisador em adotar minúcias da prática de um relojoeiro que, com a finalidade de consertar os mecanismos, deve pará-los, colocando-os em suspensão e à distância, como se o instrumento de contagem das horas tivesse de ser retirado de suas funções por alguns momentos para evidenciar os requintes de seu funcionamento nos processos do ato criativo. Cabe-nos, ainda, assinalar que o fato de a pesquisa acontecer sob o regime N-1, ou seja, manifestar-se ou mesmo expressar-se como verdade parcial, inacabada e não totalizada, reflete nossa crença na impossibilidade de virmos, em algum momento, a obter a visão plena daquilo que chamamos objeto. Ainda que venhamos a imaginar a possibilidade de repetir

investidas de análise sobre o mesmo plano empírico, somente o fato de isso acontecer em um “depois” já nos faz atentar para que tudo ou algo aí tenha mudado, incluindo a nós próprios.

Estar em situação de pesquisa implica, em nossa acepção, o ato de criar ideia a partir de fricções das interfaces de múltiplos elementos de natureza heterogênea, não se prestando a revelar nada ou descobrir, mas calhando em tudo inventar, supor e perseguir. Perseguir a imanência de nosso objeto, sua espessura cinza e sua textura redobrada, dando a ver aquilo que dele nos olha, nos move e nos faz demorar na produção de sentidos e de implicações. Saber, outrossim, que nossas análises se dão como gestos *a posteriori* dos acontecimentos, incidindo sobre o que foi e apontando para o que está se tornando, em compasso díspar com o presente vivo, no qual se encontra nossa agência ativa e que também produz efeitos que virão a ser revelados somente no *après coup* de nossa intervenção.

Com Didi-Huberman (2010), reafirmou-se, em nós, o paradigma do olhar implicado em seu espaço-tempo. Nada do que vemos escapa ao que nos olha, ou seja, o que vemos convoca-nos a dar-lhe sentido. Isso significa dizer que o mundo que se oferece à vista contempla afectos, guarda potências daquilo que o produziu, inscrevendo os corpos existentes como memórias vivas de seu passado. Significa dizer, ainda, que nosso olhar é regido tanto pela força de nossos afectos quanto pelos cortes de significância e afetação correspondentes ao regime de visibilidade e dizibilidade de nossa época, que produz o grau de seus possíveis. Tais questões imbricam-se ao modo de uma dobradiça, uma vez que nos recusamos a conceder ao olho humano a centralidade da decifração do mundo, estando o próprio olhar à mercê daquilo que o olha, isto é, de seu meio associado externo, que lhe fornece bases afetivas, sensíveis, morais e cognitivas para definir o índice de transversalidade que cada sujeito suporta no processo de sua busca.

É assim que reafirmamos que, a cada dobra, a cada dentro, coexiste um Fora, tal como imaginamos constituir-se uma fita de *Moebius*,

com suas enervantes continuidades. É assim, portanto, que colocamos esse ponto que dá suporte aos nossos modos de pesquisar, de um lado, sendo dirigidos ou guiados pela insuficiência de nosso olhar em captar ou apreender o todo em um só golpe; de outro, tendo nosso próprio corpo-pensamento como centro filtrante das estimulações sensíveis que, em nós, recaem. N-1 seria, enfim, um bom resumo para o que estamos afirmando, aliado a uma decorrente posição frente à verdade, que seria sempre circunstanciada pelo meio associado em que é produzida.

Da mesma forma, essa colocação referente à implicação subjetiva na produção daquilo que se torna passível de ser visto e falado, remete-nos a Spinoza (2014), que, em seu livro *Ética*, fala da importância do que ele chama de encontros. Para o filósofo, há encontros alegres e encontros tristes, na medida em que provocam aumento ou diminuição do corpo em sua potência de agir. Uma teoria vitalista inspira Spinoza e vem corroborar nosso caminho conceitual quando indissocia a vida do ato de conhecer. Em Deleuze e Guattari (1995), encontramos uma ressonância spinozista quando formalizam os conceitos de agenciamento maquínico de corpos e agenciamento coletivo de enunciação, levando-nos a reconhecer a importância da relação maquínica de toda uma associação intempestiva de elementos heterogêneos entrelaçados, na maioria das vezes inapreensíveis, com sua força e grau de expressão e enunciação. De que seria feito, por exemplo, aquilo que chamam de cartografia, senão de mapas de trajetos afetivos trilhados no entre mundo e sujeito? Afastamo-nos, portanto, de qualquer perspectiva de conhecimento que exija algum tipo de neutralidade por parte do pesquisador, afirmando, por outro lado, que o gesto de pesquisar se dá necessariamente em meio ao jogo de forças no qual o sujeito está sempre enredado, pois não há forma de conhecer dissociada dos afetos pelos quais somos constantemente atravessados.

Tornar visível, narrar, fazer durar e sobreviver

A partir disso, buscamos assentar em nosso texto outros pontos que acreditamos virem a constituir-se em suporte ao modo de instaurar existências mínimas, objeto de nosso pensamento neste momento. Quando falamos em existências mínimas, estamos nos referindo ao que David Lapoujade (2017), em seu livro sobre o filósofo Étienne Souriau, define como existências frágeis que exigem se tornarem mais reais ou existirem de outro modo. Inacabadas, insistentes e subsistentes, dependem de que outros seres advoguem pelo seu direito de existir. Seu estado virtual opera como uma quase-causa que deverá vir a ser associada a outras forças externas para que assim se efetue a passagem para sua atualização. Isso equivale a pensar o mundo como máquina de máquinas engrenadas entre si, heterogêneas e em incessante produção de cosmos a partir de um estado caótico e indiferenciado, pré-mundial e pré-individual, desde, portanto, sua definição como Uma vida ou plano de imanência. Tal perspectiva resulta em situar-nos, enquanto pesquisadores, como elementos apenas parciais de um processo de criação cujos resultados são propostos por Deleuze e Guattari (1995) como agenciamentos coletivos de enunciação, não deixando de incluir-nos enquanto dobras daquilo mesmo que estamos desvelando. É nesse sentido que, juntamente aos citados filósofos, se questiona o conceito de autor como sujeito tipificado e identificado. Embora o desenvolvimento dessa questão não pertença ao escopo deste artigo, torna-se importante assinalá-la como forma de marcar sua presença no processo que estamos procurando tornar discernível. Ressalte-se, ainda, que criar mundos ou estar incluído em seu processo de formação implicará efeitos a contrapelo de nossa própria identidade, resultando em fazer durar a existência – tanto a nossa quanto a do mundo emergido como efeito da diferença na repetição.

Se falamos em instaurar existências como passagem de um estado virtual a outro, atual, estamos nos referindo implicitamente a processos temporais próprios à operação *la durée*, no sentido

bergsoniano (2010). De que se trata fazer algo durar? Seria, como quer o senso ordinário, fazer perdurar aquilo que já aconteceu como um passado eterno e sempre presente, que nos asseguraria um mundo sempre já conhecido ou vivido retornando e fixando-se como nossa verdade e assinatura? Nossa resposta é não, pois fazer durar, aqui, não é sinônimo de eternizar ou de fazer algo parar no tempo, permanecendo cristalizado e inerte. Pelo contrário, fazer durar ou fazer algo sobreviver é possibilitar sua variação no tempo, é apostar em suas virtualidades inerentes, em sua potência de produzir diferença. Fazer sobreviver um passado, por exemplo, não significa resgatá-lo do rio do esquecimento, mas reconhecê-lo como reservatório de potencialidades, produzindo-lhe rachaduras, novas aberturas para a entrada de luz a novas leituras, a outras narrativas e a outra história. Aqui, já pressentimos que entraremos em considerações a respeito de como entendemos que se faz a história em suas relações com o presente, com o passado e com o futuro.

Sabemos que há diversos modos de narrar a história, ou seja, de fixar os acontecimentos do tempo em certo enquadre de sentidos e significados. Nesse particular, observaremos dois pontos. O primeiro refere-se a reconhecermos que existem vozes narrativas da história, com predomínio evidente daquelas dos dominantes, ou seja, vozes dos sujeitos privilegiados por uma formação social específica, herdeira do pensamento moderno e típica do regime capitalista. Assim, as versões oficiais da história refletem, em sua maioria, a voz dos vencedores, em detrimento da voz dos vencidos. Em suas teses sobre o conceito de história, Walter Benjamin (2012) denuncia a predominância de tais vozes na invenção do que se chama de história universal. O autor identifica essa forma de história com a própria noção de progresso, apontando para o devastador preço pago para sustentar um ideal progressista, representado, na imagem de *Angelus Novus* – quadro de Paul Klee sobre o qual Benjamin se debruça em uma de suas teses –, como uma tempestade que inevitavelmente empurra o anjo da história para o futuro, impedindo que ele se detenha para juntar os cacos,

os restos e os corpos deixados para trás. É contra essa versão da história, a versão dominante contada pelos vencedores, que o autor sugere escovar a história a contrapelo, ou seja, de forma contra-hegemônica, para resgatar daí sobrevivências, histórias menores, existências frágeis e esquecidas no tempo, soterradas debaixo das ruínas que o rolo compressor civilizatório do capitalismo deixou para trás.

O segundo ponto que gostaríamos de destacar é o modo de conceber o tempo da narrativa, ou seja, o modo pelo qual o tempo se movimenta e cria as instâncias de passado, presente e futuro. Tal curso pode dar-se, por um lado, de acordo com um sentido linear, gradativo e cumulativo, do passado para o futuro, acreditando-se em um progresso ou declínio como resultado (modo predominante na ideia de história universal); ou, por outro, conforme um conjunto de platôs superpostos, feito de camadas e sedimentações que agem entre si através de porosidades, comunicando tempos díspares e fazendo do presente uma contração de todo o passado que o produziu. Platôs do tempo, que operam como anéis partidos, ou seja, abertos à recepção de novos elementos, em que se encontram definidas as circunstâncias singulares de cada formação. Nessa imagem de platôs do tempo, não resta espaço para a ideia de progresso ou declínio, e a evolução não se daria mais em linha reta, mas sob a lógica do rizoma regido pelas conexões do e/e/e, e não do ou/ou/ou, afirmando, dessa maneira, a multiplicidade de narrativas e histórias possíveis.

Para Deleuze e Guattari (2010), os acontecimentos que constituem a história não se dão em uma continuidade necessária que se desenrola, mas por rupturas, por contingências que dependem de encontros fortuitos ocorridos em um determinado *meio*. É por isso que, para os autores, a história é sempre uma geo-história, pois é a geografia que “arranca a necessidade do culto das origens, para afirmar a potência de um meio (...). Ela arranca a história de si mesma, para descobrir os devires, que não são a história, mesmo quando nela recaem.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 115). O devir, ou a emergência do novo, portanto, não pertence à história (àquela forma da história

marcada por linearidade e repetições), assim como o acontecimento só devém como elemento não-histórico. Aqui, os autores recorrem à expressão de Nietzsche (2003) quando este se refere, em sua *Segunda consideração intempestiva*, à necessidade de existir uma névoa a-histórica para que a vida (como produção da diferença) possa desenrolar-se. Tal elemento não-histórico envolve-nos como em uma atmosfera, e é a partir dele que podemos nos desviar do fluxo que nos arrasta – aquela tempestade que empurra o anjo da história de Benjamin (2012) em direção ao futuro – em direção a devires menores.

Assim como Benjamin, Nietzsche (2003) critica a visão hegeliana e progressista da história, pois não acredita que haja uma racionalidade por trás dela que a guie para um determinado fim. Se há algum fim na história, este é apenas o de servir à vida, e não a um futuro por vir e planejado. O autor advoga outra maneira de fazer história, que não aquela na qual o passado governa o presente em prol do planejamento de um futuro colocado no horizonte como meta a ser atingida. O homem do historicismo clássico valoriza os fatos grandiosos e inspira-se no passado como se este fosse digno de imitação, ao mesmo tempo em que se esforça para não cometer, por outro lado, os mesmos erros do passado. O homem histórico – que faz uso da história com o único fim de planejar um futuro por vir – é o homem da promessa, que, suspendendo o esquecimento, prossegue querendo o já querido, fixando-se em uma verdadeira memória da vontade. Para dispor de tal modo do futuro, o homem precisou “ver e antecipar a coisa distante como sendo presente, estabelecer com segurança o fim e os meios para o fim, calcular, contar, confiar” (NIETZSCHE, 2009, p. 44); para tanto, antes precisou tornar-se ele próprio confiável, constante, necessário, para poder, enfim, como faz quem promete, responder por si como porvir.

As previsões, prescrições e normativas – elementos essenciais para que a ciência e suas máquinas de prever cumpram sua função de prognóstico e planejamento – tornam-se impossíveis em uma perspectiva temporal que leva em conta o embaralhamento de tempos,

a multiplicidade de possíveis futuros e a insistência de virtualidades latentes no passado, ainda não completamente atualizadas, ou, poderíamos dizer, de existências mínimas, apagadas pela narrativa hegemônica de uma história universal. As previsões não podem ter lugar em uma metodologia de pesquisa que leve em questão tal perspectiva temporal e narrativa, pois ela deve abarcar experimentações cujos resultados ou efeitos só poderão vir a ser conhecidos após o percurso ter sido realizado ou concomitantemente a ele. Reconhecemos, dessa maneira, que cada modo de produzir conhecimento é também um modo de fazer existir outros mundos e de dar importância aos sentidos que esses mundos nos ofertam. Reside nesse ponto, sem dúvida, um aspecto ético indispensável a toda metodologia. A produção de conhecimentos, portanto, possui a potência de instaurar modos de ver, sentir e agir, e não apenas de registrar ou representar o objeto analisado, revelando sua verdade. Não há verdade *a priori* a ser revelada. É a força dos enunciados que produz os seres, os qualifica ou desqualifica, imprimindo-lhes matizes da biopolítica reinante, tornando-os efeito de discursos e da equivocidade da linguagem. Conferir estatuto de existência a algo ou a alguém refere-se a uma operação simbólica de nomear e significar segundo o cânone pretendido ou a contrapelo deste.

Assim, considerando que os objetos e seres que recaem em nossa experiência de análise contraem em si as forças de seus modos de produção, carregam as marcas de sua formação e possuem, portanto, memória, logo, concluímos que eles podem ser tomados como arquivos de enunciados que se apresentam diante de nós para serem decifrados e interpretados, não se colocando como claros e transparentes. Torná-los objetivos implica, pois, traduzir seus enigmas, adentrar as suas camadas superpostas, fundidas e intercomunicadas, escavar sua profundidade, reconhecer, em seus restos, os rastros que ali foram deixados por inúmeros artífices humanos ou inumanos. À maneira de um palimpsesto, o plano ou platô revela-se marcado pelo embaralhamento de inúmeros começos, estando disponível a um incessante recomeçar, uma vez que se abriu mão de buscar origens e começos simplificados.

Uma história a contrapelo, como nos diz Benjamin (2012) – eis nossa fascinação e apaixonado desejo. História aberta, em incessante rumor, sendo montada e remontada a cada vez, apresentando-se como um conjunto de possíveis e impossíveis, recusando-se a fechar-se em conclusões petrificantes que expulsam a ação humana de seu curso. Fazer durar, como dizíamos acima, implica, pois, essa apresentação multifacetada dos seres e objetos, não os aprisionando em fórmulas, tipos e diagnósticos identitários.

Se investimos uma vez e mais outras no mesmo plano de pesquisa é porque, exatamente, estamos dispostos a fazer morrer o que ali se apresenta, para que renasça de outra maneira, já que fazer algo renascer é sempre fazer nascer algo do inesperado. Portanto, fazer ver o que não se apresenta “à primeira vista”, sustentar o gesto repetido de “olhar mais uma vez” como modo de olhar pacientemente os enigmas do mundo, colocando em xeque regimes de visibilidade que encerram uma existência em planos preestabelecidos e reducionistas, determinados *a priori* por ideais de felicidade, de corpo, de ciência, etc. – como naquele momento em que, diante da cama do moribundo, o médico atesta, sem sombra de dúvida: morreu.

Por outro lado, se afirmamos estar “em situação de pesquisa”, o ato de investir no mesmo plano implica desinvestir no mesmo olhar e lançar tanto sombras quanto dúvidas às paisagens que se colocam em nosso campo de contemplação. Além disso, inscrever na existência o verbo *morrer* para libertar as potências do visível, sem esquecer que é preciso cuidado para morrer de vida. Mais uma vez, insistimos em olhar o que perturba o vitalismo, questionando a clareza das considerações para considerar os impossíveis ali contidos que extrapolam o que se pode dizer de uma vida. Logo, narrar a história a contrapelo envolve produzir, pelo menos, um mínimo movimento ocular que faça variar o campo de visão em direção a outras e inéditas paisagens, pressupondo reconhecer a história dos vencidos, ou seja, daqueles que, outrora, foram tomados como sujeitos inexistentes, pois invisíveis àquela mesma óptica. Remetemos, neste caso, à abertura da história

como instauração de uma multiplicidade de pontos de vista, inscritos no gesto de olhar, sempre, mais uma vez.

Instaurar a gestualidade de olhar de novo poderia ser apontado nesta escrita como o primeiro mote à proposição metodológica que leva em conta as existências mínimas, uma vez que pressupõe não se conformar às formas dominantes ofertadas e nem mesmo pode significar atribuir ao historiador a tarefa de desvendar os mistérios mundanos. Queremos, antes, propor uma narrativa que transita para o outro do mundo, em uma trama de múltiplas visualidades – como um pescador que lança sua rede ao mar em busca do alimento, mas que, desde o primeiro arremesso, se encontra suscetível às intempéries e às *hecceidades* do que ali se passa. Lançar a rede ao mar consiste em uma ação de iminente perigo, quando o risco de confrontar-se com o desconhecido emana das profundezas e se materializa nos objetos-resíduos que se prendem, ao acaso, por entre as tramas soltas do presente da armadilha marítima. Por conseguinte, deixar submergir é deixar que a coisa mesma encontre sua superfície, enquanto se retiram cuidadosamente os restos que se coadunam com a rede, formando novas linhas, mais informes e mais imprecisas, que o primeiro plano ocular pôde evidenciar. Avançamos, nesse cenário, por uma história que já não é mais pura (enquanto questionamos se algum dia ela pode ter sido), pois vem misturada à correnteza, aos ventos, aos outros seres e ao barro que circundam todas as direções da frágil embarcação. Logo, tomando consciência de que o pescador da história, assim como nós, “em situação de pesquisa”, recolhe do mar apenas algumas poucas coisas e seres, sempre parciais em relação à imensidão contraída na paisagem, passamos a considerar que a gestualidade do olhar é tão frágil quanto seu arremesso. Mesmo que, em um lance, nada passe e nada reste e, se não restar, nada insista, ainda assim, saberemos que algo está sempre por renascer e por vir.

Um dia, uma sobrevivência...

No curso de nossa escrita, no que se refere à problematização do pesquisar como modo de instaurar existências, chegamos ao ponto da pergunta de como fazer experimentações de gestos mínimos que instauram uma existência, a qual demarcamos com uma interrogação, sem garantia de que esta possa dissolver-se no decorrer deste texto. De qualquer forma, buscamos, a seguir, apresentar algumas pistas que podem colaborar com esta busca, ao mesmo tempo em que são construídas pelo gesto da escritura, em suma, na tangência da experimentação. Lembramos, ainda, nosso estado atual de estar em “situação de pesquisa” e mergulhados em uma história na contracorrente que nos coloca diante da possibilidade de arremessar redes guarnecidas de variados pontos de vista, pontos estes que podem vir a desvelar micromundos contidos no olhar que retorna ao observador. Além disso, seguimos e insistimos nas variações à feitura da pesquisa e na possibilidade de trazer à superfície o que incide da gestualidade de nossa ação pesquisadora com/no mundo, de maneira a subverter aquilo que já está dado enquanto científico, para conglomerar certas práticas marginalizadas, reconectando-as ao campo acadêmico. Nesse exercício, vemo-nos às voltas com imprimir certa “política de sobrevivência” (DIDI-HUBERMAN, 2011) aos conhecimentos que estão fora dos cânones, reativando dimensões esquecidas e relegadas nesses espaços, enquanto modos de legitimar a existência dos seres e das coisas.

Deslindamos, dessa maneira, dois movimentos que consideramos indispensáveis à transversalização dos saberes e à sobrevivência do pensamento e da ação em múltiplos planos perceptíveis. 1) Primeiro, a arte de fazer existir, sobre a qual se inclina Lapoujade (2017) em seu livro *As existências mínimas*, em que instaurar a existência de uma pesquisa, em nosso caso, depende de tal pesquisa ser elevada a um patamar de realidade e esplendor próprios. 2) O segundo movimento concerne a dar importância às existências mínimas, atentando à noção de que algo não é mínimo por contrariar um pressuposto máximo,

já que um mínimo, assim como uma minoria, não faz referência a um conceito numérico. Uma existência mínima seria, antes, aquela que está em desacordo com a programação imposta por um estado de dominação, o que implica dizer que o mínimo ocupa o Fora da ordem, qual seja, a axiomática da ciência pura e universal correspondente a um pensamento mercadológico.

As existências mínimas devem sua fragilidade e escassez de realidade às interdições e constrangimentos que lhes são impostos por um mundo onde elas não têm lugar ou não conseguem expressar-se. São como os personagens de Kafka que Lapoujade (2017) chama de “despossuídos”, seres que se encontram como que jogados à existência, sem ter encontrado ainda uma entrada que os faça “ser-no-mundo”, como os existencialistas diziam. Os despossuídos são seres rejeitados, expulsos pela própria realidade, como se fosse o próprio mundo que os tivesse despossuído. E, quando falamos em posse, o que está em questão aqui é a própria existência, pois se trata sempre de uma conquista do direito de existir. Dessa maneira, quanto mais “possuímos” uma existência, mais ela é real (e aqui a expressão “ter uma alma” nunca fez tanto sentido).

Devido à sua pouca consistência, portanto, esses seres frágeis dependem de alguém que instaure a sua existência. O gesto instaurador é como uma nova organização metódica das existências. Afirmar que os filósofos, os escritores e os artistas instauram existências a partir de seu esforço criativo, porém, não significa a mesma coisa que dizer que essas existências são fundamentadas por aqueles que lhes dão passagem. O gesto de instaurar não corresponde ao mesmo de fundamentar, pois este último significa sempre reconduzir os seres a uma fonte preexistente doadora de verdade, enquanto que o primeiro só se sustenta no seu próprio gesto, já que nada preexiste a ele (LAPOUJADE, 2017). E quais seriam as formas possíveis de instaurar existências? Por qual processo passa tal legitimação de seu direito de existir? Para dar mais realidade a existências mínimas, precisamos treinar nosso olhar para sermos capazes de captá-las ou percebê-las, ou seja,

intensificar tais existências é uma questão de saber ver, assim como faz parte do processo de instauração certa entrada em um novo ponto de vista, ou uma “guinada” em nossa perspectiva da realidade, para usar uma expressão de Lapoujade (2017).

Neste ponto, é importante diferenciarmos o que estamos entendendo por existência e por realidade, posto que os dois termos podem confundir-se em alguns momentos. Quando dizemos que perceber uma existência mínima é dar-lhe mais realidade, estamos afirmando, com Lapoujade (2017), que existem diferentes graus de realidade na existência, pois o mundo não é compreendido como sendo formado por entidades fechadas ou completamente individuadas, mas sim por um constante vir a ser, uma constante busca por mais perfeição ou mais realidade, ou, para usarmos os termos de Spinoza (2014), por novos modos de se *expressar* no mundo. Portanto, os seres e as coisas existem, mas podem ter mais ou menos realidade, à medida que conquistam, aos poucos, seu direito de existir desta ou daquela forma.

Existências podem tornar-se mais reais, no sentido em que ganham força, extensão e consistência. Porém, é importante deixar claro que afirmar que nosso olhar ou nosso pensamento é o que possibilita dar sustentação a tais existências não significa cair em um idealismo subjetivista, colocando a consciência como primeira em relação às coisas, e sim reconhecer que o pensamento nada mais é do que uma das inúmeras relações que constituem a rede que sustenta a existência de uma coisa ou fenômeno, considerando-se que nada existe como um fato isolado e não engendrado. A percepção é, portanto, constitutiva do modo de ser das coisas e dos seres (mas não o seu fundamento), pois não temos uma perspectiva do mundo que incide sobre ele de forma externa, mas “é o mundo que nos faz entrar em uma de suas perspectivas” (LAPOUJADE, 2017, p. 47). Na filosofia perspectivista de Souriau (citado por LAPOUJADE, 2017), a ideia da preexistência de um mundo comum a todos os seres desaparece para dar lugar a uma pluralidade de mundos, a um pluralismo existencial. Em vez de um único mundo sobre o qual se acrescentariam, do exterior, diferentes

perspectivas, é a soma de todos os pontos de vista que constitui a trama da realidade, compreendida, dessa maneira, como sendo formada não por seres completamente individuados e acabados, mas por processos.

Nessa perspectiva, buscamos com Didier Debaïse e Isabelle Stengers (2017) discutir as possibilidades de conferir legitimidade a existências mínimas na produção de conhecimento a partir da experimentação do que os autores chamam de *speculative gestures* – que aqui podemos traduzir como gestos especulativos. Acerca disso, compreendemos que cada gesto especulativo não é um gesto preso às garras de um agenciamento concreto de enunciação, pois acolhe e inaugura novos pontos de vista coletivos agenciados por elementos heterogêneos que expressam múltiplos modos de existência e de mundos. O gesto especulativo, nesse sentido, está ligado a uma investigação sobre os possíveis. Para os autores, que resgatam o termo da filosofia de Whitehead, especular é sempre lutar contra as probabilidades, é resistir ao provável, voltando-se para o possível, comumente banido em nome de uma racionalidade moderna baseada em fatos que se impõe sobre os modos de produção de conhecimento como um imperativo. Especular possíveis corresponde a dar importância a existências mínimas – e tornar algo importante nada mais é do que intensificar o sentido dos possíveis ali contidos. Dar importância a algo ou a um ser significa lidar com ele em um mundo que se desfaz e refaz a todo momento, ou seja, implica lidar com todos os possíveis devires que, neste exato momento, estão insistindo no presente, fazendo pressão sobre ele (DEBAÏSE; STENGERS, 2017). Assim, a operação especulativa aproxima-se daquilo que Nietzsche (citado por DEBAÏSE; STENGERS, 2017) chamou de diagnóstico do presente. Trata-se exatamente disto: de tornar perceptíveis os devires. O diagnóstico do presente como gesto especulativo “tem o papel de criar possíveis, isto é, tornar visíveis as direções, evidências e rejeições que os mesmos devem questionar antes de virem eles próprios a se tornar perceptíveis” (STENGERS, 2010, p. 12).

A expressão *gesto*, escolhida pelos autores, quando aproximada do campo da pesquisa, remete à ideia de que uma gestualidade metodológica não se encerra em seu movimento, portanto, empreende-se pelo N-1. O gesto metodológico, circunscrito pelas condições que possibilitam concretizar acontecimentos, expande esses mesmos acontecimentos em efeitos multivariados e multifacetados, distendendo-os em durações insuspeitas que conjugam o verbo *demorar* como duração de uma vida mediante nuances espaço-temporais. Voltamo-nos, novamente, ao N-1, porém, desta vez, acompanhados pela potência do neutro que se expressa na fórmula $N=0$. Reiterando-se a matemática do gesto especulativo, buscamos compreender com Giorgio Agamben (2008) que uma gestualidade não está limitada a um fazer ou a um agir (N), mas a um *gerit* que assume e sustenta um meio (N-1), compondo uma narrativa a $N=0$. Tal narrativa estaria imbuída do neutro, mas nunca da neutralidade, já que olhar com/para o mundo é sempre um gesto de implicação e de composição. Nesse sentido, e aceitando que ao gesto cabe compor meios, afirmamos a constituição de paisagens à pesquisa que passam pela hibridização dos saberes, não redutíveis à ortodoxia de passos a serem seguidos. Pelo meio, um método conjuga-se na pluralidade das formas inscritas tanto na esfera individual (ética) da corporeidade do gesto quanto na esfera coletiva (política) do gesto especulativo, ou seja, uma ciência não se faz apenas por métodos observáveis, já que, em sua dimensão política, compreende o conhecimento também como conjectural. Logo, instaurar uma existência mínima suplanta criar um meio para uma existência ainda virtual, sem retirar a virtualidade do ínfimo gesto que a atualiza mais uma vez, por um outro olhar, no lançar de outra rede.

Francis Ponge (1997) já nos dizia em *Métodos* que uma das funções do artista seria a de abrir um ateliê para consertar o mundo, não como um mago, mas como um relojoeiro. Ali, em seu meio-ateliê, o artista dispõe os fragmentos de seu cosmos, suspendendo o tempo mediante as engrenagens microscópicas que transcendem o objeto perceptível. Nesse ímpeto de rearranjar o mundo em pedaços, haveria uma força

gestual que desmonta o sujeito-artista, tornando-o tão fragmentado quanto o objeto-mundo, para remontar a outra existência sobrevivente, proveniente da mistura, indistinta, dos rastros do artista e dos restos do mundo. Nesse novo arranjo existencial, o tempo não existe sem o gesto que o instaura, da mesma forma que o gesto somente pode dar-se na duração das engrenagens que são acionadas, paradoxalmente, em sua desmontagem. Assim, não é apenas a existência do sujeito e a do objeto que estariam submetidas a um regime de visibilidade outro – indissociável dos regimes de dizibilidade; também o nó anacrônico do tempo vem ultrapassar a marcação de seus ponteiros, para conjugar-se ao silêncio intervalar presente na passagem entre o *tic* e o *tac*. O que dura, nesse meio, é o ritmo condutor das sobrevivências e, portanto, dos restos da história.

A pesquisa como paisagem, a paisagem como montagem

No tom deste subtítulo, torna-se necessário um lembrete ao leitor a respeito da perspectiva fixada por nós em nossas considerações metodológicas, epistêmicas e éticas. Trata-se de situar nosso modo de pesquisar como pertencente ao plano de uma micropolítica, sem pretensões de tornar-se molar, tipificado e hegemônico. É dessa maneira que o procedimento da montagem nos permite situar a pesquisa em um plano de elementos não formados, móveis e disponíveis à conectividade, aos cortes, às continuidades e descontinuidades. Cortes, conexões e conjunções, como procedimentos próprios à montagem, permitem ações no plano elementar, assegurando à agência humana os riscos de efeitos insuspeitos e a efemeridade própria dos processos focados no devir. Estar à altura do que acontece pode tornar-se, dessa forma, uma gestualidade própria do pesquisador encorajado por fazer apresentações do real que correspondam ao aumento de realidade de outras possíveis existências. Assim, somos levados a discorrer sobre a montagem como procedimento instaurador de paisagens, tidas como efeitos dos gestos do pesquisador em aproximar ou distanciar

elementos fragmentários em uma dada constelação de sentidos, enquanto que “a montagem torna equívoca, improvável, até mesmo impossível, qualquer autoridade de mensagem ou de programa.” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 110). A montagem passa a ser, então, o gesto crucial à composição de outros mundos, quando o que se apresenta, por meio de sua operação, são tempos e imagens intangíveis, ao passo que inauguram novos sentidos de um mesmo fragmento, quando em relação com outro heterogêneo. Por conseguinte, montar é dar visibilidade ao interstício que se produz entre tempo e espaço, entre escolhas e acasos, em uma mobilidade inerente que é, ao mesmo tempo, de imersão e distanciamento do campo – mobilidade esta que instaura o lugar de onde fala o pesquisador, o que implica dizer que montar é também um ato político à pesquisa.

Montar reporta à lógica rizomática das conexões ilimitadas, das disjunções inclusivas estabelecidas sob o regime do N-1. Isso quer dizer, de outro modo, que se refere ao incessante devir que atravessa o mundo (condição inerente aos recomeços infundáveis de qualquer existência). A história do mundo e mesmo, em outra escala, a de mundos existenciais diversos somente pode vir a ser apreendida e narrada a partir de um meio, de um *intermezzo*, desde a melancólica posição da perda das suas origens. Os começos desapareceram nas névoas do esquecimento, não são mais resgatáveis em si, a não ser como restos e despojos do que foram, ou seja, a não ser como cacos, como fragmentos. E é dessa maneira que, para o pesquisador, operar com restos do passado se torna uma tarefa cujos resultados aparecem sob o signo da incerteza e da improbabilidade, implicando a necessária recusa às certezas das permanências das verdades reveladas. Tudo se torna paisagem, propícia a algum específico instante, a algum dado dia, a alguma alargada estação; percebida, sentida e agida por algum sujeito percebedor, sujeito este que tem seu corpo como anteparo filtrante ao que o provoca a sentir. Corpo agente e cortante, uma vez que somente acolhe do turbilhão de estímulos que o afetam aquilo que ele pode suportar em seus atributos. Corpo transversalizado por

graus de abertura ao seu Fora, age como hospedeiro de experimentações, mais ou menos disruptivas, ou nada disruptivas, segundo sua potência de suportar sua própria transformação a partir dos afetos que o (co)movem.

De outro lado, somos instigados a também citar o procedimento cinematográfico de cortar, conjuntar e editar, com vistas a criar narrativas imagéticas. É, então, que nos perguntamos: que nome daríamos à faca, à lima, ao machado ou lâmina utilizados em nosso gesto de cortar? Acima, em nossa argumentação, já havíamos dito do próprio corpo como um fator de corte e de subtração, nosso -1 (menos um), portanto. Corpo-corte. Porém, neste momento, também nos ocorre apontar aquilo que chamamos de esquecimento, que, ao contrário do que o vulgo pensa, faz parte conexas e indissociadas de sua outra cara-metade chamada memória. Acreditamos que citar memória se refere, igualmente, a citar esquecimento. Toda memória é filtrada por alguém, por algum corpo que apreende restos e rastros segundo suas potências de recepção. Traços de memória se indissociam dos momentos de sua impressão mental, tornando-se expressão de agenciamentos de inúmeros corpos que agem sobre o do sujeito e, por vezes, sem sua consciência e distinção como influência específica, na percepção de uma atmosfera afetiva, alegre ou triste, segundo viesse imprimir marcas de aumento ou diminuição da potência de agir daquele corpo. Firmamos nossa crença na montagem como procedimento que não está plenamente sob o comando do sujeito pesquisador, mas que age nele e no campo de pesquisa como disparos de afetos, como resposta ao que olha. Imenso túnel é o que essa ideia descortina à nossa frente.

Não poderíamos, neste momento, dar conta de suas convocações inspiradoras; mesmo assim, em reduzido efeito, seria importante mencionar a noção de memória involuntária, descrita por Benjamin (2012) como aquela que inspirou a arte literária de Proust em sua *Recherche*. Memória involuntária como a dama ou rainha da grande noite das decifrações da pesquisa. Longe se situa dos corrimãos bem pregados às paredes, das bengalas às pernas que precisam continuar

andando. A essa memória involuntária, daremos, aqui e agora, o nome de esquecimento, correspondendo, pois, ao plano de um inconsciente que habita todo sujeito do conhecimento.

Essa condição de geração ou engendramento de paisagens do conhecimento deve ser fixada não mais em uma qualidade de qualquer autor. Deverá ser depositada na conta de um corpo, sobre o qual pouco se conhece e que age, à revelia e mesmo às costas da consciência de qualquer autoria. Pesquisar, nesse sentido, significa estar tomado pelo Fora, pelo que não adentrou no plano de um psiquismo passível de ser verificável. Pesquisar, nessa abordagem, torna-se tateio e experimentação; torna-se um talvez, antepondo-se às certezas conclusivas. Gostaríamos de dizer de um pesquisar como passagem de limiares, como transposições de soleiras, em contraposição ao estabelecimento de fronteiras divisórias e binárias (GAGNEBIN, 2014). Ainda, pesquisar como visão de paisagens, como visão de imagens auráticas, isto é, como aparições de imagens que conjugam o passado no presente, que se dispõem, em sua apresentação presente, a fazer guarda e a fazer durar anacronismos que operam como rastros do passado naquilo que ainda se efetua, na atualidade, como ressonância de acontecimentos atemporais. Um olhar a cada dia, uma paisagem a cada olhar, que, com seus cortes e agenciamentos, inventa cenas e imagens extraídas do fundo enevoado dos tempos embaralhados.

O livro das *Passagens*, de Walter Benjamin (2006), serve-nos de inspiração no exercício de juntar, mesclar, reavivar gestos e sentidos, a fim de fazer sobreviver certa narrativa, em que Benjamin pretendia dinamizar diferentes possibilidades de leitura e interpretação da história social da cidade de Paris do século XIX, a partir de milhares de fragmentos. Segundo Ana Cristina Bartolo (2016), seu objetivo era a montagem de uma rede transtextual para que imagens dialéticas pudessem ser construídas na interação de fragmentos de tempos heterogêneos. Ali “é o próprio estranhamento que impele o leitor e o historiador a procurar o parentesco escondido na ‘bagagem’ do fragmento, ou seja, a descoberta da verdadeira proximidade.

Uma poética dos saltos, das interrupções, que ativa a imaginação na produção de imagens que estavam em vias de nascer” (BARTOLO, 2016, p. 71). Seria também, como diz a autora, “o salto do tigre em direção ao passado para reconstruir novas possibilidades de futuro” (BARTOLO, 2016, p. 61).

A montagem, grosso modo, seria uma justaposição de imagens; mas, como nos diz Bartolo (2016), trata-se de uma justaposição de elementos heterogêneos não conformados a uma síntese final. Entende-se, desse modo, que a montagem não se realizaria em um processo de fusão, reconciliações ou negação de seus elementos constituintes, mas sim em uma interação dinâmica entre a singularidade desses elementos. Estamos falando do que nos olha e estamos falando de tempo, de imagem e de história. Nesse sentido, sobre a menção à paisagem como montagem e à montagem como procedimento metodológico atravessado por uma mobilidade gestual que instaura existências, é interessante notar, como frisamos acima, que essa somente existe na perspectiva de algum observador. A paisagem para um pássaro, para uma formiga, para um humano, para uma criança, etc. Ou seja: a paisagem é variação pura, espacial e temporal; é um efeito de modos de olhar e sentir e estar, resultando como efeito de agenciamentos de corpos diversos que se tramam, imperceptivelmente, para aquela efetuação ou concretização de uma aparição, ao mesmo tempo material e imaterial. Benjamin (2006) explora isso como imagem dialética, como imagem aurática, envolta em virtualidades que ganham corpo com a agência do observador.

Se a gestualidade do corpo é também um modo de pensar, trazemos a perspectiva de Didi-Huberman (2015) para pensar em imagens que carregam um índice histórico, o que diz respeito a pensar em uma parte de sintoma na imagem ou na imagem como sintoma. Para Benjamin (2006, p. 504), “o índice histórico das imagens, diz, pois, não apenas que elas pertencem a uma época, mas sobretudo, que elas só se tornam legíveis em uma determinada época”. No caso de uma metodologia de pesquisa que coloca o pesquisador na posição

de um pintor de paisagens enquanto sintomas, tomamos o mesmo como elemento que coloca a sobrevivência de um passado na mesma mão que inflama um conflito. No procedimento de montagem, é quando as imagens tomam posição, intervindo – ainda que, por vezes, negativamente – no grau de legibilidade do passado no presente.

Na sua leitura da história da arte, Didi-Huberman (2017) redesenha o procedimento de montagem exposto por Benjamin em seu projeto *Passagens*. Para o pensador francês, os elementos de uma montagem tomam posição, em vez de se constituírem em discurso de tomar partido. Tomar posição opõe-se a tomar partido, na medida em que supõe uma copresença eficaz e conflituosa, “uma dialética das multiplicidades entre si” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 110); já a noção de partido diz respeito à imposição de uma condição preliminar de uma partida em detrimento de outras. No tensionamento da memória e do esquecimento, proposto pela montagem, as imagens que sobrevivem como sintomas falam de um tempo conflituoso que interrompe e se atualiza no presente na forma de um paradoxo. Desse modo, o conceito de sobrevivência busca refletir e operar materialmente o processo pelo qual “as imagens sobrevivem e retornam, num mesmo movimento, que constitui o movimento do sintoma” (DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 390). Tal movimento precisa ser pensado na sua dimensão de paradoxo visual e de paradoxo temporal.

O paradoxo visual é o da *aparicação*. O sintoma não é convidado, é impertinente, deslocado; ocupa um lugar sem lugar, mas que estava ali, reservado para ele desde muito antes. “Um sintoma aparece, um sintoma sobrevém – e, a esse título, ele interrompe o curso normal das coisas” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 44). Um sintoma nunca sobrevém no momento certo; ele surge sempre a contratempo, tal como uma antiga doença que volta a importunar o nosso presente. O paradoxo temporal do sintoma é o anacronismo, a intrusão de latências do passado no presente: assim, o objeto histórico é analisado de modo sintomal, a partir do momento em que seu aparecimento – o presente de seu acontecimento – faz surgir uma longa duração de

um Outrora latente. Essa longa duração desarma o curso da história cronológica. Notemos, entretanto, que não se trata de instaurar objetos históricos que dependem de tal ou qual duração, mas de compreender que “em cada objeto histórico todos os tempos se encontram, entram em colisão, ou ainda se fundem plasticamente uns nos outros, bifurcam ou se confundem uns com os outros.” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 46).

É no sentido de sintoma (aparição e anacronismo) que o filósofo observa que uma imagem na montagem pode funcionar como um “operador temporal de sobrevivências” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 119). Isso porque sobrevivência diz dos *rastros* e do *trabalho* do tempo na história, enquanto pintar a paisagem em uma posição de sintoma é falar da desmontagem da história e da montagem da historicidade, tal qual fizera Benjamin em seu projeto das *Passagens*, marcando-o como um trabalho operado pelo método da montagem literária: “não tenho nada a dizer. Só a mostrar. Não surrupiarei preciosidades nem me apropriarei de fórmulas espirituosas. Mas os farrapos e o lixo: estes não quero inventariar, mas fazer-lhes justiça do único modo possível: usando-os.” (BENJAMIN, 2006, p. 502). Trata-se, então, pelo método da montagem, de instaurar paisagens por virtualidades e a contrapelo, de fazer sobreviver certa narrativa, produzindo pequenas rachaduras e deslocamentos infinitos em direção às existências mínimas como metodologias mínimas, que insinuam o pensamento para novos percursos e novos encantamentos. Por ora, consideramos que, por meio dos gestos de um corpo provido de múltiplos pontos de vista e pelo procedimento da montagem enquanto estética possível, instauramos existências ainda revestidas de fragilidade e minoração que somente sobrevivem pela mão de um pesquisador implicado e comprometido a ofertar ao leitor uma escrita que, desde já, não é mais sua, é outra.

Referências

- AGAMBEN, G. Notas sobre o gesto. *Artefilosofia*. Ouro Preto, n. 4, p. 9-14, 2008.
- BARTOLO, A. C. *Como um relâmpago: uma abordagem do conceito de imagem dialética a partir de Walter Benjamin*. 2016. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BAUDELAIRE, C. *O pintor da vida moderna*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. 8 ed. São Paulo: Braziliense, 2012.
- BERGSON, H. *Matéria e memória: ensaio da relação do corpo com o espírito*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DEBAISE, D.; STENGERS, I. The insistence of possibles: towards a speculative pragmatism. *Parse Journal*, Gothenburg, n. 7, p.13-19, 2017.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 2. 1 ed. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 3 ed. São Paulo: Ed. 34. 2010.
- DIDI-HUBERMAN, G. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Quando as imagens tomam posição: o olho da história, I*. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. 1 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FONSECA, T. M.; COSTA, L. A.; KIRST, P. G. Ritornelos para o pesquisar no contexto das tecnologias virtuais do sensível. *Informática na educação: teoria & prática*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 38-46, 2008.

FONSECA, T. M.; COSTA, L. A.; MOEHLECKE, V.; NEVES, J. M. O delírio como método: a poética desmedida das singularidades. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 169-189, 2010.

FONSECA, T. M.; COSTA, L. A. As durações do devir: como construir objetos-problema com a cartografia. *Fractal*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 415-431, 2013.

FRANCESCHINI, E.; FONSECA, T. M. G. O desejo de subverter o delírio na pesquisa. *Ecos. Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 293-303, 2017.

GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura e rememoração*. 1 ed. São Paulo: Ed. 34, 2014.

LAPOUJADE, D. *As existências mínimas*. 1 ed. São Paulo: n-1 edições, 2017.

NIETZSCHE, F. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PONGE, F. *Métodos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

SPINOZA, B. de. *Ética*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STENGERS, I. *Cosmopolitics I*. 1 ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

3

A Problematização como Método: pesquisar-resistir

Fernanda Spanier Amador

Daniel Rodrigues Fernandes

Jéssica Prudente

Um meio por onde se força o pensamento...

Os engendramentos do poder no contemporâneo, enquanto atualidade, dizem de uma ordem flexível, móvel e volátil que impõe uma velocidade de produção de subjetividades e de capturas igualmente efêmeras. Essa velocidade estratégica da governamentalidade neoliberal transforma em cifras, em números, em produto, toda e qualquer produção – material, cultural, linguística, afetiva, intelectual. Não por acaso, Michel Foucault dedica alguns seminários a estudar a lógica neoliberal e seus mecanismos, entendendo-a não no sentido estrito de um sistema político, mas de modo estratégico e produtor de subjetividade, de um determinado tipo de subjetividade marcado pela transformação dos valores sociais e culturais em termos de preço, de custo, em que o sujeito se transforma em produto, agindo sobre si e sobre o outro e tendo como finalidade o lucro.

Talvez seja possível traçar paralelos entre os ritmos do desenho neoliberal de sociedade e a imagem que Deleuze (1992) conjura das

sociedades de controle na figura da serpente. No modelo de produção capitalista sustentado por certa concepção liberal, ainda que o estímulo à constante produção ocorra, as disciplinas segmentam os espaços e tempos e operam na lógica de modelar os sujeitos e práticas para uma maior produtividade dentro das especificidades de cada espaço. Já na estratégia das sociedades de controle, nas quais entramos, não se recorre aos mesmos cortes, e o contexto de produção espalha-se para todo o espaço, produzindo-se constantemente; mesmo que temporalidades distintas peçam formas distintas de operação, estas se dão como modulações de uma “forma de ser produtiva”, convocada incessantemente e erigida como racionalidade de referência. Queríamos, ainda, lidar com os buracos de toupeira (localidades delimitadas dos espaços de confinamento das disciplinas), mas encontramos-nos imersos nos anéis da serpente, por entre fluxos contínuos de ondulações adaptativas (e sem tréguas). Lógicas sobrepostas, ainda que com predomínio dos fluxos, as quais convocam invenções nos enfrentamentos. Não nos cabe sermos tomados de temor ou de esperança, mas reconhecer o regime que modula as liberações e sujeições atuais, e criar armas apropriadas para fazer-lhes frente.

Essa maquinaria de rápida modulação atualiza-se de modos específicos nas diferentes instituições e impacta de maneira singular a produção acadêmica do conhecimento, o campo chamado de científico. Avaliar a produção de conhecimento por produtividade é mais uma das estratégias que vêm “cifrando” toda e qualquer coisa. Chamada de “quantofrenia” em alguns lugares do mundo, indicando uma forma “patológica” de produtividade, esse modo de avaliação da produção científica pela quantidade, e não pelo conteúdo ou pela qualidade da produção, é um processo acelerado de transformar universidades em fábricas de textos não lidos por ninguém, escravizando almas que precisam dar provas de produção para ampliar seus currículos. Escreve-se e publica-se para dar conta de índices, e não para compartilhar algum estudo ou produção interessante. Ainda que algumas vezes possa haver

algo a dizer, o estudo perde-se no meio da crescente montanha de artigos – e é importante destacar –, os quais quase nunca são lidos.

Castiel, Sanz-Valero e Vasconcellos-Silva (2011), discutindo a fetichização do artigo acadêmico e o processo de autoria enquanto moeda corrente e negociável no meio acadêmico, apresentam uma descrição interessante das atividades que compõem o ofício do pesquisador atual, que tem de gerar interesse para seu objeto de pesquisa e administrar sua carreira profissional. Para tanto, suas atividades envolvem ações, tais como: estratégias de busca de financiamento para suas pesquisas, gestão da relação entre diferentes grupos acadêmicos, comunicação entre pares, produção da comunicação de suas pesquisas e busca de sucesso em publicar em revistas conceituadas (publicações que, para demonstrar seu alcance, influência e repercussão no campo estudado, devem gerar citações). Tanto na função de consumidores quanto na de produtores de artigos, aqueles que se dedicam à pesquisa, no intuito de fazer a gestão de suas carreiras (e, nisso, da continuidade de seu fazer), precisam estar às voltas com índices bibliométricos cada vez mais exigentes, em razão do campo de concorrência e disputa. Questionamentos acerca da viabilidade de publicação e do interesse para citação conformam as comunicações de resultados de pesquisa, as próprias pesquisas e seus realizadores.

Na exigência e no afã de dar provas da produção de um pensamento, pesquisadores conformam-se em operários de uma máquina que consome, produz e vende verdades (e textos), mesmo quando tentam atacar essa lógica. Afinal, mesmo uma análise desse mecanismo tem interesse quando pode ser publicada em uma revista bem conceituada e gerar citações de outros operadores insatisfeitos. Ressoa, ainda, Frederico II: “que raciocinem o quanto queiram, contanto que obedeçam” (FOUCAULT, 1990, p. 6).

Esse cenário coloca instigantes e desafiadoras questões à pesquisa, especialmente no campo da Psicologia Social. Processos de pesquisas, principalmente nessa área, tendem a convocar certa lentidão no tempo, um demorar-se no andar, pois lidam com práticas sociais

e subjetividades permeadas de complexidades e clamam por uma inclinação do pesquisador ou pesquisadora que não é da ordem da neutralidade, da observação distante, das possibilidades de controle. São pesquisas que se dedicam a estudar a vida, o trabalho, as relações de poder institucionais, os discursos, a comunicação, os modos de cuidado. Pesquisam, muitas vezes, o impensável, a criação, a resistência, a transformação. Pesquisam intervindo. Intervêm pesquisando.

Inspirados nas concepções canguilheanas de saúde e doença, a alusão a um modo patológico de produzir conhecimento citada acima ganha contornos que nos permitem inventar novas formas de injetar vitalidade em nossas propostas de pesquisa. Do ponto de vista de Canguilhem (2011), o estado patológico não é ausente de normas, mas é uma experiência na qual a latitude das normas foi reduzida, o que despotencializa a normatização, ou seja, a capacidade de criação e composição com o meio. Nesse sentido, a concepção do que se pode designar como patológico não se opõe à ideia de “normal”, pois neste platô há uma experiência em meio a outras normas, designadas como inferiores em termos de vitalidade e criação, mas ainda são normas. O contrário lógico do conceito de patológico é a noção de são, de saudável, e não a de normal.

Assim, um modo patológico de produção de conhecimento pode ser pensado como um regime de verdades estreito, pouco afeito à invenção e à criação, mas que, ainda assim, se mantém no jogo normativo, constrangido por certa fixidez da norma. Aqui traçamos um paralelo entre vida e pesquisa, já que as reflexões de Canguilhem são ancoradas em uma episteme vitalista que não separa a produção de sujeito da produção de mundo e de modos de vida. Propomos pensar, então, o processo de pesquisa como processo vital que se produz entre normas, em uma espécie de trânsito, zona de transe, entre normas superiores e inferiores, ou seja, normas mais ou menos passíveis de composição, de transformação e de produção de diferença. Nessa analogia, se o vivo produz um corpo na relação com o meio, pode-se pensar

que a pesquisa também o faz, inserindo, assim, o processo de produção de conhecimento em uma epistemologia vitalista.

Posicionar a pesquisa como processo vital exige discutir qual concepção de saúde está implicada nessa direção. Se, como Canguilhem (2011), entendermos a saúde como a capacidade de manter-se normativo (podendo ser instituidor de novas normas e, assim, produtor de novos meios e de si mesmo nessa coemergência), aquilo que apresentamos como o “normal atual” do fazer pesquisa mostra-se uma norma inferior (patológica, pois limita o jogo de aberturas possíveis). Um conservadorismo de pensamento só é cabível em uma norma adoecida. Entender a produção de conhecimento em uma dimensão vitalista implica apostar em uma zona de composição, de indeterminação, na qual os riscos forçam o pensamento, e o processo normativo é um modo de conduzir-se nesse jogo. Canguilhem não separa “conhecimento” e “vida”, pois é por entre os processos vitais que o conhecimento se produz, não como um domínio do “meio”, mas como composição, abertura e aposta.

No jogo neoliberal que atravessa as pesquisas e seus modos de produção, a norma principal colocada em cena é a da produtividade e do lucro, o que denota um critério reduzido de condição para a produção de conhecimento. Assumimos, então, que a produção acadêmica atual se desdobra em meio a um adoecimento do pensamento diante do reduzido plano de composições por vir e que, de certa forma, acaba por separar vida e conhecimento, o que pode conformar seu modo patológico. Almejamos que nossas pesquisas guardem o potencial de ampliar possíveis; apostamos, portanto, em certa “coragem normatizadora” para produzir pesquisas dignas de seu tempo.

Precisamos de metodologias de pesquisa em Psicologia Social que façam frente às peculiaridades dos engendramentos do poder no contemporâneo, engendramentos esses que operam pela produção de uma maquinaria que rapidamente se modula, colocando instigantes e desafiadoras questões à pesquisa. Por um lado, porque a própria pesquisa está ela mesma sendo produzida em meio às lógicas

neoliberais que atravessam os órgãos de seu financiamento e de seu desenvolvimento, dentre eles, as próprias Universidades, o que exige um exercício de análise de implicação permanente por parte de pesquisadores e pesquisadoras. Por outro, porque, na direção da afirmação de um compromisso ético-político com a produção de um *socius* afeito à resistência, leva-nos a pesquisar-intervir produzindo insurgências. Nesse caso, colocam-se questões à discussão: de qual política de visibilidade da produção de conhecimento precisamos?

Movidos por tais perguntas, exploramos a operação metodológica que chamamos de “problematização como método”, a qual implica relançar, sempre e outra vez, o pensamento a uma zona de hesitação, estranhamento e diferença, de maneira a potencializar os limiares entre pesquisa e militância. Essa política metodológica problematizante convoca um exercício de desnaturalização e descolonização do pensamento, inclusive, dos conceitos e estratégias que podem assumir contornos universais no andar das pesquisas em Psicologia Social, arriscando perder seu potencial disruptivo quando tomados como *a priori* em um processo de pesquisa. Estamos tratando, então, do que chamamos de resistências no plural, no sentido epistemológico-político: como invenção de conceitos, como ruptura do pensamento e como efetuação de estratégias que ampliam as possibilidades de existir no mundo, afirmando novos modos de vida e de luta.

Da problematização como método

Pretendemos, agora, tratar de algumas considerações metodológicas para pensar o pesquisar na esteira da conexão entre vida e conhecimento. Convém a esta discussão posicionar a dimensão do problema e do pensamento de modo estratégico. O problema, na acepção que tomamos, não é a pergunta que significa o movimento da pesquisa ou da qual esta tão-somente surge, mas o motor que faz operar variação no pensamento. Desse modo, pensar o “problema” de uma pesquisa não constitui uma etapa dela, mas o movimento perene

que garante uma experiência no pesquisar. O problema não é uma meta a ser superada, mas um meio a ser percorrido: é a superfície da pesquisa, sua latitude.

Apostamos, então, em modos de escapar de certa operação de definição inicial de um problema e, logo, de um método adequado para dele dar conta, definidos de antemão no processo de pesquisa. Mesmo metodologias inspiradas por práticas de pensamento questionadoras do saber como representação podem acabar perdendo potência quando tomadas como meros recursos para estabelecer um desenho de pesquisa – o que pretendemos (na problematização como método) é a sustentação de um movimento problemático tecido no encontro em que coemergem pesquisador e pesquisa (e, no contexto da discussão atual, podemos ainda dizer, sujeito político e estratégia de resistência, produzindo um meio).

Foucault, nos últimos anos de sua vida, cada vez mais frequentemente usou o termo *problematização* para definir sua pesquisa, processo concernente à maneira como se constituem problemas para o pensamento, diz Revel (2004). Para a autora, a problematização implica duas consequências. De uma parte, o pensamento enquanto problematizador “se opõe à ideia de uma busca metódica da ‘solução’: a tarefa da filosofia não é resolver – incluindo a substituição de uma solução por outra – mas ‘problematizar’; não é reformar, mas instaurar uma distância crítica, fazer atuar o ‘afastamento’.” (REVEL, 2004, p. 82). De outra parte, esse exercício não se reduz a um “pessimismo relativista” (REVEL, 2004, p. 83), que poderia levar a uma retórica esvaziada e a uma posição de complacência, mas afirma uma convocação ética que aposta na potência de criação e invenção de nossas práticas, de nossos hábitos e de nós mesmos.

Em relação à primeira consequência, não se trata de uma dicotomia entre problema e solução, como antítese, mas afirmamos a ideia de resolver inventivamente, amplificando o problema em suas variações. Inspirados em Deleuze, apostamos no caráter produtivo da problematização, tratando do pensar mais como um exercício

de colocação de problemas do que como apaziguamento de questões (GELAMO, 2008). É no jogo entre a colocação de problemas e o desenhar de soluções (sempre provisórias) que um campo problemático se mantém em produção.

Toda vez que o problema é colocado, as resoluções precisam ser novamente rearticuladas e reelaboradas. Desse modo, os problemas não desaparecem nas soluções, mas se mantêm distintos e insistentes no movimento de invenção de novas soluções. No entanto, isso só é possível se os problemas não forem dados, se forem inventados e reinventados nas e com as soluções. Os problemas manifestariam, assim, uma natureza insistente, enquanto as soluções exerceriam uma força contrária cuja natureza procuraria determinar, particularizar e singularizar esses mesmos problemas. (GELAMO, 2008, p. 168).

Nessa concepção, os problemas não estão dados de uma vez por todas, sendo produzidos nos e pelos encontros durante o processo do pesquisar. É necessário que sejam construídos e continuamente reconstruídos, que soluções sejam ensaiadas e que, nesse movimento, confrontem os problemas e os renovem. Em relação à segunda consequência, podemos destacar dois efeitos. Primeiro, a noção de que lançar luz aos jogos que produzem verdades é intervir sobre sua produção, desnaturalizá-los, relançá-los ao jogo e permitir que advenham outras verdades possíveis. Segundo, não se problematiza por mera convenção; intervimos quando e porque repensamos quem somos, arriscando caminhos para uma subjetividade outrada. Intervimos por estarmos chamados à ação. Se afirmamos (novas) verdades, mesmo aquelas que reconhecem sua provisoriedade, história e gênese, é para atuar no mundo - para produzir diferença. Agir em verdade: casamento entre discurso e prática.

Nesse entendimento, o problema não comparece como um obstáculo a ser vencido pelo desvelamento de soluções, mas é motor do pensamento que as produz. Foucault dirá que:

Longe de ser a imagem ainda incompleta e embaralhada de uma Ideia que, lá de cima, eterna, deteria a resposta, o problema é a própria ideia, ou melhor, a Ideia não tem outro modo de ser que não o problemático: pluralidade distinta cuja obscuridade sempre insiste de antemão, e na qual a questão não cessa de se deslocar. Qual a resposta para a questão? O problema. Como resolver o problema? Deslocando a questão. [...] É preciso antes pensar problematicamente do que interrogar e responder dialeticamente. (FOUCAULT, 2008, p. 246).

A afirmação da problematização como método, no pesquisar, pode relançar toda e qualquer estratégia a um campo de forças. A ferramenta utilizada, por si, não visibiliza o jogo de disputas e de complexidades do processo, mas é seu modo de operação e sua potência de diferir que podem permitir o pensamento enquanto ruptura. Apostamos em uma ontologia do problema na pesquisa, uma ontologia problemática do processo de produção de conhecimento, a qual, mais que convocar soluções, sempre transitórias, exige a duração da pergunta em constante deslocamento.

Falamos aqui de um pensamento que acolhe o impensado e que, acolhendo-o, faz durar sua dimensão problemática, que expande a potência diferenciante do pensamento, não exatamente porque nada tenha a ver com sua solução, e sim por seu anseio de que essa solução seja inventiva. Trata-se de uma solução aberta à sua insistente recolocação, impulsionando movimentos de criação de mundos, o que evidencia uma continuidade entre pensamento e vida. Alude-se, assim, a um pensamento que estabelece uma relação problematizadora quanto aos pressupostos de uma perspectiva dogmática do pensamento, àquilo que se coloca como lei do que todos deveriam saber e/ou como certa elaboração de raciocínio que nos leva a constatações já estabelecidas (GELAMO, 2008).

É também nas formulações de Gilles Deleuze (2006) que encontramos pistas instigantes para apostar em uma prática não dogmática do pensamento e da pesquisa. Com ele, vibramos na necessidade

de recusa a uma dimensão estritamente moral do pensamento e no convite a extraí-lo do senso comum. Este último leva-nos a operar em certa evidencialização da ideia de que todos pensam e de que sabem o que é pensar. É com Deleuze, também, que nos colocamos sensíveis à dimensão não representacional e recognitiva do pensamento, uma vez que o pensar, não sendo prática natural, exige ser forçado por meio de certa violência que ataca o exercício concordante das faculdades. O pensamento consiste em terreno para a diferença em si mesma. Pautada pelo princípio da errância em lugar do erro, pensar é operação intimamente relacionada ao fato de que as soluções para os problemas mantêm um gérmen problemático, dado o caráter inventivo que elas comportam. Isto é, por afirmarem a diferença pelo processo de pensar, novos possíveis são abertos ao próprio pensamento, que insiste em preservar-se pensante.

Essa concepção é análoga ao entendimento de saúde apresentado por Canguilhem (2011), em que é não só a capacidade de instituir novas normas, como também, a partir delas, seguir ainda normativo: a vida, vivendo o risco/luxo de exceder-se, inventa novas possibilidades para si. Canguilhem alerta para a potência de uma transitividade entre normas em que se entende o erro não como falha ou falta de um organismo, mas como algo da ordem processual da criação de novas normas, que se traduz em uma errância. Logo, tanto a vida quanto o pensamento constituem-se outros na vivência de enfrentamentos, na experiência do que Canguilhem denomina como “infidelidades do meio” (2011, pg. 139).

Eis o problema persistindo como motor do pensamento, o que nos leva a pensar que o pensamento em atividade implica, justamente, a colocação de problemas que insistentemente se recolocam em suas soluções. O pensamento há que ser forçado, portanto. Forçado porque não se trata de partir de um sujeito que pensa, mas de uma afetação que bagunça nossas faculdades e que nos força a escapar das pretensas prescrições de método para pensar; que nos lança, a golpes,

ao plano das virtualidades do mundo, ao real que confere condições aos possíveis no plano do pensamento.

Como pensar em método, então, para pensar desse modo e para lançar-se em processos de pesquisa? Em princípio, podemos sustentar que não há método para isso, pelo menos não método enquanto uma meta que se coloca antes do caminho para chegar ao lugar pretendido. Afinal, não se trata propriamente de chegar a nenhum lugar, e sim de manter-se afetável, sustentando-se no meio, naquilo que será capaz de abrir o pensamento à criação de possíveis. Em havendo um método para isso, este seria feito por expansão dessa zona de afetabilidade pela prática da problematização que se mantém viva ao longo do percurso, permitindo um pensamento no movimento errante.

Qual o lugar do problema no trabalho do pensamento? Parece-nos que, na inspiração bergsoniana, quando se ocupa do tema da duração, podemos pensar que este trabalho consiste em operação intuitiva de acesso às forças que, enquanto virtuais, aguardam para atualizar-se pela diferença, assim “perpetuando” o mutável do mundo pela ampliação de um raio de afetabilidade. Propõe-se uma atitude provocadora de uma ética que se configura como constante incitação à reflexão e que é, portanto, potencialmente transformadora, pois entende o pensamento como processo de deslocamento e de criação. A problematização como método convoca a afirmar um processo de pensamento acontecendo, desviando, bifurcando, que não pode ser recortado e capturado em uma etapa específica, tal como a vida.

Se nosso problema não é um obstáculo no saber que precisa ser transposto para chegar-se à verdade do objeto, nosso objeto converte-se em algo não mais que um ente. O objeto aqui é aquilo que constitui problema, que nos impele à busca de soluções temporárias e que, como diz o poeta quando se refere à utopia, nisso nos põe a caminhar. Objeto, um motor utópico, um guia na errância.

Assim como não seria exato tratar de contornos específicos do objeto, e sim do campo onde ele exerce tensão questionante, também não faz muito sentido tratar de sua cristalização no tempo.

No andar da pesquisa, o objeto anda junto, sofre metamorfoses: não só é historicizado, como segue sofrendo o efeito do tempo. Resiste não só à nossa apreensão no instante de encontro, mas resiste a perder sua referência à temporalidade que o constitui. A cada instante, produz novos problemas, e produz-se um novo objeto. Objeto-problema, como propõem Fonseca e Costa (2013), tensão entre díspares a disparar novas individualizações. Potência de composição dando abertura a novos mundos possíveis.

Esse desenho metodológico instaura uma ética da problematização, em uma aposta nas forças de atualização de um combate que fecunda a temporalidade de um objeto-problema. Uma ética que possibilite um insistente movimento de escape ao que a apequena. Assim se delinea a dimensão coletiva no plano do pensamento: o “eu penso” do *cogito* cartesiano desloca-se para uma zona na qual se pensa transversalizado por forças oriundas de uma zona *comum*, não *propriedade* de ninguém e, por isso mesmo, coletiva. Colocar questões relativas à problematização enquanto trabalho do pensamento na esfera da ética na pesquisa arrasta indagações cruciais relativas ao pesquisar “com”, portanto, implica sempre um movimento de arriscar-se na indeterminação que o meio apresenta.

Pesquisar “com”, no âmbito das Ciências Humanas, geralmente supõe realizar pesquisa empírica envolvendo outras pessoas, o que aqui destacamos, sobretudo, como experiência de acolhimento do estranho em nós, da diferença que pode perturbar nossa interioridade e nossos esquemas de pensamento. Coletivo – produto e condição desse pesquisar “com” – que se refere à transversalidade em uma experiência, espécie de comunicação máxima estabelecida quando experimentamos certa “obscuridade gerativa” que envolve os processos nos quais nos empenhamos, “névoa, por vezes indiscernível e imperceptível, que lança a questão para o plano dos devires” (AMADOR; FONSECA, 2011, p. 20).

Há acesso, portanto, no plano do pensamento experimentado pela problematização, a um plano comum que, em se tratando da prática

da pesquisa, coloca questões instigantes quanto à propriedade/autoria do problema. Afinal, nas práticas de pesquisa, com frequência o problema “pertence” ao pesquisador. Mas, se pensar problematicamente implica o acesso a um plano comum de forças, o chamado “problema da pesquisa” não seria constantemente formulado em uma experiência de compartilhamento, devendo ser investido por tentativas insistentes de recolocação com aqueles com quem se pesquisa ou com o campo ao qual se refere? A ética se faz problematizante – um posicionamento ético gera um movimento problemático, e este, recursivamente, reposiciona a questão ética na pesquisa.

Coragem para investir de vida os problemas de pesquisa

Ser digno de seu tempo configura-se como postura de certo enfrentamento que requer coragem. Os processos de pesquisa que nos instigam a propor a problematização como método nascem de questionamentos postos pelos desafios de viver e pesquisar no campo do trabalho (em particular, do trabalho em políticas públicas). Queremos crer que estes nos convocaram a operar com certa ousadia no campo discursivo, para que nossas proposições e composições de problemas (modos de andar e colocar o pensamento) e soluções (indicações provisórias de acompanhar um movimento e traçar uma estratégia de embate) não extirpassem a vitalidade tensionadora desses questionamentos e a potência que eles teriam de gerar cortes – e novos possíveis – neste tempo.

Talvez, a título de explanação, seja de interesse determo-nos brevemente em um rico debate que Foucault estrutura acerca do dizer verdadeiro e da coragem que tal procedimento requereria. Já na primeira aula do curso dedicado ao tema do dizer-a-verdade (FOUCAULT, 2011), Foucault diferencia a prática da *parresía* da arte da retórica. Enquanto a primeira dizia respeito à coragem daquele que fala assumindo o risco de dizer sua verdade, a segunda é considerada uma técnica de dizer as coisas que não se baliza pela relação entre aquele

que fala e aquilo que é dito. O sujeito da retórica não precisa dizer o que pensa ou acredita, mas tão somente enunciar algo que tenha por objetivo produzir em seu ouvinte um efeito. Aquele que usa da retórica busca convencer ou dirigir aquele a quem se endereça. O vínculo que se busca estabelecer pela retórica é entre aquilo que é dito e aquele que escuta; é um vínculo que não prende o enunciador ao enunciado.

Já a *parresía* se constitui como atitude oposta à retórica. Aquele que enuncia sua verdade estabelece um vínculo que é todo outro daquele que a retórica funda: o vínculo da prática parresiasta forma-se entre aquele que fala e a verdade falada, e instaura sob a forma de risco uma ligação entre aquele que fala e aquele a quem se endereça. Se o vínculo estabelecido em uma relação mediada pela retórica dá-se pela autoridade “técnica” produzida por um “bem falar” entre o argumento e o destinatário, os vínculos que a *parresía* instaura são da ordem da tensão constitutiva entre a verdade e o sujeito que a enuncia, bem como o vínculo de risco, confiança e coragem que se põe entre quem diz e quem escuta.

Se, pela *parresía*, busca-se a fala de uma verdade que uma vida subscreve enquanto elemento tensor que produz tanto essa verdade quanto vida como verdadeiras, a retórica busca impor uma verdade à vida do outro. “A *parresía* é, portanto, em duas palavras, a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve” (FOUCAULT, 2011, p. 13). Trata-se de uma agonística na relação com a verdade, um combate que exige coragem, pois não há finalidade na relação (se entendermos aqui finalidade como fim último almejado e já dado de início, como seria o convencimento no caso da retórica), o que implica riscos. Risco daquele que se expõe ao dizer sua verdade, que se põe a nu e vulnerável à ação do outro; risco daquele que se abre a ouvir uma verdade que pode atacar o modo como tem feito andar sua vida e seu mundo.

É importante dizer que, para Foucault, a *parresía* não se limita a tão somente balizar um dizer tido por verdadeiro para um sujeito (verdade “individual” de alguém), mas comporta uma prática de si engajada na implicação recíproca entre estilo de vida e certo modo de veridicção. É uma prática que tem seu terreno na imbricação entre produção de verdade (a *aleurgia*) e produção de si (estética da existência), com fortes implicações políticas. Foucault busca o exemplo do filósofo cínico, aquele que faz da forma de sua existência condição essencial para o falar franco, figura que faz a verdade manifestar-se por seu modo de vida, como sujeito da *parresía*. O esforço da existência cínica estaria em fazer coincidir vida e verdade, encarnando a verdade no modo de viver. A escandalosa prática parresiástica do cínico não se restringe ao âmbito individual, mas faz-se essencialmente política. A atitude dos cínicos constitui-se como uma produção de si na relação com o dizer verdadeiro, que expõe a vida como verdade e, com isso, implica uma prática de cuidado consigo e com os outros.

Uma vez inspirados tanto pelo vitalismo de Canguilhem, quanto por tal noção de coragem de entregar-se ao risco de uma relação modificadora de si e de sua verdade, que de modo algum está garantida ou é segura de antemão, podemos trazer o exemplo advindo de dois processos de pesquisa que se colocaram como condição de possibilidade da presente discussão e que tomavam como território problemático nossa política pública de saúde (o SUS – Sistema Único de Saúde) e suas práticas. Essa política nasce como resultante de um intenso processo de mobilização social que visava a tensionar os meios de vida e sociabilidade possíveis na sociedade brasileira; porém, ao longo de sua história, demonstra momentos de apaziguamento desse potencial tensor e mesmo captura por processos que sustentam uma forma de existência pautada pela conformação a dispositivos de controle biopolíticos. Na convergência desses percursos de pesquisa, produziu-se um plano problemático comum, qual seja, “a difícil arte de falar franco com os aliados”, pois ambos os projetos de tese propõem, como modo de problematização, tensionamentos e críticas a um campo caro aos

autores e a operações e discursos que nele se dão de modo estratégico. Apresentaremos brevemente essas discussões como elementos que permitem colocar em análise a produção de conhecimento na pesquisa.

Uma das pesquisas traz a especificidade do campo da saúde mental e do trabalho que se desenvolve por entre um plano biopolítico, por uma gestão da vida, permeado por práticas de controle e prevenção. Nesse sentido, a partir dos casos nomeados como “risco de suicídio”, a pesquisa desdobra-se na discussão da transformação de um risco em doença ou loucura pelas práticas de cuidado. Desevidencializando a categoria de “risco de suicídio”, percebe-se que uma série de valores e de normas está em jogo nos processos e estratégias ativados nesse trabalho. Isso implica perguntar-se sobre o que é cuidado, vida, risco, prevenção e tantos outros termos, o que convoca uma análise do próprio trabalho em saúde como categoria geral e do trabalho em saúde mental de modo específico. Tal discussão exige uma aposta na coragem da verdade, uma extrapolação das vias protocolares e procedimentais que são recorrentes nesse campo. A retórica, aqui, leva-nos sempre na direção do controle e da localização dos riscos. A *parresía* pode conduzir-nos para uma discussão ética que implica transformações.

A outra pesquisa tem como eixo principal a problematização das práticas de resistência que se formam e coengendram um campo de trabalho e militância no âmbito do SUS. No entendimento de que os diversos modos de operar essa política por meio do trabalho cotidiano constituem tanto o trabalhador enquanto sujeito político quanto o produto e história dessa política, a discussão que se pretendia fazer era acerca das estratégias de resistência de que lançamos mão para sustentar o potencial tensor dessa política e resistir a modos de governo dela e por ela que fechariam seu horizonte ao inacabamento e à sua dimensão eminentemente política, em favor de um projeto dado (e, muitas vezes, já capturado e descaracterizado). Tal problemática, ainda que marcada por sua afirmação como pesquisa militante, precisava pôr em análise a história e os efeitos de certa produção de mundo pelo/no SUS a partir das estratégias daqueles

que integram o movimento que o anima, e, nessa direção, punha-se crítica à certa liturgia da militância desse campo: fazia-se uma produção que, mesmo militante, tomava uma atitude desertora e formava um discurso herege, apostando que, em meio aos ataques que o SUS vem sofrendo (seja mediante propostas que visam ao seu desmonte, seja a partir de processos de modelização por uma lógica de mercado e pelo investimento em sua faceta de instrumento de controle), outras práticas de resistência precisam ser inventadas.

Dois projetos de pesquisa que propõem uma relação de certa implicação com seus campos e objetos de pesquisa, bem como com seus aliados (teóricos, de trabalho e de militância) – relação que não é qualquer, nem simples, mas que implica certa confiança e tensão, no risco de fracasso, incômodo ou mesmo desgaste do vínculo. Relação que, antes de afirmar pela autoridade argumentativa uma certeza, busca construir uma prática de verdade que possa transformar pesquisador e campo de modo ético.

Entre riscos e resistências

Entendendo que os modos de governo e os regimes de produção têm achatado as possibilidades de construir mundos outros, parasitado as produções da vida e se esforçado por constranger as possibilidades de escapes, posicionamo-nos eticamente aliados ao desejo de compor práticas de resistência pelas nossas atividades de pesquisas.

Sob certo modo de posicionar o conceito de resistência, este seria entendido como reação a uma força para que algo se conserve tal como está – concepção que certamente responde a determinadas construções estratégicas. Tal entendimento justifica leituras que compreendam movimentos de resistência como carregados de ressentimento e marcados por certa carga conservadora – mas não é com tal concepção que operamos. Na inspiração do vitalismo de Canguilhem (2011), para quem a vida resiste, produzindo novas possibilidades para si no

enfrentamento das situações postas pelo meio, e seguindo Foucault (1995), para quem a resistência é sempre primeira (e os mecanismos de controle é que necessitam reagir às insistências do vivo), pensamos a resistência no que ela tem de produtivo e criador, naquilo que ela implica de *risco de novo*. Esses autores indicam uma primazia da errância, no caso de Canguilhem, e da liberdade, na concepção foucaultiana.

Acompanhando Foucault (1995), a liberdade é condição das relações de poder, sendo essa a possibilidade de pensar o poder, tanto na sua dimensão coercitiva e regulatória, quanto na sua dimensão produtiva e criadora. Essa condição é da ordem da criação, da invenção e, portanto, da resistência.

Ora, uma relação de poder é para Foucault uma “ação sobre a ação de um outro”, é aquilo que se aplica sobre a ação livre dos homens a fim de capturar, dirigir e explorar a existência; o poder é por definição sempre segundo em relação a uma liberdade da qual ele, paradoxalmente, necessita, liberdade que, ela mesma, vem primeiro. Assim, o poder é ao mesmo tempo genitivo, gestor, parasitário e é sempre uma reação, ao passo que, por outro lado, a ação livre dos homens é primeira, inventiva, e se dá como uma ação. É porque os homens inventam e criam possibilidades que as relações de poder podem proceder por captura desta abertura. (REVEL, 2012, p. 109).

Assim como para Canguilhem e Foucault, para Spinoza (2010), outro interlocutor que nos é caro para a discussão aqui proposta, a resistência nada tem de conservadora e opera por incessante produção do novo. Segundo as proposições do filósofo, é próprio dos corpos sempre desejar ser mais e permanecer na existência. Mas diz também o único axioma da quarta parte de sua *Ética* que “não existe, na natureza das coisas, nenhuma coisa singular relativamente à qual não exista outra mais potente e mais forte. Dada uma coisa qualquer, existe uma outra, mais potente, pela qual a primeira pode ser destruída” (SPINOZA, 2010, p. 269). Se todo corpo deseja permanecer na

existência, mas todo corpo pode ser destruído, a resistência é experiência primeira dos corpos – novamente, uma experiência que nada tem de reativa ou passiva. A resistência aqui se efetua em estratégias que buscam ampliar sua capacidade de existir, e o caminho para tal é dado no movimento de estabelecer novas composições.

Resistimos à “usura das partes exteriores” e à morte, não apenas sobrevivendo, mas produzindo vida. Resistimos à decomposição, produzindo novas composições. Mais precisamente, vivemos num jogo contínuo de proporções balanceadas entre composições e decomposições, cujo objetivo é acertar nas doses. [...] Trata-se, sem dúvida, de outra filosofia de cuidado, cuja principal virtude, do ponto de vista aqui adotado, é se apresentar como uma prática de cuidado aliada das estratégias da vida. (TEIXEIRA, 2015, p. 38).

Se resistir é aliar-se a estratégias de criação e ampliação da vida, e se fazer comunidade (produzir comum) é compor com outros corpos, de modo a ampliar sua potência para o agir (o que, em si, permite novas composições), resistência e comunidade passam a implicar-se mutuamente. Resiste-se pelo comum, por um comum.

No processo de viver (e de pesquisar), não há ausência de riscos, mas há desenhos mais ou menos visíveis da possibilidade de experimentá-los. Dessa forma, a composição com o meio exige o enfrentamento dos riscos e a experiência das indeterminações e infidelidades. Se, como assinala Canguilhem (2012), conhecer não é dominar, a produção de conhecimento implica abertura, ao invés de controle. Abertura que não é mera adaptação, mas criação ou, como quereria Foucault (2011), entrada no jogo da agonística. Abertura, provação, vivência de riscos.

Mas de que riscos falamos? Em Canguilhem (2011), trata-se do risco como inerente ao processo vital, pois a composição com o meio exige lidar com suas infidelidades. Em Foucault (2011), fizemos um recorte acerca da discussão da coragem da verdade, que, no desenho da *parresia*, implica arriscar-se em uma relação transformadora de si mesmo.

Por fim, com Spinoza (2010), tratamos da resistência enquanto composição com outros corpos e afetos que nos levam a sermos mais (e outros) do que somos para resistir a forças e afetos que poderiam nos decompor. Acompanhando esses três autores, pensamos a resistência como movimento de criação que implica processos de transformação de si, distanciando-a de uma noção de reatividade ou de polaridade.

Este texto tem como estratégia afirmar uma intrínseca relação entre vida e conhecimento, entre pensamento e problema, entre saúde e produção de conhecimento, ancorando as reflexões em uma epistemologia vitalista. Essa afirmação supõe percorrer uma espécie de transitividade das relações, sempre tomadas como processos, como meio (não como metade), como composição com o que é da ordem da indeterminação e dos riscos. Nesse sentido, a proposta metodológica que desenvolvemos foi uma aposta na problematização como método, uma ontologia problemática do processo de produção de conhecimento.

A problematização como método aqui apresentada é um convite. Convite a um pensamento criador. Emerge de uma experiência que passa pelo compartilhamento de uma determinada política metodológica, afirmada na sustentação de uma superfície problematizadora que não separa vida e pesquisa. Uma operação de duração de um problema, que se expande e se potencializa. Problematizar: verbo no infinitivo que convoca provisórias estabilizações, sempre em vias de diferir. Problematizar: verbo transitivo que clama por um objeto movente, o qual não deixa de reinventar-se e, nessa reinvenção, não deixa de reconjugar o verbo em novas possibilidades de trânsito. Problematização: ação e movimento – corpo e pensamento, um motor utópico, um guia na errância.

Problematizar e resistir: tornar-se outro, crescer em potência, compor por entre corpos – uma resistência ativa que aposta em mundos outros.

Referências

AMADOR, F. S.; FONSECA, T. M. G. Atividade: o trabalho sob o signo do inacabamento. In: ROSEMBERG, D. S.; FILHO, J. R.; BARROS, M. E. B de. (org.). *Trabalho docente e poder de agir: Clínica da Atividade, devires e análises*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 19-49.

CANGUILHEM, G. *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *O normal e o patológico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J.; VASCONCELLOS-SILVA, P.R. O artigo científico como mercadoria acadêmica. In: _____. *Das Loucuras da Razão ao Sexo dos Anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.-

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992, p. 219-226.

_____. *Diferença e repetição*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FONSECA, T.; COSTA, L. A. As durações do devir: como construir objetos-problema com a cartografia. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 415-432, maio/ago. 2013.

FOUCAULT, M. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *Theatrum Philosophicum*. In: MOTTA, M. B. (org.). *Ditos e escritos, volume II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 230-254.-

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

GELAMO, R. P. Pensar sem pressupostos: condição para problematizar o ensino da filosofia. *Pro-Posições*, Campinas, v.19, n.3 (57), p. 161-174, set./dez. 2008.

REVEL, J. O pensamento vertical: uma ética da problematização. In: GROS, F. (org). *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 65-87.

_____. Resistências, subjetividades, o comum. *Lugar Comum*, 35-36, p. 106-114, 2012.

SPINOZA. *Ética*. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TEIXEIRA, R. As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde Soc.* São Paulo, v.24, supl.1, p.27-43. 2015.

4

Até os leões: por uma experiência narrativa do método

Oriana Holsbach Hadler

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Há esse grande provérbio – até os leões terem seus próprios historiadores, a história da caçada sempre glorificará o caçador. Eu não tinha me dado conta disto até muito depois. Uma vez que entendi, eu tinha de ser um escritor. Eu tinha que me tornar esse historiador. Não é trabalho para um único homem. Não é trabalho de uma só pessoa. Mas algo que temos de fazer, para que a história da caça também reflita a agonia, a luta – a bravura, até mesmo – dos leões.

Chinua Achebe, *A Arte da Ficção*

Você é o narrador. A arena na penumbra torna imprecisa a data. Poderia ser um janeiro úmido e frio de Londres, com a chuva esperando lá fora; mas você está sendo arrastado na escuridão e desterrado de memória dos homens, consumido pelos instantes de luz que se apaga para, logo a seguir, acender-se sobre o palco. Seu olhar é condenado a obedecer ao feixe de luz que cai sobre aquela única pessoa no centro de tudo. Silêncio. Só ressoa a história facínora diante de seus olhos. Facínora, pois há algo de cruel que demanda o esquecimento de tudo que o cerca: algo que aferroa dentro de você, de fundo

à pele, comendo alma e deixando rastro com secura na boca. Algo de morte. Nesse dia, ela estava rondando, uma ilha na memória só feita de fragmentos do que resta: *Até os leões*. Dança. Não. Você sabia que não era dança. Era ruptura no tempo: abrindo uma brecha e sugando você para os confins da terra, para o início de tudo e o fim da vida. Que também é começo.

Quando o palco fica escuro, a mulher-menina é arrastada para aquele mundo redondo. Ela é raptada e sucumbe ao que lhe foi tirado. Por pouco tempo. Porque depois é sangue. Luta brava e sangue. Tudo nela ferve e borbulha. Ela quebra em pedaços de corpo sem se esvaír. Dobra-se inteira. Cada detalhe de ação é intensidade de tamanha fortaleza que assusta. Mas o olhar não se desvia. Você é consumido por ela. Apaixonado. Ela domina todas as pessoas, o ar, os movimentos à sua volta. Tanto que seu par também assim a sente. Há uma cumplicidade medonha em seus encontros – não precisam enxergar-se para espelharem a intensidade de um com o controle do corpo do outro. Ele não consegue ver nada (sua face é recolhida em sua mão), mas não precisa: ela está ali. Eles se engolem, e você é engolido junto.

Os quatro nortes ressoam em tambores, cantos, viola, chocalhos. *Mahabharata* carnal ali. Você sente a carnificina de outro jeito. A vida em sua crueza e pura beleza: nada escapa dela. Nem a morte. A morte é fascinada pela vida. A questão não é essa. É a de quem fica para narrar a história. De quem ganha o direito de contar o que de vida restou, de quem a morte levou. O caçador nos diz da ameaça do leão, do troféu da carne exposta, do corpo-carcaça e juba conquistada... Até os leões terem seus próprios contadores de histórias. Ali, quem conta é ela. Quem domina é ela, a caça.

Suas jubas negras e lisas voam e saltam com seus pés e mãos e braços e coxas. E a morte não a leva, a fortalece. Mesmo encarcerada, trancafiada em sua história, ela transborda o cenário; este não aguenta e racha sob seus pés. Ela tem sua vingança. A lança atravessa o corpo do caçador, seu amante.

Dentro de você, é tristeza e consolo... Certo tempo de finitude. Aquela hora em que a lança corta sua carne, a fera em você é acalentada. Que bem faz saciar sede de morte. Mas é só por um tempo. O palco desmembra-se, e seu desconjunto novamente se refaz. Quem ali entrava inocente não sabia a luta primordial que em explosão aconteceria. É como andar sobre terra, sem nem ter ideia das ínfimas poderosas criações que rondam cada passo.

Você continua... em aberto... sempre.

*** Interrupção ***

Até os leões: ecos do Mahabharata, livro de Karthika Naïr (2015), versa sobre histórias não contadas da grande obra literária hindu através das lentes de personagens menos conhecidos. Majoritariamente marcado por seus protagonistas masculinos, o *Mahabharata* é um dos grandes textos sobre a Índia Antiga, narrado em sânscrito e conhecido como o maior poema épico já escrito. Nele se conta a história da Guerra de Kurukshetra e da saga de Vyasa, um dos principais protagonistas da história, em sua jornada pelas estirpes ancestrais indianas e pela sede de vingança que acompanha o tempo. Sob a ótica de Karthika Naïr, o épico é recontado a partir de uma poética das vozes secundárias. Na obra da autora, 18 personagens marginais são retirados de sua condição de figurantes, para descarnar a grande história milenar em poesia e sangue.

A autora não só inverte a proposição de gênero, fazendo pulsar as vozes das mulheres esquecidas e marcadas como notas de rodapé no *Mahabharata*, como também nos provoca a olhar para personagens ignorados na obra: a jovem sequestrada, que transcende seu ódio além de outras vidas; a mãe violentada, forçada a ver seus filhos transformarem-se em instrumentos de rancor; a mulher serviçal, torturada e escravizada pelos desejos de seu mestre de ter descendentes; a irmã solitária, que vaga através de gerações em busca de amor; o homem sem nome, sem história e à deriva de si mesmo. Além disso, e talvez de

modo mais incisivo, a autora convoca o leitor para um enfrentamento: a presença daquilo que se faz ausente nas grandes narrativas. Nesse caso, esse ponto de vista é personificado pela cachorra Shunaka – até então inexistente no *Mahabharata*, personagem inventado unicamente em *Até os leões*.

Shunaka suspeita da raça humana, mas não mais do que dos deuses ou oráculos, e é avessa à ideia de uma aliança incondicional com qualquer raça. Ela se recorda do passado e do futuro e previne seus pares contra estreitas aproximações com a humanidade. (NAÏR, 2015, p. 25-26, tradução nossa).

Na pele e voz da cachorra, a autora desloca a atenção para uma narrativa residual, pegando-nos de surpresa para o que não se imaginava presente na história. O olhar vai até o chão, e enxergamos o mundo de baixo para cima, com uma lucidez rasteira e farejadora de animal. Suas frases lançadas navalham a realidade dos outros personagens e trazem uma obviedade cruel para as relações humanas. É assim que ela amargamente avisa das guerras dos homens e de seus céus banhados de sangue, das tragédias impostas por antigos receios e inescrupulosos jogos para vitórias inférteis. Por ela, sabemos que a história dançada pela protagonista cuja vida lhe foi arrancada e exposta no espetáculo narrado no início deste capítulo, experiência que consome até mesmo o narrador, termina em morte. Em meio à narrativa canina, dançando em versos densos e coléricos, está a jovem caçada: Amba/Shikhandi. É ela quem consome o olhar do narrador e o retira de um falso senso de controle sobre os fatos. É a partir dela que Karthika Naïr cria a coreografia performada no cenário que condena a testemunha a ser engolida pela história. *Até os leões* torna-se, assim, pulsão para dança.

De forma condensada e cinética, a companhia de dança Akram Khan transforma o capítulo de Amba/Shikhandi no espetáculo também nomeado *Até os leões*. Esta é a história da princesa mais velha de Kashi, sequestrada por Bheeshma junto com suas duas irmãs no

dia de seu casamento e oferecida como noiva para o irmão de seu raptor. Contudo, ele toma por noivas as duas irmãs de Amba, o que culmina na deriva e desgraça da jovem. O sequestro arruina sua vida: seu prometido a rejeita quando de seu retorno para casa, e até mesmo Bheeshma, seu sequestrador, acaba por repudiá-la. Sem conseguir obter justiça dos mortais, Amba invoca os deuses em busca de vingança. Porém, somente após anos em sofrimento, desmoronando na realidade bestial que a devastou, a divindade Shiva aparece, oferecendo-lhe o poder de matar Bheeshma, com uma única condição: tal realização só poderia acontecer em sua próxima vida. É assim que Amba se mata. Recebendo a morte como possibilidade para sua libertação, ela renasce como Shikhandi, princesa de Panchala.

No espetáculo, sua morte faz rachar o chão do palco. A dança determinada para durar uma hora sem intervalos expande-se como a vida. A intensidade de sua duração toma tal força que a performance encenada se transforma em realidade e invade os espaços da pesquisa. Ver Amba deslizar das margens de uma única história e romper – literalmente a partir do corpo da bailarina – com os espaços que habita engendra um novo modo de pensar as relações andarilhadas em meio aos ambientes do campo de uma pesquisa. É assim que o épico teatral exposto nas primeiras palavras desta escrita, ao invocar a força de vozes secundárias, faz surgir uma proposição metodológica para uma relação com o pesquisar.

O título, *Até os leões*, é parte de um provérbio africano que diz: “até os leões terem seus próprios historiadores, a história da caçada sempre glorificará o caçador”. Tomada por esse provérbio, Karthika Naïr ultrapassa a solidez das escalas maiores e traz as vozes secundárias para serem ouvidas. A autora deixa-se possuir pelo *Mahabharata* para perspectivar eventos cataclísmicos e devolvê-los à potência dos atos menores. Akran Khan toma Karthika Naïr além de uma adaptação, devolvendo à palavra sua habilidade de desaparecer, de tornar-se coisa outra (NAÏR, 2015, documento eletrônico). É pelo espaço entre as diferentes formas expressivas que a poeta, dramaturga e produtora de

espetáculos transcende experiências narrativas por variados domínios, em que a contação de histórias se torna uma quimera de múltiplas vozes. É nessa alquimia de transformar a escrita em dança, que seu inverso também acontece, e o movimento torna-se um catalisador para a escrita (NAÏR, 2014, documento eletrônico).

Nesse movimento alucinante, perturbador de esquadros fixos, que faz o narrador deslembra sua supremacia em governar a história contada, a grande narrativa vai se tornando “era uma vez”. O poder das vozes secundárias mostra o quanto a ‘H’istória insubordina-se para transformar-se em outra completamente diferente. Passageiras, essas vozes carregam um caráter de destruição, como os anjos benjaminianos: “são fulgurantes, efêmeros, portadores de uma destruição necessária da qual não sabem o que admirará, porém acreditam que destruir certezas invioláveis vale a pena, pois caminhos impensados serão criados” (BAPTISTA, 2008, p. 9). É assim que *Até os leões* se torna um disparador para a narrativa que aqui acontece. Deixando-nos tomar pela política narrativa de *Até os leões*, este capítulo tem por objetivo discutir como os personagens secundários podem ser utilizados como operadores no modo de conduzir a pesquisa e a produção de conhecimento.

Dos personagens secundários

Cabe uma nota explicativa, certo aviso epistemológico sobre o que está em jogo quando pensamos em personagens secundários. Primeiramente... Ressaltamos que atentar para elementos secundários não significa tomá-los a partir de posturas verticais – como se houvesse algo dominante sobre histórias subjugadas, as quais movimentariam uma inversão para, então, se tornarem “as verdadeiras Histórias”. Diferentemente, trata-se “de pôr em insurreição os saberes” considerados até então mundanos, movimentando fragmentos da história para que seus restos saiam do silêncio que os cerca (FOUCAULT, 2005, p. 14-19). Trata-se de provocar espaços para “o encontro com

existências comuns, precárias ou não; vidas díspares (...) que têm o cotidiano como lugar de inconclusividade das lutas minúsculas e da criação” (BAPTISTA, 2008, p. 1). Trata-se de abrir para um plano da experiência.

Nesse plano, tempo e narrativa constituem uma experiência do acontecimento. Há um andar entre as cenas da pesquisa, que respira lenta e intensamente, como suspiros de horas finais, o que se olha. Há curiosidade para seguir rastros de coisa nenhuma a princípio. Tão logo seja, situações formam-se enquanto passo adiante, cativando pela interrupção no pensamento, produzindo no sujeito uma vontade de explorar o que se habita, sem a pretensão de explicar o que se vê. As vozes secundárias, assim, ajudam a retirar as coisas de seus contextos originais, revolvendo arquivos históricos e fazendo “ouvir novas variações e ressonâncias desconhecidas” (DELEUZE, 1992, p. 41).

Prestar atenção às vozes secundárias diz de uma intenção para a pesquisa como exercício do olhar, provocando o esgotamento do pensamento naquilo que arde quando se vê. Isso significa dizer que atentar para personagens secundários na produção de conhecimento diz menos de algo que vem de dentro, tampouco de algo à espera de ações do mundo exterior, mas que acontece no estranhamento do encontro com o outro (DELEUZE, 1992), e “em cada minuto e por todo o tempo da contemplação, nenhum ponto de vista assumido pelo espectador é o final, a exigir soberania sobre os demais” (SANTIAGO, 2009, p. 77). A narrativa junto às vozes secundárias produz uma brecha nos domínios de saberes, possibilitando às forças ultrapassarem as formas: acontecimentalizando. Contudo, como Costa (2012) percebe, não se trata do invisível ou da ordem de um desmascaramento de escondidos, mas de uma intensiva sensibilidade, fragmentárias e delirantes percepções que sejam, ao tratar de passagens sutis. Nesse campo relacional de passagens e ausências, a palavra dos emudecidos, o escrito do não documentado, a morada dos exilados, a vingança dos injustiçados, a imagem dos ausentes, sobrevive. Isso torna os personagens secundários *personas non gratas*:

dizem das ausências e negações que constituem mundo. Exilados da história formada, eles não são seres anônimos, mas aqueles cujo nominado lhes foi retirado. Portanto, eles convocam a uma denúncia. Sendo aquilo que de ausência eles anunciam, ao revolverem as lacunas arquivadas, os personagens secundários propõem uma dupla virada: ao mesmo tempo em que ativam um testemunho do esquecimento, trazem consigo uma “ameaça imemorial” que se arrasta com a força que os compeliu ao desmemorável (GAGNEBIN, 2013, p. 68). Assim, as vozes secundárias evocam uma força resistente contra uma das maiores punições da história majoritária: a negação da memória, a condenação ao oblívio.

Inegável não tomar a atenção pelo restolho da história e o efeito de memorar que Walter Benjamin possibilita. No decorrer de sua obra, a preocupação pelos pedaços esquecidos da história e certa fascinação por coisas remotas e etéreas tornam-se o fio condutor do filósofo. Mais especificamente, além das teses benjaminianas sobre o conceito de história, no ensaio “Rua de mão única” e no projeto das *Passagens*, Benjamin (1987a, 1987b, 1999, 2015) parte de elementos triviais para construir uma ponte entre experiências cotidianas e a produção do conhecimento tradicional (BUCK-MORSS, 2002). Ele nos lança a personagens secundários que põem à prova a concretude de contextos históricos, desenterrando cadáveres esquecidos em covas coletivas, ou ainda, deixando o ar uma vez mórbido carregar o fardo de quem lembra: “Pois não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (BENJAMIN, 1987a, p. 223).

Compartilhamos da admiração de Sampaio de Mattos (2016) quando esta autora comenta sobre a habilidade sensível de Benjamin para construir um enredo altamente perceptivo em suas composições constelares. Benjamin cativa pela característica fragmentária que somente um colecionador poderia ter. Ao procurar, separar e expor os elementos, estes são liberados de sua função original, transmutando relações previamente atribuídas. Coletar, assim, torna a

proximidade com os objetos uma íntima relação profanadora de suas histórias (BENJAMIN, 2015). E torna-se, também, o verbo que dirige o processo de pesquisar em meio a esse caminho metodológico: atentar para a característica passageira do conhecimento produzido, sempre colocando à prova não uma verdade ou “realidade”, mas nós mesmos. Como no fluxo do real em um sonho:

[...] porque, en el fondo, el coleccionista – podríamos decirlo de ese modo – vive ahí un fragmento de vida en el sueño, ya que también ahí, dentro del sueño, el ritmo propio de la percepción, igual el ritmo de lo que se vive, cambia y se transforma de tal modo que todo – ahora incluyendo eso que parece neutral en apariencia – choca contra nosotros y nos deja como conmocionados de improviso. Para entender a fondo los pasajes nos resulta preciso sumergirlos en la capa más honda de los sueños, para hablar de ellos tal como se hubieran chocado de repente con nosotros. (BENJAMIN, 2015, p. 224)

Um choque contra nós mesmos. Há violência no fascínio por objetos passageiros, em revolvê-los e buscar reter as imagens de histórias contadas em seus detritos. Submergir sentidos óbvios ou trazer das profundidades oníricas essa obviedade dos elementos, retornando-os a sinceras expressões, demanda uma arte da destruição. Em *Até os leões*, a morte vem para libertar Amba e alimentar sua fome de história outra. Amba lança seu corpo à máxima potência do choque que lhe foi desferido e, com isso, cria espaço. O palco não só pulsa em fogo, lançando labaredas em rachaduras, como também despe em ruínas o que ali se situa. Eis que, indo além da aparente brutalidade, a história secundária dobra a finitude: o caráter destrutivo torna-se criação – “o que existe ele converte em ruínas, não por causa das ruínas, mas por causa do caminho que passa através delas.” (BENJAMIN, 1987b, p. 237). A corporeidade de Amba, a sobrevivência dos personagens secundários, contudo, só são possíveis em sua existência a partir do olhar de testemunhas.

A testemunha não é imune ao caráter destrutivo da cena. Olhar para personagens secundários não confere àqueles que olham uma proteção. Estes também são arrastados, forçados a aguentar a memória do vivido. Não há passividade no campo testemunhal, pois, mesmo que se escolha engolir a história em esquecimento, ou que não exista uma versão de verdade junto aos fatos narrados, a testemunha será confrontada pelo seu próprio envolvimento, e, nesse jogo de deslembrar, o que recordar e como contar, aquele que testemunha pode vir a transmutar-se naquele que narra: “o testemunhar como narração vulnerável às forças do agora na pesquisa sobre o que passou.” (BAPTISTA, 2013, p. 60). Em meio a isso, o narrador-pesquisador está longe de ser alguém ao final de uma historiografia cronológica e linear, analisando tudo o que já foi – ele é criatura imbricada em uma relação singular com as vozes que o cercam e constituem. Ele é deturpado junto com a(s) história(s) contada(s). Ele morre junto com Amba quando o fogo a consome; tem seu peito dilacerado com a lança arremessada pela protagonista; vive leão e caçador. Ainda assim, ele tampouco morre. Preso está em uma batalha entre ver e sobreviver, em uma relação íntima com a morte e com o que de vida resta contar.

Cada personagem carrega uma temporalidade própria e diz de uma experiência traçada no encontro entre pesquisador e narrativa. Para darem visibilidade a seus próprios tempos, esses personagens fazem uso dos componentes históricos benjaminianos: a dinâmica do lembrar (*Erinnerung*) e a concentração do rememorar (*Eingedenken*), “que interrompe o rio, que recolhe, num só instante privilegiado, as migalhas dispersas do passado, para oferecê-las à atenção do presente.” (GAGNEBIN, 2013, p. 80). Fazem uso de um exercício genealógico do rememorar foucaultiano, em que a escritura não acontece presa a uma série linear, de um passado que se rememora até um presente fixado em um ponto central. Sob tal ótica, há um abandono àquilo “que defina a lembrança vinda e o instante de escrevê-la. Mas, antes, uma relação vertical e arborescente em que uma atualidade paciente, quase sempre silenciosa, jamais dada por si mesma, sustenta figuras”

que não se ordenam por um tempo enclausurado, mas que vivem um presente próprio, este que “só aparece uma vez, quando a atualidade da escrita é finalmente dada” (quando o romance termina e a linguagem não é mais possível) (FOUCAULT, 2009b, p. 71).

A partir dos personagens secundários, a pesquisa perde seus contornos e formas identitárias, não ficando claro o que é do campo ou do pesquisador, exatamente porque tais elementos caminham no universo mesclado entre esses domínios de saber, quando um já não mais se distingue completamente do outro. Como alerta Barthes (1988), isso não significa sustentar a destruição ou dissolução de ambos – afinal, certos elementos seus são conservados e identificados –, mas dizer de uma inseparabilidade e desvios provocados entre si. O cuidado, nesse sentido, é o de manter certa especificidade do discurso histórico, não caindo em uma orgia fictícia ou na ilusão de reconstruir o passado a partir de seus rastros. Sair dessa armadilha do método é esgotar a pergunta: como narrar aquilo que pertence a tumbas da memória, mas que continua a forçar-nos urgências no presente?

Quem conta o que de vida resta

Como narrar a profundidade do sofrimento do leão, fazendo sentir aquilo que está na superfície da pele? Que histórias são possíveis quando há insuficiência da palavra para dizer de experiências incomunicáveis? Diz Gagnebin (2013, p.56) que esta é a problemática que consome Benjamin: “a da impossibilidade da narração e a exigência de uma história nova.”. Impregnado pela sanguínea realidade entre guerras, Benjamin sente o sujeito do capitalismo moderno como criatura tomada pelo silêncio dilacerante dos campos de batalha: seres que não aspiram a novas experiências, mas sim à libertação de toda experiência. Silenciada pelas explosões e assolada por uma barbárie tecnocrata, a existência humana do pós-guerra é aquela que basta a si mesma, à qual não cabe mais existir além de um desejo de fuga frente a um incessante cotidiano. Somada a isso, a perda de referenciais

coletivos inculcida pela burguesia do século XIX contribuiria para um declínio do sensível, deixando o rastro da propriedade por onde os sujeitos passam, mas despossuindo-os de sentidos. Em um apelo por um desamortecimento dos encontros, o filósofo convoca uma prática política à atividade da narração, uma vez que as histórias (e contistas) estariam esgotadas.

Chinua Achebe (1930-2013), o sábio nigeriano passador de experiências, considerado um dos grandes literatos africanos, profetizava sobre o que consistiria ser a arte de narrar histórias: sobre se ocupar da força arcaica provinda do próprio esgotamento das histórias. Nascido em um país com cerca de 250 etnias e mais de 500 línguas, falava de uma relação com a narratividade que necessariamente passava pela transmissão oral e contação de histórias (LUCAS, 2013). Nessa relação, a passagem transgeracional de histórias significava intermediar paisagens, emitir sons com sentidos quase míticos em uma composição de possibilidades que chegariam a anular umas às outras de tantos (im) possíveis. Nessa passagem, ele relatava um temor: como, no meio de tantas histórias, das histórias dos outros, não perder a sua? Exilado por ditaduras e militante contra o colonialismo europeu na África, o apagamento da história de seu povo era intensidade que alimentava sua narrativa. Em meio a tantas violências, mas principalmente sobrevivências, Achebe sabia: não havia como não perder sua história. A história individual perdia-se. Aquilo que restava tornava-se “pluralidade de vozes, tragédias e sonhos” (LUCAS, 2013). Não se era *uno*; colecionavam-se/coletivizavam-se fantásticas histórias: “talvez seja como o avesso e o direito de uma mesma coisa: um sentido ou uma ciência aguda do possível, junta, ou melhor, disjunta a uma fantástica decomposição do eu.” (DELEUZE, 2010, p. 72).

Em Benjamin, a narração consistia em tocar a experiência coletiva em seu sentido pleno (*Erfahrung*), resistindo à tentação de preencher a qualidade lacunar do passado ou de transcender a infinitude do presente (GAGNEBIN, 1993). Colecionador de livros e histórias, o filósofo alemão não chegou a conhecer a escritura de Achebe,

pois, no ano de sua morte, o contista nigeriano era ainda criança. Achebe sabia contar histórias. Para ele, a contação era ato que acontecia como uma mascarada – em dança e luta. Contar uma história seria mover-se como os mascarados que dançam nos festivais Igbo. As pessoas da tribo de Igbo dizem que, se você realmente quer ver bem, não deve ficar em um único lugar. A mascarada move-se por toda a arena. Dançando. Se você está enraizado em um único lugar, perderá muito da graça da performance. Então, você se movimenta, “e essa é a forma como as histórias do mundo deveriam ser contadas – a partir de diferentes perspectivas.” (ACHEBE, 1994, documento eletrônico).

Para pesquisar, é preciso tornar-se o narrador que se coloca em diversos lugares, encontrar-se com seu duplo. Nesse ponto, toca-se a figura do contista com a dupla passagem narrativa que nos apresenta Benjamin (1987a) em “O narrador” e as diferentes formas de relação com políticas narrativas. Em uma representação arcaica, Benjamin apresenta a figura do narrador em dois tipos fundamentais: o camponês e o marinheiro. Enquanto o primeiro conhece intimamente sua terra, pois sua vida se alonga junto às raízes onde se originou, o segundo é o eterno retornante que carrega histórias vividas no além-mar. O contista, assim, encontrar-se-ia nesta dupla passagem: entre alguém que vem de longe e aquele que conhece da terra as minúcias da localidade. Essa dual função da contação de histórias remete a um dos elementos chave para a produção de conhecimento desde que o mundo é mundo: a experiência como força norteadora para os relatos de viagens (ZIEBELL, 2002). Há, então, uma relação entre narrativa e pesquisa, entre passado e presente, na qual o “historiador deve constituir uma experiência (*Erfahrung*) com o passado.” (GAGNEBIN, 1987, p. 8).

Larrosa (2002) lembra-nos de que *experiência*, em alemão, contém *fahren* e *Gefahr*, cujos sentidos são “viajar” e “perigo”. Experiência, assim, torna-se uma travessia perigosa, na qual o viajante está exposto a tudo que há de risco e vida. Nessa travessia, a experiência é considerada coletiva, fluxo vivo e comum em uma história aberta ao fazer junto; é artesanal, e nela há um tempo e uma precisão para contar,

uma ligação secular de gestos em que “a alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo eles definem uma prática” (BENJAMIN, 1987a, p. 220) e, ainda, uma dimensão sábia que deixe em aberto o surpreendente para aquele que ouve. Ao conservar-se a intensidade no percurso narrativo, traçam-se caminhos que levam ao limite de uma metamorfose, pois, no decorrer do relato, há uma fragmentação do sujeito: deixamos de ser os mesmos. Assim acontecem os laços essenciais entre narrar e morrer.

Narrar é morrer e não morrer. Um movimento incessante em que contar se movimenta como “um vício de fazer para desfazer” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2014, p. 349): como a mortalha tecida e destecida por Amaranta em *Cem Anos de Solidão* ou como o caçador Gracchus de Kafka, que não consegue mais morrer, “um coroamento de várias camadas em que nada é abreviado” (AGAMBEN, 2014). Isso diz de uma relação com a finitude em que a agonia é força produtiva. Não se depura a morte como o avesso da vida, mas tomam-se ambas pelo caráter lento e intenso – de gentil e arrepiante assombro no pescoço que causam:

Assim como no interior do agonizante desfilam inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso –, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer, para os vivos em seu redor. (BENJAMIN, 1987a, p. 207-8).

Achebe nos chama atenção para a autoridade do agonizante quando encara a narrativa do sofrimento e da bravura dos leões como força intempestiva para os princípios de histórias outras. No limiar dessa narrativa que chama a outra relação com a morte e o morrer, a noção de experiência convoca-se como uma passagem ao limite (FOUCAULT, 2003), um limite que o narrador-pesquisador conhece bem. Afinal, ao sentir o que de vida transborda no cotidiano das múltiplas vozes que compõem suas passagens, o narrador é aquele atravessado pela

agonia dos protagonistas, aquele que se mantém alma penada vagueando entre fronteiras. Há um lugar de descontinuidade onde se coloca aquele que conta: aprisionado entre aquilo que vê e que o torna parte da história e o espaço dimensional de não ser o personagem principal da história propriamente dita. Por mais que arda em seu corpo o que ele vê, forçando seu olhar a outros limiares (tornando-o infinitamente outros!), ao sentir a morte do personagem, há a impossibilidade de, afinal, morrer: “da volta de onde jamais estivemos, estamos finalmente aqui, aonde não poderemos mais voltar.” (AGAMBEN, 2014). Nesses termos, é pela narrativa que sempre retornará aquele cuja vida resta contar, e é nesse ponto que a pesquisa se torna fugaz e, ao mesmo tempo, resistência: na invenção da palavra em que o próprio indizível se torna experiência do possível.

Há quem pense que, para essa brecha do *entre espaços* que o narrador assume, se encontraria uma solução, caso a narrativa fosse lançada sob um referencial autobiográfico. Afinal, dizem esses, o contista seria o “protagonista da própria história”, alicerçado em uma interioridade e privilegiadamente seguro pelo nome próprio. Contudo, Michel Foucault (2009) já atinge esse ponto ao denunciar a falácia de uma autoria individual e a falsa proteção do lugar “de quem fala”. Ao contarem-se histórias, a autoria desmancha-se, e o sujeito que narra não cessa de desaparecer: o narrador chega até a morte, encarando sua própria finitude. Sua marca, assim, “não é mais do que a singularidade da sua ausência: é preciso que ele faça o papel do morto” (FOUCAULT, 2009, p. 269). Sob essa ótica, o pesquisador-autor encarna a presença-ausência de um modo de existência e encontra nessa itinerância uma experiência-limite de dessubjetivação. Aquele que conta uma história está no umbral da impossibilidade (de viver e de morrer), no extremo do limite.

É assim que “quem conta” se torna menos importante do que “como contar”. Se seguirmos a intensidade foucault-benjaminiana como alimento para uma narrativa experimental que diz de uma relação passageira com a pesquisa – passageira, pois aquilo que é

narrado não diz de uma história única ou de uma verdade maior –, a noção de experiência tornar-se-á conceito operador para o modo como acontece a produção de conhecimento sob esse viés metodológico de “contação de pesquisas”. Narrar uma pesquisa, então, torna-se um gesto que **desassossega** – “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (BENJAMIN, 1987a, p. 205); que **afronta** – “a loucura, a morte, a noite, a sexualidade ao aprofundar o próprio espaço de fala” (REVEL, 2005, p. 47); que **transborda** – “naquela instantânea fulguração, algo ultrapassa a subjetivação que os condena ao opróbrio, e fica sinalizando nos enunciados lacônicos do arquivo como o sinal luminoso de outra vida e de outra história” (AGAMBEN, 2007, p. 52); e que **descarna** – “tiene la tarea de desgarrar al sujeto de sí mismo, de manera que no sea ya el sujeto como tal, que sea completamente otro de sí mismo, de modo de llegar a su aniquilación, su disociación” (FOUCAULT, 2003, p. 12).

*** Fim da Interrupção ***

Você se dá conta da sua nudez quando deixa para trás o palco de *Até os leões*, ao ser consumido pela história e, de repente, encontrar-se ao relento, à sorte da chuva que espera do lado de fora do teatro. Quando as luzes se apagam e se acendem novamente, desacorçoando o público, o narrador fica com a solidão de seu desmembre – fragmentado sujeito da vida e morte de Amba. No caminho sobre os paralelepípedos molhados, as gotas d’água queimam pele viva, ainda ardida com as cenas, que se tornam cada vez mais destroços longínquos em memória e, por isso mesmo, latejam nos fragmentos de imagens que ficam. A “imagem arde em seu contato com o real. Inflama-se e nos consome por sua vez.” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208). Você vê, nessa dualidade quase distópica da experiência (da distopia: de futuros, mas presentes estados imaginários em que se vivem condições de extremos limites), a operação que faz arder o processo da pesquisa, que se torna um imperativo ético-político, até os leões terem seus próprios historiadores.

De passagens finais

Pensar uma metodologia que percorra os caminhos do pesquisar pelos personagens secundários é provocar a insurgência de uma composição de fragmentos e memórias que se tornam uma história (ou estórias) das ontologias da veridicção. Essa ontologia implica considerar o discurso como uma prática, conceber a verdade a partir de regimes de veridicção e considerar toda ontologia uma ficção. A verdade, sob tal ótica, coloca-se como acontecimento, em oposição a uma verdade demonstração. Como acontecimento, esses regimes de veridicção só podem dizer de um determinado lugar, de um determinado momento e de um modo como as coisas se relacionam ao habitar o mundo. Nessa analítica, “lascas, fragmentos, rastros de algo interrompido, trazidos por tempestades, inquirirem a quietude do presente” (BAPTISTA, 2013, p. 61). Dessa inquietude frente ao presente, os personagens secundários tornam possíveis as explorações de espessuras do tempo, inventando tempos diversos e plurais para dizer de fugazes pontos de cruzamento (diferentes e contrapostas miradas, como as mascaradas de Achebe).

Cada personagem surge como força, agenciamento, constituindo núcleos de experiências que insistiram na memória, impondo suas ressonâncias no caminho da pesquisa.

Eu quis que se tratasse sempre de existências reais: que se pudesse dar-lhes um lugar e uma data; que por trás desses nomes que não dizem mais nada, por trás dessas palavras rápidas e que bem podem ser, na maioria das vezes, falsas, mentirosas, injustas, exageradas, houvesse homens que viveram e estão mortos, sofrimentos, malvezas, ciúmes, vociferações. (...) Quis também que essas personagens fossem elas próprias obscuras; que nada as predispu-esse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões,

em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado. (FOUCAULT, 2006a, p. 206-7).

Ao não impedirmos a insistência dessas existências em memória, mas entregando-nos às suas infâmias e deixando-as transbordar, a presença desses personagens faz tensionar planos de veridicção sobre os quais uma série de questionamentos podem ser feitos: a que formas e forças tais personagens atrelam aquilo que fazem falar? Quais modos de ser lhes são impostos para que esses personagens existam nessas condições? Quais discursos de verdade esses personagens fazem tensionar e a partir de que jogos?

Isso significa dizer que pensamos a pesquisa a partir da relação entre sujeito e verdade e dos modos como o sujeito se insere e constitui a si mesmo nesse jogo da verdade usualmente historiado pelo caçador, que, orgulhoso, empalha cabeças de leões e faz uso de sua carcaça. Por fim, que este capítulo possa ter servido como possibilidade para descolonizar a narrativa e lançar o olhar sobre nós mesmos; um confronto com nosso próprio envolvimento na pesquisa, em um jogo do deslembrar e de como contar aquilo que nos toca, voltando o olhar para elementos habitualmente ausentes nas grandes narrativas.

Referências

- ACHEBE, C. The art of fiction. [Entrevista cedida a] Jerome Brooks. *The Paris Review* 139. 1994. Disponível em: <http://www.theparisreview.org/interviews/1720/the-art-of-fiction-no-139-chinua-achebe>. Acesso em: 06 ago. 2019.
- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AGAMBEN, G. Quatro glosas a Kafka. *Revista Cult*, 194, n.17: *Franz Kafka – A literatura como experimentação política e filosófica*. OLIVEIRA, C. (trad.). São Paulo: Bregantini. 2014. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/category/edições/194/>. Acesso em 06 ago. 2019.
- BAPTISTA, L. A. Walter Benjamin e os anjos de Copacabana. *Revista Educação Especial: Biblioteca do professor*, São Paulo, v.7, p.60-69, 2008. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Arquivos/textos_sti/Luis%20Antonio%20Baptista/texto93.pdf. Acesso em 06 ago. 2019.
- BAPTISTA, L. A. O cientista e o pastor entre bétulas e amoladores de facas: genocídios da diferença. In: XIMENDES, A.; REIS, C.; WOLSKI, R. *Entre garantia de direitos e práticas libertárias*. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, CRPRS, 2013, p. 59-66.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. [Obras Escolhidas - Vol.1]. ROUANET, S.P. (trad.). São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. [Obras Escolhidas - Vol.2]. TORRES FILHO, R.R.; BARBOSA, J.C.M. (trad.). São Paulo: Brasiliense, 1987b.
- BENJAMIN, W. *The Arcades Project*. EILAND, H.; MCLAUGHLIN, K. (trad.). Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 1999.
- BENJAMIN, W. *Obra de los pasajes*. [Colección Obras - Libro V]. BARJA, J. (trad.). Madrid: Abada Editores, v.1/v.12, 2015.
- BUCK-MORSS, S. *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens*. ANDRADE, A. L. (trad.). Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COSTA, L. A. *Desnaturar desmundos: a imagem e a tecnologia para além do exílio no humano*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/55684>. Acesso em 06 ago. 2019.

DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. PELBART, P. P. (trad.). São Paulo: Ed. 34, 1992.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. *Pós: Belo Horizonte*. CARMELLO, P; CASA NOVA, V. (trad.). Belo Horizonte: UFMG, v. 2, n. 4, p. 204-219, 2012. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/60>. Acesso em 06 ago. 2019.

FOUCAULT, M. Cómo nace un ‘libro-experiencia’ [Entrevista concedida a Ducio Trombadori (1978)]. *El yo minimalista y otras conversaciones*. Buenos Aires: La marca, 2003. p.9-18.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. A Vida dos Homens Infames (1977). *Ditos e Escritos IV - Estratégia, Poder, Saber*. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222.

FOUCAULT, M. O que é um autor (1969). *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. In: MOTTA, M. B. (org.). BARBOSA, I. A. D. (trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p.264-298.

GAGNEBIN, J. M. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. [Obras Escolhidas - Vol.1]. 3 ed. ROUANET, S.P. (trad.). São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-19.

GAGNEBIN, J. M. *Walter Benjamin: os cacos da história*. [Coleção Tudo é História 147]. 2 ed. SALZSTEIN, S. (trad.). São Paulo: Brasiliense, 1993.

GAGNEBIN, J. M. *História e Narração em Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GARCÍA MÁRQUEZ, G. *Cem Anos de Solidão*. 83 ed. NEPOMUCENO, E. (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2014.

KAFKA, F. *O caçador Graco (Der Jäger Gracchus)*. Narrativas do espólio. CARONE, M. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.66-72.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, Zeppelini Editorial, v. 19, p. 20-28, jan/fev/mar/abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em 06 ago. 2019.

LUCAS, I. Chinua Achebe 1930-2013: o escritor que tinha medo de ficar sem história. *Público Porto*, Porto/Portugal, Cultura Ipsilon, Notícias, n. 8381, ano XXIV. 2013. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/03/22/culturaipsilon/noticia/escritor-nigeriano-chinua-achebe-morre-aos-82-anos-1588772>. Acesso em 06 ago. 2019.

NAÏR, K. Into the rhythm of words. In: DATTA, S. *The Hindu*, India National Paper, Book Reviews, Children. 2014. Disponível em: <http://www.thehindu.com/books/books-children/into-the-rhythm-of-words/article5699176.ece>. Acesso em 06 ago. 2019.

NAÏR, K. *Until the lions – echoes from the Mahabharata*. Great Britain: Arc International Poets, 2015.

NAÏR, K. The Mahabharata is a literary Petri dish. In: NAGARAJAN, S. *The Hindu*, India National Paper, Book Reviews, Authors. 2015. Disponível em: <http://www.thehindu.com/books/books-authors/karthika-nair-on-her-book-until-the-lions-a-layered-reinterpretation-of-the-mahabharata/article7681238.ece>. Acesso em: 06 ago. 2019.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. GREGOLIN, M. R.; FILHO, C. P.; MILANEZ, N. (trad.). São Carlos: Claraluz, 2005.

SAMPAIO DE MATTOS, M. *Ética da memória em Walter Benjamin – Um ensaio*. Porto Alegre: Bestiário, 2016.

SANTIAGO, S. A ficção contemporânea e visionária de Adriana Varejão. In: DIEGUES, I. (org.). *Adriana Varejão – Entre carnes e mares*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2009. p. 73-84.

ZIEBELL, Z. *Terra de canibais*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

5

Memórias Inventadas do Endividamento: experimentações ficcionais de si como método

Anete Regina Cunha

Luis Artur Costa

A concreção do “fazer viver” na operação narrativa: heterotopias de si

Sebastião, um idoso pobre, viúvo, vive sozinho em seu casebre e locomove-se com dificuldades. A pequena casa, uma mistura de tijolos sem reboco e madeiras sem pintura, exala um cheiro forte de fumaça do fogão a lenha, pois Sebastião, criado na roça no interior do estado, não se acostuma com comida feita no fogão a gás. Ao lado do fogão a lenha, há uma pia e uma geladeira nova, que chama a atenção de quem entra. Um sofá velho e uma mesa com duas cadeiras completam a mobília do pequeno cômodo. Separada por uma cortina, pode-se ver uma cama de casal e uma pequena cômoda, a qual provavelmente guarda os trapos e farrapos de uma vida que cobrem o corpo cansado de Sebastião. Corpo forte e franzino: em um só tempo, marcado pela dura labuta diária que lhe definiu os músculos e pela passagem do tempo que lhe levou o viço, afinou os membros e venceu a pele em muitas dobras. Desde a morte da esposa, há quase 5 anos, Sebastião

mora sozinho. As filhas e filhos pouco vêm visitá-lo, talvez uma ou duas vezes no ano, mas ele não se importa, sabe que eles têm suas vidas para cuidar. Sebastião não quer ser um peso. Sempre trabalhou como jardineiro. Primeiro, em grandes empresas da cidade; depois, ficando mais velho e cansado, acabou sendo demitido. Então, comprou uma carroça e fazia pequenos bicos de jardinagem nas casas mais abastadas. Mas a idade, a doença da esposa, o problema nos joelhos, o desgaste na coluna, o tempo passando, tudo isso fez o trabalho diminuir muito, e Sebastião teve que vender a carroça e o companheiro Escadinha. Escadinha era um amigo equino, um companheiro de longas jornadas pelas ruas da cidade, entre carros e buzinas, árvores e jardins, casas e passantes. Sem dinheiro para a ração, Sebastião teve que vender Escadinha, sua última escuta do dia a dia. Surpreendeu-se com as lágrimas. Achava que já haviam secado por inteiro. Chorou uma noite toda um choro sofrido, chorou por Escadinha, pela solidão companheira de todos os dias, pelo padecimento da vida, pela esposa falecida, pela roça há tanto tempo perdida, e, entre um soluço e outro, adormeceu. Sem Escadinha, sem trabalho, vivendo da parca aposentadoria, Sebastião acordava todos os dias pela manhã para preparar seu chimarrão, ouvia as notícias no rádio, divididas entre a violência, que ele entende que aumenta a cada dia, e as notícias de que a economia vai melhorar e que o Sr. Presidente vai aumentar o Bolsa Família. Todo dia, no fim da tarde, vai até o mercadinho do Sr. Silveira comprar alguma coisa. Compra pingadinho – um pão ali, um saco de leite lá, um pacote de bolachas acolá. O dinheiro pouco é contado. Gasto a conta-gotas. Mas, na verdade, esse vai e vem ao mercado serve mesmo é para puxar uma conversa diária e espantar um pouco a solidão no final da tarde, que anuncia a longa noite insone. Foi lá no mercadinho que conheceu Leontina. Leontina tinha um sorriso até que bonito, cabelos negros, lisos e compridos, tez parda, boca larga ressaltada pelo batom vermelho, que lhe avivava ainda mais o olhar aguçado de quem tem fome de vida. Usava um perfume simples e doce que lembrava alfazema. Tinha um jeito meio tímido,

mas decidido, que agradou a Sebastião. Era bem mais nova que ele, mas naquela hora, no mercadinho, um impulso assombrou-o, e ele fez um elogio delicado que Leontina gostou. A inocência do comentário de Sebastião fizera-lhe sorrir. Conversaram ali mesmo. Era gostoso sentir-se segura e acariciada pela atenção de Sebastião. Leontina, assim, aceitou tomar um chimarrão. Leontina, há muito sem pai nem mãe, fugida da casa da sogra e da violência do marido, deixara para trás os filhos e estava sozinha na vida, dependendo de pouso na casa de uma conhecida. Sebastião, sozinho também. Leontina, ainda jovem, apesar dos mais de 40 anos, ainda bonita aos olhos e ao desejo de Sebastião. Leontina trouxe todos os seus poucos pertences dentro de uma sacola plástica. Trouxe também a vida, a companhia para o chimarrão pela manhã e a cama aquecida nas noites frias. E assim viveram por mais ou menos seis meses. Sebastião remoçou, comprou um refrigerador novo em 24 vezes, mas valeria a pena, afinal, Leontina merecia beber a cerveja gelada que ela gostava tanto. Mas a vida é uma sucessão de encontros e desencontros, som e fúria. Um dia, os olhos de Leontina encontraram os de João, um caminhoneiro que estava de passagem pela cidade. Ela resolveu ir embora com ele, foi tentar outra vida em outras estradas.

“E essa é a história”, diz Sebastião, cabisbaixo e envergonhado, para a fisioterapeuta que o atende em função do grave problema nos joelhos. Sebastião conta para ela que, depois que Leontina foi embora, não apenas está quase sem conseguir caminhar de tanta dor, como também, para completar, está sendo ameaçado pelo vizinho e ex-amigo, “Seu Silveira”, dono do mercadinho, que lhe quer cobrar uma dívida alta. Sebastião diz que não, que a conta não é dele e que não tem como pagar. Diz que essa conta quem fez foi Leontina e que ele não sabia dessas compras. A fisioterapeuta recomenda-lhe que peça ajuda. Ele retruca que não quer saber de ninguém se metendo em sua vida e prefere morrer com a dignidade que lhe resta. A profissional da saúde pública, preocupada com Sebastião, faz uma denúncia ao CRAS e ao CREAS responsáveis pela região. Em reunião de Rede para discutir

o caso, a agente de saúde do território acredita que ele deve arrumar dinheiro para pagar a conta, pois quis viver com uma mulher bem mais nova que ele. A assistente social do CRAS acha que o idoso deve ser abrigado para proteger-se das ameaças do vizinho. Outra assistente social diz que vai verificar se o idoso tem cadastro único e se recebe algum benefício, pois assim poderia pagar a tal conta. A psicóloga do CREAS lembra que poderiam procurar os filhos de Sebastião e acionar a família extensa para que cuide do idoso e o tire da situação de risco. A agente relata que Sebastião se recusa a sair da casa para ir ao abrigo: prefere morrer a não poder viver sua própria vida em seu próprio canto. Por fim, a equipe encaminha sua internação em uma instituição de longa permanência para idosos.

Em uma manhã de junho fria e chuvosa, a psicóloga, um agente de saúde, um enfermeiro e dois guardas municipais pisam no barro mole encharcado e abrem a frágil porta da velha cerca que delimita o terreno da casa. Chegam diante da porta e batem insistentemente. Gritam o nome de Sebastião algumas vezes. Estão a ponto de derrubar a fina porta de madeira quando vagarosamente ela é aberta e revela o frágil e caquético corpo de Sebastião, usando apenas bermudas, chinelo e um casaco puído pelo tempo. No entanto, os olhos de Sebastião expressam toda a indignação que aquele momento enseja. Ele tenta enfrentar as indesejadas visitas. Raivoso por antever a violação, o velho senhor resmunga: “o que vocês querem aqui?”. Sem aviso, um dos enfermeiros agarra com cuidado e firmeza o pálido e magro braço de Sebastião, os dedos da mão do enfermeiro sobram em meio ao membro varapau. Sebastião tenta desvencilhar-se do contato, mas sua força não é suficiente; ergue os olhos firmes para o enfermeiro em meio a medo e revolta, enquanto a psicóloga lhe explica, com voz calma, que ele será levado para um bom lugar, seguro, onde será cuidado. Assistindo à cena, um dos guardas municipais lembra-se de seu velho pai, da morte anunciada e dos dias sombrios que passa no hospital ao lado dele, relutando com a ideia do descanso eterno. O guarda vai esperar no carro, não suporta aquela cena de horrores

vestida de cuidado: sente o peito apertado e dolorido, tanto quanto o braço esquelético de Sebastião na mão do enfermeiro. Percebendo a arapuca, Sebastião amaldiçoa seus tutores com as mais baixas palavras, insulta antepassados de todos os presentes, profetiza mortes e danças, mas de nada adianta tamanha e fervorosa discussão. Resignado, vagarosamente junta seus poucos pertences em uma sacola quase tão velha quanto ele. Trêmulo e exausto, marcha em passos miúdos em direção ao carro da prefeitura, sem se importar com a lama onde afunda os pés. Na rua, em volta do carro, a vizinhança se alvoroça e profere palavras de ordem – algumas de apoio aos técnicos da prefeitura, por sua preocupação e cuidado com Sebastião; outras de revolta pelo maltrato com aquele idoso, que quer viver ou morrer sozinho e em paz. Assistindo a tudo, Seu Silveira, dono do mercadinho, permanece imóvel, testemunhando a cena, absorto em seus pensamentos, lembrando que a dívida não será paga, mas angustiado frente à ideia de que o melhor para Sebastião está sendo feito. O carro da prefeitura afasta-se, indiferente ao alvoroço. Seu Silveira fecha a porta do bar; hoje não está se sentindo bem.

Nos meses que se seguiram, a psicóloga visitou Sebastião no abrigo algumas vezes. Encontrou-o sempre sentado no refeitório, com os olhos vidrados na janela. Ainda que demonstrasse certo abatimento, negando-se a falar com ela, a jovem psicóloga sempre sentia certo alívio ao encontrá-lo, pois imaginava que, do contrário, poderia estar morto, assassinado pelos credores ou simplesmente falecido de causas naturais por não ter alguém para cuidá-lo em sua pequena casa. A psicóloga sabia da triste sina de Sebastião, mas acreditava que, mesmo em meio a tanto tédio e desamparo, mais uma vida havia sido salva de um desfecho ainda pior. No entanto, quando deitava em sua cama, antes de dormir, certa aflição sempre assaltava suas memórias. Poderia ele ter tido uma vida mais digna com o risco da morte? Poderia a proteção da equipe do CRAS e do CREAS ser pior que a prisão final a sete palmos do chão, em uma caixa de madeira

barata, no meio do campo santo? Qual a vida que valeria a pena ser vivida? Proteger a vida é garantir a sobrevivência?

Em momento algum, na reunião que decidiu os rumos de Sebastião, os profissionais questionam-se se talvez não fosse mais importante para ele viver sozinho em sua casa do que ser tutelado e ter resguardada sua sobrevivida. Afinal, ele já viveu tanto, passou por tantas coisas, construiu sua casa, sua pequena vida, e prefere morrer a ter de depender de alguém, de alguma instituição, depois de tanta luta para ser um homem só. O que acontece entre nós que faz com que os modos de existência dos miseráveis, das vidas precárias, devam ser combatidos, governados, corrigidos? Combatemos os modos de existência da pobreza na mesma medida em que são esses modos de existência que nos fazem existir como trabalhadores das políticas públicas? Acreditamos nós que Sebastião tem uma dívida moral e subjetiva conosco, enquanto somos nós que dele dependemos? Ao apresentarmos tal questão, endividamos e culpabilizamos ainda mais tais profissionais, que já convivem com a precariedade e incompreensão do Estado e da sociedade? Como opera esse imperativo de fazer viver no contemporâneo, gerindo as vidas dentro de uma norma e de muitas dívidas, negando a possibilidade de outras formas de viver ou morrer?

Uma endividada: articulando Figura Estética e Personagem Conceitual na acontecimentalização das condições de possibilidade do dizer

A narrativa que principia este texto é uma versão e uma amostra dos muitos outros fragmentos ficcionais cerzidos pelo trabalho a partir do qual elaboramos este artigo (CUNHA, 2017). É uma narrativa produzida para tecer problemas acerca das práticas da assistência social no que tange aos governamentos (VEIGA-NETO, 2005) da pobreza: tensionar os conceitos, percepções e afetos que se agenciam

e constituem as máquinas cotidianas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e demais políticas associadas a esta (Saúde, Segurança, Educação, Seguridade Social, etc.), para problematizar essas práticas e suas produções. Tal narrativa serve de usina onde se forja a protagonista da investigação, a personagem Leontina: Figura Estética constituinte de um bloco de perceptos e afectos (DELEUZE; GUATTARI, 1992), o qual nos permite erigir, por sua vez, a Personagem Conceitual (DELEUZE; GUATTARI, 1992), “uma endividada” que cerze um complexo, heterogêneo e sensível conceito de endividamento a partir do agenciamento de elementos sensíveis-inteligíveis do plano pré-filosófico em máquina-mundo. Consideramos, aqui, “conceito” não como uma palavra ou definição, mas sim como uma rede de termos, operações, elementos sensíveis, a qual se articula de modo autopoietico-maquínico na produção de uma perspectiva-mundo (DELEUZE; GUATTARI, 1992). A Personagem Conceitual amarra no plano pré-filosófico a máquina-conceito: condição de possibilidade não só para tornar operável, tangível e inteligível esse conceito de endividamento, mas também para colocar em questão suas modulações subjetivas, morais, econômicas e ontológicas nas dinâmicas de consumo da lógica capitalística.

Nessas narrativas, assim como Sebastião fez acima, Leontina opera como Figura Estética que erige uma Personagem Conceitual ao dar corpo às diferentes articulações das práticas de governo em sua ação de “fazer viver” (FOUCAULT, 2008b; 2008a) e fazer morrer (MBEMBE, 2016) trazendo-as em seus complexos arranjos cotidianos sensíveis e inteligíveis por meio do agenciamento de diferentes estratégias metodológicas na confecção do seu plano problemático: a autoetnografia (FELIU, 2007), a autoficção (PEREIRA, 2009), a biografemática (FONSECA *et al.*, 2015), a ficção como método (COSTA, 2014; SAER, 1997), a Personagem Conceitual (COSTA; FONSECA, 2016) e o delírio como método (FONSECA *et al.*, 2010). O corpo da pesquisadora que opera tais dobradas, superfícies e tensionamentos narrativos não é um corpo qualquer: trata-se de

uma vida atravessada pelas práticas da assistência social, área na qual atuou como profissional por mais de 20 anos. Esse corpo tramado nas linhas da assistência serve de laboratório, de condição de possibilidade para a invenção e experimentação da ficção e do delírio. Tal escrita não possui o caráter de testemunho (FONSECA *et al.*, 2015) ou ilustração de conceitos com eventos vividos. Antes de tudo, trata-se de uma etografia (FOUCAULT, 1985), ou seja, da escrita tornada espaço de experimentação no deslocamento de si mesmo: escrita de si como experimentação de outramento em um texto tomado como laboratório de criação do objeto, e não como seu território de comunicação.

Leontina, figura estética que dá passagem à nossa Personagem Conceitual, não é um mosaico de casos encontrados, muito menos um *alterego* submetido à autora. Usualmente, o termo *alterego* refere uma estratégia para o autor colocar-se no texto sem se expor por completo; no entanto, aqui falamos do espaço de construção de uma nova possibilidade de pensamento e sensibilidade. Leontina é a ação de deslocamento dos regimes de dizibilidade, visibilidade, performatividade, etc., construídos no decorrer de 20 anos de trabalho por essa profissional da assistência que aqui se experimenta escritora em uma reescrita de si e do seu campo profissional.

A ficção na Figura Estética de Leontina busca operar a crítica que acontecimentaliza nossos sistemas de aceitabilidade implícitos-explícitos em nossos cotidianos (FOUCAULT, 1990), levando-nos, pouco a pouco, à construção da Personagem Conceitual “Uma Endividada” como ferramenta que opera uma amarra dos termos e elementos dessa experiência em uma máquina-conceito, a qual produz uma inteligibilidade outra ao trabalho de sempre: espelho heterotópico, *alteregoico*, que nos faz ver as asperezas do governmentamento da pobreza em meio às aveludadas práticas de cuidado na assistência.

Uma endividada emerge como personagem conceitual possível para ofertar inteligibilidade às narrativas sensíveis da Figura Estética: surge uma condição de possibilidade da criação de conceitos em meio

ao plano pré-filosófico dos arranjos estéticos de percepções e afetações (DELEUZE; GUATTARI, 1992). Emerge nas narrativas das Memórias Inventadas uma estilística do endividamento que opera nos usuários e profissionais da assistência, tanto na medida do endividamento econômico (redes de crédito e consumo), quanto no endividamento moral (juízos acerca da incapacidade de governar a si, sua família, o trabalho) e subjetivo (perante a lógica benemérito-assistencial pela qual devem estar gratos). Tais arranjos sensíveis promovidos pela Figura Estética Leontina levaram-nos a uma saturação desse campo em uma individuação do conceito de endividamento, tomado como máquina autopoiética, produzindo, a partir do plano pré-filosófico (estético-vivencial) pelo Personagem Conceitual (implícito na narrativa como condição de possibilidade), “Uma endividada”: com Leontina, vemos mecanismos nos quais a sociedade de controle (DELEUZE, 1992) afirma relações de consumo-motivação, de mercados e desejos, em que “o homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. E, por intermédio de um consumo frenético, e da facilidade de contrair dívidas, passa a dar valor ao consumo como forma de inserção e pertencimento psicossocial.” (TAVARES, 2015, p. 4).

Leontina torna-se um dispositivo que nos permite problematizar e fazer ver, de modo tanto sensível quanto inteligível, tais práticas do endividamento econômico, moral e subjetivo (HARDT; NEGRI, 2014) operando mediante as Políticas Públicas para promoção dos Direitos Sociais: políticas sociais como estratégias de governmentação da população empobrecida, em uma racionalidade neoliberal que pretende incluir a todos nos jogos de mercado, reduzindo o risco social e constituindo sujeitos produtivos, responsáveis por sua autogestão (LOCKMANN, 2013). Leontina ajuda-nos a dar corpo aos afetos envolvidos nas práticas que endividam os sujeitos pobres da população brasileira para que estes invistam em si mesmos, de um modo que lhes permita jogar o jogo do mercado, participando, mesmo que em posições precarizadas, da lógica competitiva posta pelo

neoliberalismo. Trata-se de fazer com que cada um desses sujeitos se torne um empresário de si mesmo.

Vivemos deslocamentos por meio de Leontina (como dispositivo de contágio afetivo-perceptual e produção conceitual) na concretude da experiência em algumas séries de singularidades das práticas da assistência social, dando mais intensidade e complexidade à visibilização das linhas de tensionamento entre promoção de direitos e tutela de condutas. Tais linhas tomam corpo na narrativa pela articulação do cotidiano de Leontina com, por exemplo, os programas de transferência de renda condicionada, os quais, ao mesmo tempo em que não permitem que os sujeitos fiquem excluídos do jogo do mercado, nunca podem lhes oferecer condições para aceder a outros padrões de vida. Aporia de duplo vínculo: sempre em movimento, em uma espécie de paradoxo negativo em que não é possível viver fora do mercado, nem completamente dentro dele; em que o acesso aos benefícios está condicionado a uma dívida social, a ser paga com comportamento que nunca é completamente adequado. Essas estratégias de governo produzem, por vezes, um deslocamento da noção de direitos sociais para a noção de dívidas sociais (LOCKMANN, 2013).

A psicóloga vai embora da visita, e Leontina continua sentada no pequeno sofá da casa, imersa em seus pensamentos, travando seu monólogo particular, em uma mistura de indignação, raiva, sofrimento e resignação. *Como posso dar conta de tantas coisas ao mesmo tempo? Nem que meu dia tivesse 48 horas eu conseguiria fazer tudo que me mandam – trabalhar oito horas por dia, perder quase quatro horas só nos ônibus e nas paradas, ir à escola das crianças, fazer comida, lava roupa, ir aos atendimentos no CREAS, ir aos grupos no CRAS, ajudar as crianças nos temas da escola, logo eu que nem sei ler direito?! Será que essa psicóloga não tem vida? Será que ela faz tudo isso sozinha ou tem empregada, marido, uma mãe, uma sogra para ajudá-la? E ainda as crianças têm que se comportar bem, não podem brigar na escola e, se não aprenderem, é porque têm problema na cabeça, daí já tem que levar no neurologista, no psiquiatra do CAPS, tem que tomar remédio, nunca*

a culpa é dessas professoras. E agora, meu Deus? Dá-me um cansaço só de ficar aqui pensando nisso tudo, nem sei o que fazer primeiro, e também já estou ficando velha, às vezes me entretenho com alguma coisa em casa ou na vizinha e me esqueço dos atendimentos, e daí lá vem a psicóloga ligando para o meu celular para me atordoar porque eu não fui à consulta. Mas para que ir à consulta? Para ela me cobrar de tudo aquilo que eu não fiz e que tenho que fazer? Para me dizer que tenho que colocar o Jurandir para fora de casa se ele continuar no tráfico? Mas ele também é meu filho e ele, sim, me ajuda. Mesmo que seja fazendo muita coisa errada, ele é o único que não me pede nada e ainda traz dinheiro para dentro de casa. Como é que ela pensa que eu vou dar de comer para essas crianças, sem dinheiro? Eu sei, eu tenho gato da luz e da água, mas tenho que pagar o gato para o vizinho. Com que dinheiro ela acha que eu pago tudo isso?

Leontina lembra-se de Isaura, sua conhecida dos tempos em que morou com Sebastião, e pensa que talvez ela estivesse certa nessa vida de tantas coisas incertas, afinal, Isaura não estava nem aí se lhe cobravam dívidas e dizia: “foda-se, devo, não nego, pago quando quiser e se quiser”, ela dizia, debochando de seus credores. Isaura ria na cara das cobranças da psicóloga, da assistente social e do dono do mercadinho. Ria também das cartas com cobranças da escola, do crediário e do cartão da loja. Dizia que não tinha nada a perder e, por isso, nada a temer (CUNHA, 2017).

A ficção como método pelo hibridismo entre as artes e as ciências: singularidade, complexidade e crítica

Como já vimos acima, na pesquisa que aqui apresentamos, escolhemos problematizar essas operações de endividamento articuladas às práticas da assistência social a partir de uma relação possível entre a ficção e a psicologia social, para produzir um campo de reflexão e de prática acerca da assistência social no contemporâneo. Deslocamos, assim, o caráter representacional, neutro, classificatório e de submissão a um referente que se quer homogêneo, próprio dos saberes acadêmicos

erigidos durante a modernidade ocidental. A ciência moderna opera no plano de coordenadas (DELEUZE; GUATTARI, 1992), na busca de generalizações e replicações, de controle e previsão, em que o mundo se torna nítido, transparente, homogêneo. Ainda que seja fundamental ao homem produzir um saber capaz de previsão e controle, esse modo de relação não dá conta de todos os nossos problemas, de todas as nossas questões e desafios existenciais (COSTA, 2016). Contudo, há espaço no mundo também para outro saber, que quer permitir novas maneiras de pensar, multiplicar nossas maneiras de ser e de existir, de afetar e de afetarmo-nos na complexidade das existências.

Para esse outro modo de produção do conhecimento, que ultrapassa a definição estrita da ciência, é que necessitamos das artes como aliadas do pensamento. Pensamento para produzir desvio, singularidade e complexidade. Um pensamento que não exija tanta clareza e precisão, tanto controle e previsão à custa de generalizações e replicações que patrolam as sutilezas e complexidades do singular. Se o Plano de Coordenadas guiava-se pela produção de mundos coerentes, sem sobreposições, ambiguidades, paradoxos, imprecisões, fragmentariedades, incoerências, etc., o plano das artes é denominado por Deleuze e Guattari (1992) como “Plano de Composições” (p. 213), pois aqui não importa a coerência interna que provê aos objetos do mundo limites e localizações claras e bem definidas. No Plano de Composições, nosso objetivo é produzir novas afetações possíveis (COSTA, 2016).

A partir das problematizações e questionamentos da pesquisa, propomos uma “espécie de método delirante que não busca as verdades prontas, mas se enreda nas perguntas que acionam um emaranhado de operações conceituais e nos instrumentalizam para novas lógicas de ação.” (FONSECA *et al.*, 2010, p. 172). Nesse sentido, a pesquisa, a partir de uma perspectiva cartográfica que se apoia em bases conceituais da Filosofia da Diferença, pode auxiliar-nos ao criar redes entre conceitos e acontecimentos, bem como ao experimentar um plano de alteridade que liga pensamentos e afecção (FONSECA

et al., 2010). Tomamos a perspectiva cartográfica neste trabalho, certa postura ética, ontológica e epistêmica de articulação com o mundo na qual concebemos a realidade como trama rizomática de relações, que percorremos sempre de modo fragmentário em uma trajetória de tensionamentos e problematizações, em busca da multiplicação de possíveis.

Tal perspectiva coaduna-se de maneira estreita e imbricada com o uso da ficção como método, em especial quando consideramos o caráter inventivo e além do juízo dessa modulação da produção de conhecimento (FONSECA; COSTA, 2014; ROLNIK, 2011; FONSECA; KIRST, 2003). Queremos evidenciar aqui a perspectiva cartográfica como uma série de ferramentas metodológico-conceituais (abertas e flexíveis, sempre prontas à recriação) presentes nos autores da usualmente denominada Filosofia da Diferença (com especial destaque para Deleuze, Guattari, Deligny, Foucault, Espinosa, Nietzsche, etc.). Propomos um método de pesquisa que vai ao encontro de novos modos de pensar e olhar o mundo, apostando na desenvoltura do olhar e das práticas e operando com conceitos envoltos em complexidade e criação, longe de conceitos totalitários e modelos identitários. Aqui também não falamos de neutralidade, “pois não apenas a direção da pesquisa está plenamente modulada pelo pesquisador cartógrafo, como também o próprio desenvolvimento do campo e suas efetuações estão profundamente implicados pela pesquisa.” (FONSECA *et al.*, 2010, p. 176). Escrevemos, ou pesquisamos, aquilo que não sabemos ou aquilo que já não somos mais; pesquisamos aquilo que nos convoca e atormenta. Nesse jogo, pensamento e afecção imbricam-se em uma nova história, daquilo que já não somos mais e do que estamos nos tornando, tal qual uma invenção de mundos estranhos e abertos a fluxos nômades. “Uma pesquisa assim concebida, sem a pretensão de – descobrir ou de – revelar uma realidade ou um objeto dado, torna-se um poderoso, mas desprezioso, método de produção/invenção de conhecimento.” (FONSECA *et al.*, 2010, p. 176).

Na tentativa de romper com um paradigma da simplicidade que volta a atenção para o homogêneo ou para a clareza das coisas, direcionamos o olhar para os interstícios, isto é, para um meio híbrido que promove uma nova discussão e um olhar sensível sobre a vida. Assim, em vez de operar em uma lógica de síntese e análise, que divide o objeto para dele extrair suas ideias certas, apostamos nas complexas ligações que investem sujeito e objeto e transformam a ambos, uma vez que são traçadas outras conexões entre afetos e imagens. A partir desse modo de construção do olhar, a pesquisa também se volta para o intempestivo jogo dos sentidos e acontecimentos misturados, na tentativa de compor novas reflexões e mergulhos nos mundos que nos afetam (FONSECA *et al.*, 2010).

A matéria da arte, da ficção, são nossos próprios blocos de perceptos e afectos (DELEUZE, 1992), ou seja, o campo de afetações e percepções possíveis que se constituíram no decorrer de nossas experiências e que permitem a problematização-variação destas em novas virtualidades. Não são nossas experiências mesmas, os fatos vividos ou escutados, mas as virtualidades contidas nestes, seus delírios possíveis, aquilo que nunca aconteceu, mas poderia ter sido, mesmo que absurdo. Tomamos aqui, portanto, a dramatização de Leontina como dispositivo para problematizar e acontecimentalizar a trama de sensíveis, práticas, singularidades, experiências, afetos e percepções que constituem as políticas públicas: trata-se de um percorrer parcial e de um tensionar crítico em que a ficção funciona como heterotopia do vivido (FOUCAULT, 1984).

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolu-

tamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2009, p. 415).

A história ficcional de Leontina, nesta pesquisa, não é uma história vivida, mas as percepções e afetações que constituíram um corpo neste trabalho: expressam as condições de possibilidade de experiência do corpo-profissional marcado pelas décadas de trabalho. São as percepções e afetações que o constituem, mas que aqui aparecem como outro espaço, uma heterotopia desse corpo, algo que ele não é nem nunca foi, a não ser como possibilidade. Uma heterotopia que produz um afastamento e um estranhamento, capaz de outros e novos efeitos nas práticas e discursos com os quais tal corpo opera no campo da assistência e em sua vida, promovendo a produção de novas afetações.

Nesse sentido, não nos interessam estados de coisas existentes ou definições gerais, mas sim a palavra tomada como ação, como relação no mundo. A ficção permite-nos imaginar mil mundos que não são, mas poderiam ser; permite-nos reinventar nossa realidade, independentemente das coisas existentes, para torná-la ainda mais real, mais complexa, densa e intensa ao emaranhar suas tramas com novas possibilidades de relação no mundo. Em vez de isolarmos os objetos em descrições formais que buscam a simplificação e verossimilhança, assumimos uma escrita perdulária que fala das potentes riquezas existentes e inexploradas no nosso encontro-mundo, dando forma aos acontecimentos e devires além de uma identidade fechada, pronta, estanque (COSTA, 2014).

O uso da ficção como estratégia agenciada com a problematização de um campo de pesquisa possibilita-nos a complexificação do objeto, dar densidade às suas virtualidades que não cabem nos limites postos por sua representação atual: ultrapassar a descrição estrita do dado, adentrando nos meandros fugidios dos acontecimentos e seu intrincado campo de possibilidades (COSTA, 2014). Assim, a própria escrita constitui-se aqui como campo empírico, servindo a deslocamentos

e transformações nos regimes de dizibilidade, performatividade, visibilidade, etc., tornando-nos capaz de outras palavras e fazeres hoje muito distintos dos de ontem.

Com a ficção, passamos da mera descrição do já visto para a problematização do visível, a qual nos permitirá a multiplicação das relações possíveis com o mundo, já que não estamos mais no campo do dado, mas no da criação do devir e do virtual: além dos preconceitos para com as invenções. No entanto, essa é uma diferença estilística que não implica decréscimo do rigor do pesquisador em suas relações com seu campo problemático; antes, exige dele ainda mais empenho em dar corpo ao incorpóreo, sem falsear a si no desvão de uma escrita sem consistência, que se perca nos ímpetus juvenis de criação ingênua (que se crê livre) e de loucura sem método (diferença pura que tenta isolar-se da repetição como modelo de diferir) (COSTA, 2014).

No que se refere especificamente às interferências promovidas entre os planos de coordenadas e composições (DELEUZE; GUATTARI, 1992), vemos a possibilidade do método da dramatização (DELEUZE, 2006) em articular elementos formalizados do campo das políticas públicas de assistência (categorias, normas, cristalizações de relações de poder assimétricas, conceitos como os de governo, dívida, etc.) com singularidades sensíveis dos blocos de perceptos e afectos (condições de possibilidade das experiências): as práticas gerais e os conceitos analíticos são contagiados por uma miríade de singularidades, tornando-se sensíveis e transversais ao geral ou particular, do mesmo modo que se demonstra a operação micropolítica dos conceitos e práticas gerais na trama de composições cotidianas. A relevância da ficção está na sua potência de produzir novas relações que deem corpo a problemáticas difíceis de serem apreendidas por meras descrições que se pretendem objetivas ou por conceituações que se pretendem gerais. Para lidar com o território das possibilidades, dos afectos e sensações, a ficção tem como aliada a sua libertação do juízo de verdadeiro e falso: ela discorre sobre um campo de possibilidades singulares, e não de certezas gerais (COSTA, 2014).

Mais do que delimitar um objeto preciso, queremos apresentar um campo de afetações possíveis, composição de uma nuvem de afectos e perceptos que nos possibilitem pensar nos efeitos, nas estratégias, e não apenas na designação ou referência. “Permite ao pesquisador leveza e agilidade em dar corpo para as virtualidades e sutilezas do campo de pesquisa que ultrapassem a objetividade do estritamente dado.” (COSTA, 2014, p. 561). Na tarefa de ficcionar, buscamos complexificar, provocar desvios na mera descrição, possibilitando a criação de coisas que não – devem ser, mas que – podem ser. A ficção e a poética podem servir especialmente por sua capacidade de não fechar os objetos em delimitações duras e totalizadoras, permitindo a ambiguidade, a obscuridade, o pensamento incoerente e inacabado, o que possibilita a criação de novas perspectivas, tornando ainda mais complexa a nossa trama de articulação com o mundo. “Por muitas vezes apenas a ficção e a poética conseguem cerzir relações entre perspectivas heterogêneas sem igualá-las, apenas imbricando-as em uma realidade singular.” (COSTA, 2014, p. 563). Dessa forma, vamos criando realidades possíveis que se compõem em uma trama que nos permite prender ao mundo sem o reduzir em sua complexidade. Tramas produzidas pelos personagens e seus cotidianos apenas possíveis, novas perspectivas complexas e singulares sobre nosso objeto de pesquisa (COSTA, 2014).

A escrita ficcional ultrapassa a ideia de produzir um território homogêneo por meio de identificações, definições e conceitos gerais para deslocar os sentidos da própria escrita acadêmica, não mais voltada somente para as representações que serão apreendidas por um processo de reconhecimento, mas também para a produção de territórios heterogêneos de articulação, onde o sentido dessa escrita acadêmica vai estar direcionado ao contágio, à “produção de afecções que provoquem o leitor a produzir novas experiências e problematizações sensíveis - inteligíveis a partir do encontro com o texto” (COSTA, 2014, p. 572). Assim, a escrita aqui acontece nas tramas e interstícios de construção e execução da própria política de assistência, na mesma

medida em que a construção de Leontina neste texto permite operar as problematizações, não do exatamente vivido nestes anos de trabalho, mas tensionando o vivido para produzir novas possibilidades de experiências.

As Memórias Inventadas como operadores do campo problemático: duração e experimentação de si

Ficcionalizar a experiência de 20 anos na assistência social com Leontina possibilita reescrever a própria história da assistência a partir de suas outras possibilidades: não se trata de narrar o que houve, mas de tensionar o campo de possibilidades do que poderia ser, do que poderia ser dito, feito. O corpo da profissional que se reescreve pela ficção é pensado aqui como um campo de possibilidades de afetações-percepções e pensamentos, tendo suas condições de possibilidades deslocadas pela experimentação ficcional e delirante (COSTA, 2014). No entanto, são exatamente tais condições de possibilidade do afetar-perceber e pensar, erigidas em 20 anos de agenciamentos com as máquinas da assistência social, que servem aqui de matéria-prima para tal experimentação: é com esse corpo e nesse corpo concebido como potência de experiência e pensar que a escrita experimental opera. Assim, a ficção como método (COSTA, 2014) articula-se com o plano intensivo das condições de possibilidade da experiência, e não com o campo extensivo das atualidades ocorridas: opera mais com as virtualidades do possível do que com as atualidades do passado. As histórias vividas durante 20 anos de trabalho na assistência adentram aqui como acontecimentalização das condições de possibilidade de afetação, como experimentação, tensionamento e invenção do corpo e sua capacidade de criar possíveis, posto que é por meio deste e de seu bloco de perceptos e afectos (DELEUZE; GUATTARI, 1992) que ficcionamos outras histórias possíveis, as quais tensionam e problematizam a própria trajetória desse corpo-profissional da assistência.

Erige-se aqui, então, a singular estratégia metodológica das Memórias Inventadas como modo de articular o campo problemático abordado (endividamento como governmentação da pobreza na assistência social) por meio da ficção (COSTA, 2014), do delírio (FONSECA et al., 2010), da Biografemática (FONSECA et al., 2015), da autoetnografia e da autoficção (PEREIRA, 2009) agenciados pelo conceito de memória e de invenção conforme sua acepção bergsoniana (BERGSON, 1999). Assim, como já deve ter ficado nítido nas páginas anteriores, estabelece-se aqui uma singular relação entre escrita e verdade: a escrita não é representação de um referente real, não operando como testemunho do vivido ou comunicação do dado; no entanto, isso não exige tal escrever de uma afirmação de articulação com o real e a verdade. Afinal, partindo do princípio de que o real é criação e de que a verdade é ficção possível (COSTA, 2012), sendo tal realidade-verdade da ficção afirmada na complexidade da concreção das linhas especulativas desta (SAER, 1997), temos, na metodologia das Memórias Inventadas, a ancoragem da sua produção na consistência da própria memória.

Porém, memória não é tomada aqui em sua acepção de arquivo espacializado de fatos representados em unidades de informação referentes a eventos passados, mas como um processo de invenção constante e sempre variável do presente como duração (BERGSON, 1999). Memória não se refere a um registro na cera que serve de molde para a produção de lembranças que reproduzem impressões passadas; mais que isso, memória é uma ação inventiva, um processo criador no qual as singularidades vividas são matéria-prima da criação inventiva dos sentidos do presente: “como diz Bergson, não vamos dos sons às imagens e das imagens ao sentido: instalamo-nos logo de saída em pleno sentido.” (DELEUZE, 1975, p.31).

O corpo que viveu 20 anos como profissional da assistência não serve de repositório de fatos e dados, mas como linhas de força que delimitam condições de possibilidade para a criação, ou seja, virtualidades em processos de atualização: “nós só percebemos, praticamente, o passado, o presente puro sendo o inapreensível avanço

do passado a roer o futuro” (BERGSON, 1999, p. 176). As condições de possibilidade da experiência do plano de composições desse corpo são suas virtualidades como condições de possibilidade da invenção na escrita ficcional que tensiona e experimenta além do vivido. Memórias Inventadas, desse modo, tornam-se um pleonasma que busca reforçar o caráter de criação, de virtualidade inventiva desse constructo que aqui serve de principal reservatório de possíveis para a ficção – afinal, a escrita se dá na operação de dobragem da pesquisadora-narradora sobre seus 20 anos como profissional da assistência em uma reinvenção de si.

O desenvolvido nessas Memórias Inventadas não foi o vivido como profissional da assistência; não se trata de histórias e pessoas encontradas no passado: não se trata de memórias de casos, mas da experimentação do que tal memória é capaz de criar e pensar a partir das afetações que as histórias e pessoas produziram na pesquisadora. Certamente, os casos passados estão presentes nessas histórias, mas não como versões, e sim como condições de possibilidade do dizer, ver e pensar. Eles adentram como delimitadores relacionais das condições de possibilidade da experiência, as quais são tensionadas e reinventadas pelo exercício ficcional como um cuidado de si (FOUCAULT, 2004) que promove o rearranjo inventivo das virtualidades e aposta na reinvenção do vivido próprio da memória como criação na duração, e não como arquivo representado (BERGSON, 1999). As Memórias Inventadas são, portanto, narrativas ficcionais produzidas pela experimentação das condições de narratividade existentes no próprio corpo da profissional: vidas especulativas, mas reais, pois não são esta ou aquela vida, mas uma vida qualquer.

Trata-se de narrativas da infâmia (FONSECA et al., 2015) sem referentes estabelecidos: não falam de alguém atendido pela rede da assistência, mas de qualquer um que poderia ser por ela atendido. Não nos importa aqui o que houve de fato, no plano das atualidades; não interessam os eventos ocorridos, os referentes estabelecidos, os tipos biopsicossociais existentes, pois nosso foco são os efeitos de sentido, a torção do campo de possibilidades do dizer, ver e sentir,

a problematização do possível: ficção como heterotopia crítica (COSTA, 2014). A escrita da história de Leontina, com seus gostos e desgostos, suas angústias, sua subjetividade governada e endividada, é também a escrita da minha história de trabalho. Neste campo, Leontina e a pesquisadora/trabalhadora da assistência atravessam-se e confundem-se. Nós também somos Leontinas endividadas na vida contemporânea.

Leontina é uma Figura Estética (DELEUZE; GUATTARI, 1992) que nos permite utilizar o método da dramatização (DELEUZE, 2006) para expressar-deslocar os sentidos produzidos no agenciamento das muitas condições de possibilidade da experiência do corpo-pesquisadora. Ao escrever Leontina, problematizamos a prática, deslocamos o regime do dizível e visível nos cotidianos da pesquisadora, da trabalhadora e da cidadã. Desse modo, a ficção não é apenas uma forma de dar corpo à complexa trama de práticas e singularidades que operam as Políticas Públicas de Assistência Social no dia a dia. A ficção é também um exercício de uma escrita de si que transforma a potência do dizer ao acontecimentalizar (FOUCAULT, 2014) os modos de subjetivação. Leontina, mulher, mãe, trabalhadora, dona de casa, beneficiária do bolsa família e governada pela assistência, subjetivamente endividada. A pesquisadora, trabalhadora, mulher, mãe, estudante, dona de casa, governada pelos prazos, pelas tarefas, subjetivamente endividada. De nosso encontro com Leontina, pudemos nos aproximar subjetivamente para que nossas possibilidades de ação, de discursos e de práticas também possam ser outras.

As Memórias Inventadas e a ética como prática da liberdade pela experimentação de si

Como já foi explicitado nos argumentos acima, a operação das Memórias Inventadas possui uma importante dimensão de cuidado de si (FOUCAULT, 2004), posto que se trata de um constante movimento de suspensão, tensionamento, deslocamento das lógicas, modos de fazer, etc. que operam nossos juízos cotidianos e modulam

nossos modos de existência no dia a dia. Assim, por articular-se com o Plano de Composições e seus blocos de perceptos-afectos, por operar heterotopias críticas sensíveis que deslocam o próprio campo das condições de possibilidade do afetar e ser afetado, por reapropriar-se da própria memória como dispositivo de invenção e desassossegá-la de seus territórios e estrias constituídas – por todos esses motivos e outros antes expostos, aqui o labor de pesquisar se faz mais amalgamado ainda aos processos de (re)dessubjetivação. Lançar-se em uma aventura etográfica de experimentação e (re)escrita de si não é uma empreitada simples, muito menos sem riscos.

Os dois anos da pesquisa foram um período de intensas e constantes problematizações, tanto no âmbito da investigação, quanto em agudos deslocamentos no modo como o corpo experimentava sua labuta diária. Ao longo desse período, os desassossegos da experimentação de outros olhares possíveis ao tensionar as perspectivas cotidianas pela ficção tornaram-se inquietações cotidianas que foram transformando crescentemente o fazer profissional. A experiência que antes era relativamente tranquila no dia a dia da execução das políticas passou a ser constituída por intensos e permanentes solavancos, debates e tensões que constantemente se colocavam na execução da política de assistência social.

O ponto de tensão chegou a intensidades insuportáveis, em que o banal se tornara inaceitável devido aos contínuos procedimentos de deslocamento-acontecimentalização dos regimes de aceitabilidade que estriavam as práticas cotidianas das políticas de assistência. Ao final do primeiro ano da pesquisa, uma questão apresentava-se: continuar ou desistir? Não era mais possível simplesmente executar as funções de uma psicóloga/coordenadora do CREAS que ao mesmo tempo atendia famílias vítimas de violência e coordenava o serviço, acompanhando o trabalho da equipe técnica e controlando relatórios, ofícios e memorandos administrativos, endividada em meio ao excesso de tarefas. Mas qual era o campo de possibilidades então? Que trabalho era possível depois de tantas problematizações e deslocamentos provocados pela escrita de

Leontina que reescrevia a profissional? Assim como o campo de possibilidades da experiência se deslocara, havia um imperativo de deslocar as práticas. Desse modo, depois de 15 anos em cargos de coordenação/gestão na política de assistência, a profissional solicitou seu desligamento da gestão para ocupar somente o posto de psicóloga no CREAS.

Essa transformação buscava dar conta das angústias e inquietações, que aumentavam à medida que o olhar se deslocava e percebia a si mesmo cooptado por uma trama de operações moduladas por uma Razão de Estado neoliberal. Muitas foram as novas formas de visibilizar e dizer emergidas desde uma mirada genealógica e sensível promovida pela escrita de Leontina: a política de assistência repetindo no contemporâneo ações caritativas, assistenciais, benevolentes e beneméritas que foram sendo construídas há mais de três séculos; as ações dos trabalhadores do SUAS comumente atravessadas por julgamentos morais; lógicas de uma racionalidade neoliberal (consumista, individualista, endividada, etc.), somadas a estratégias disciplinares e pastorais, atravessando a atuação dos gestores e trabalhadores da assistência; constatação de que políticas de direitos estão seriamente ameaçadas frente a uma lógica neoliberal consumista e individualista que pretende garantir a concentração das riquezas. Tudo isso ainda assusta, paralisa, trava a escrita, põe em suspensão a vida, mas também obriga a pensar e buscar outras saídas, outros movimentos, outras brechas, outras rupturas, outras ações micropolíticas.

Quais são as lutas de agora? Como lutar? São perguntas que pulsam e invadem a vida mesma, mas que só seguirão sendo deslocadas em novos momentos, a partir de outros caminhos de trabalho e de investigação. Os tensionamentos que a escrita provocou na pesquisadora desacomodaram essa trabalhadora, que iniciou na assistência social em junho de 1993, há mais de 26 anos. Voltar para a “ponta do serviço”, mudar os modos de trabalho, experimentar e inventar novos dispositivos foram algumas das linhas da pesquisa e sua metodologia aqui apresentadas (CUNHA, 2017), que hoje ainda seguem suas reverberações e variações nas tramas cotidianas.

Referências

BERGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COSTA, L. A. O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal - Revista de Psicologia*, Niterói, v.26, n. especial, p.551-576, 2014.

COSTA, L. A. Compondo subjetivações biografemáticas: a arte como dispositivo nas práticas em saúde mental. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/3942/4617>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

COSTA, L. A.; FONSECA, T. G. O Personagem Conceitual e a poética ficcional: uma estratégia de escrita no empirismo transcendental. In: LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D.; BICALHO, P. P. DE G.; OLIVEIRA, F. V. DE; SANTOS, I. DO C.; SANTOS, A.; ELMENESCAY, E. (org.). *Criações Transversais com Gilles Deleuze*: artes, saberes e política. 1 ed. Florianópolis: Editora CRV, 2016. p.132-152.

COSTA, L. A.; FONSECA, T. G. As durações do devir: como construir objetos-problema com a cartografia. *Fractal – Revista de Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 415-431, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198402922013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CUNHA, A. R. *Memórias Inventadas do Endividamento*: governo da pobreza. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CUNHA, A. R. *A política pública de assistência social*: uma trama. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Instituições em Análise) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. 1 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *Conversações*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. p.219-226.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FELIU, J. Nuevas formas literarias para las ciencias sociales: el caso de la autoetnografía. Em: Revista Athenea Digital, Barcelona, 12, p. 262-271, 2007. Disponível em: <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/447>. Acesso em: 25 Abril 2017.

FONSECA, T. G.; KIRST, P. *Cartografias e Devires: a construção do presente*. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FONSECA, T. G.; COSTA, L. A.; FILHO, C. C.; GARAVELO, L. M. C. Narrativas das infâmias: um pouco de possível para a subjetivação contemporânea. Em: Revista Athenea Digital, 2015. Disponível em: <https://www.google.com/>

Ato 2



6

Entre o *voyeur* e o caminhante: perspectivas na produção de conhecimentos e de cidades

Carolina dos Reis

Logo que se cruzam as nuvens, avistam-se imensas áreas de terras verdes cortadas por rios; o maior deles é o Jacuí, cujas águas se unem àquelas vindas dos rios menores, formando o Lago Guaíba. O delta do Jacuí oferece uma paisagem privilegiada, com 28 ilhas que se distribuem na foz do rio, em frente à cidade de Porto Alegre. Na outra margem do Lago, veem-se algumas embarcações e o característico cais do porto, localizado junto à antiga Usina do Gasômetro. Atrás de ambos, ergue-se a cidade em grandes prédios de concreto. Na imagem abaixo, temos, à frente, o Centro, identificável pelos característicos prédios da administração pública e do Sistema de Justiça; à direita, está a Zona Sul; no meio, ao fundo, estão os caminhos que levam ao Extremo-Sul; essas são duas das áreas com o maior potencial de expansão do município. O Extremo-Sul ainda conserva áreas rurais, e ambas as regiões possuem significativas porções de terra reservadas à preservação ambiental, agora ameaçadas, posto que representam um impasse à expansão da cidade.

Imagem de Porto Alegre, vista na chegada de avião.



Vista de cima, Porto Alegre parece imóvel, isenta de barulhos, de cheiros, de engarrafamentos ou da violência das ruas. De dentro do avião, experimenta-se a tranquilidade de olhar do alto, do lugar do olhar de Deus, distante das práticas do dia a dia. É o prazer de ver o conjunto. Michel de Certeau (1990/2014), do alto do World Trade Center, em Nova Iorque, interroga-se sobre a “erótica do saber” (p. 157) à que estaria ligado esse êxtase de ler a cidade de cima. Intrigado pela possibilidade de subir até o alto, de retirar o corpo das ruas e elevá-lo ao lugar do *voyeur*, de colocar a cidade à distância, de afastar-se da massa de habitantes que nos faz anônimos, Certeau (1990/2014) denuncia esse desejo do homem de estabelecer sobre a cidade um poder onividente. Para tanto, retorna às representações produzidas na Idade Média que retratavam vistas fictícias das cidades, a partir de uma perspectiva que ainda não era possível de ser apreendida

pelo olho humano. Hoje é possível ocupar esse lugar, mas que leituras a cidade-panorama nos possibilita da cidade-habitada?

Ao aterrissar no Aeroporto Internacional Salgado Filho, a postura contemplativa de quem avistava a cidade de cima é substituída pela demanda de movimentação do corpo, que é arrastado pela fila de inquietos passageiros para fora da aeronave. Lançado sobre o chão da cidade, o corpo entra em contato com o vento frio do inverno gaúcho, que corre acelerado pela possibilidade de circular livremente na grande área aberta do aeroporto. Os músculos contraem-se em um movimento involuntário, na tentativa de resguardar o calor. O corpo, agora, agita-se em busca de abrigo junto ao terminal. Os passageiros acumulam-se no entorno da esteira de bagagens. Embora já fatigados pelas longas horas de viagem, precisam encarnar outro ritmo para cruzar a cidade até suas casas.

Na saída, o encontro é com o barulho dos carros, motos e ônibus, que disputam vagas em frente à entrada do aeroporto, em um tráfego, no mínimo, bastante confuso. Esse, agora, é o lugar de quem experiencia a cidade no corpo, sem a vista privilegiada do conjunto.

[...] embaixo, a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmäner*, cujo corpo obedece aos cheios e vazios do “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada (CERTEAU, 1990/2014, p. 159).

Além do texto claro da cidade visível e planejada, emergem escrituras de uma cidade que se faz cotidianamente. Essa é a cidade não mais vista do lugar do *voyeur*, mas vivida do lugar do caminhante.

Para Certeau (1990/2014), a arte de caminhar consiste em moldar percursos, combinar estilos e usos; é uma maneira de apropriar-se dos espaços; é uma possibilidade de produzir desvios em um sistema urbanístico planejado. Ela joga com as organizações espaciais a partir de modelos sociais, usos culturais, coeficientes pessoais. Se a cidade dispõe de uma estrutura, o caminhante tem a possibilidade de driblá-la, de atualizá-la, de privilegiar determinados percursos em detrimento de outros, de atribuir novos sentidos e usos aos elementos espaciais. O passante não está estranho a essa organização, mas também não se sujeita a ela.

Sem a perspectiva totalizadora do alto, o caminhante vê a cidade em fragmentos. No lugar de um espaço coerente e unitário, o ambulante singulariza o trajeto a partir da relação que estabelece com as ruas. No lugar de um mapa, ele encontra imagens em trânsito que não podem ser detidas em um quadro, pois são formadas também por seres móveis que compõem a paisagem urbana. O caminhante experiencia a cidade do comum, produzida a partir dos seus encontros com a vida urbana. Diferentemente do espectador das alturas, o habitante da cidade segue os caminhos sinuosos e, por vezes, labirínticos.

O que significa pensar a cidade do alto ou imerso nela e, neste segundo caso, estando sujeito a ser pensado também por ela? Este capítulo busca refletir sobre essa pergunta, partindo dessas duas perspectivas, que nos oferecem diferentes modos de olhar, transitar e viver na cidade. Com inspiração em ambas as perspectivas, traça-se um paralelo entre essas formas de circular pela cidade e os diferentes modos de produzir conhecimento sobre ela ou com ela. Isto é, não se trata somente daquilo que os diferentes campos de saber podem afirmar sobre a cidade, mas de como a cidade nos provoca a pensar, pesquisar, agir.

Estas análises fundamentam-se em reflexões experienciadas durante meu percurso em uma pesquisa de doutorado em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A formação doutoral possibilitou a circulação por dois

territórios diferentes. Um deles, planejado urbanisticamente, claramente mapeado, organizado, de forma que a circulação pela cidade fosse orientada pelo olhar do todo, pelas visões de conjunto oferecidas hoje por tecnologias digitais de orientação via satélite e aplicativos com mapas de transporte, restaurantes, etc. O outro, território construído sem gestão, sem normativas gerais, a partir de improvisações e em constante processo de transformação, do qual só se consegue ter visões fragmentárias. A circulação por ambos os territórios provocou reflexões sobre a própria trajetória do pensamento no desenvolvimento da pesquisa e levou a escolhas não só epistemológicas, mas, sobretudo, de formas metodológicas, pelos seus efeitos éticos e estéticos, na busca da produção de uma filosofia da diferença.

Quando as cidades se tornam labirínticas

Esses territórios foram habitados durante a produção de uma tese que teve como foco as políticas de moradia do município de Porto Alegre, analisadas a partir de processos de remoção de moradores de comunidades urbanas para realização de obras de infraestrutura. No Brasil, o retorno as práticas de remoção em massa de comunidades dos centros urbanos foi impulsionado, significativamente, pela organização do país para receber dois megaeventos, os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Mais ou menos nesse período, entre maio de 2015 e junho de 2016, tive a possibilidade de ocupar o lugar de estrangeira em uma cidade onde o planejamento urbanístico parece atingir razoavelmente bem sua meta. A região metropolitana de Bruxelas, onde realizei o estágio doutoral, conta com cerca de 1,2 milhão de habitantes, pouco menos do que a população de Porto Alegre, hoje com cerca de 1,4 milhão, mas sua extensão territorial é quase um terço da área da segunda, tendo um total de 161,4 km², em comparação com os 496,8 km² da capital do Rio Grande do Sul. Entretanto, a organização dos transportes públicos, por exemplo, chama atenção pela pontualidade e fluidez no fluxo de

pedestres. Os ônibus, trens e bondes contam com uma oferta contínua de horários, além da possibilidade de uso das bicicletas públicas, que podem ser alugadas por toda a cidade a um preço acessível ou mesmo gratuitamente, por meio de promoções e descontos para os moradores. Em todas as paradas, estão disponíveis informações completas sobre o plano viário da cidade, com a distribuição das linhas de transporte e os pontos de conexão entre elas. Além disso, existem explicações detalhadas sobre os trajetos dos veículos que servem aquele ponto em específico e uma tela com informações atualizadas constantemente sobre o tempo de espera.

Diferentemente de outras cidades do mundo onde também há uma grande quantidade de informações sobre o deslocamento nas cidades, em Bruxelas, as tecnologias não parecem ter substituído a condição de diálogo das pessoas nas ruas, as quais, frequentemente, estão disponíveis para auxiliar aqueles que se perdem pela cidade. Além da famosa amabilidade dos habitantes da capital belga, isso talvez seja efeito do fato de Bruxelas ser também a capital da União Europeia e receber moradores e visitantes do mundo inteiro, sendo uma cidade que parece disposta a bem receber os forasteiros.

Nos meses que antecederam a chegada a Bruxelas, durante o trabalho de campo da pesquisa, vivi uma experiência radicalmente diferente daquela: a de ser estrangeira em um território bastante próximo de onde morava, mas desconhecido para mim, que são as favelas da Zona Sul de Porto Alegre. Ao contrário do acesso a informações claras sobre a organização do espaço, pensadas justamente para que estrangeiros possam localizar-se, as ruas e becos das favelas dispõem-se de tal forma que aqueles que são de fora se perdem facilmente. Ao contrário da cidade planejada, a favela é produto do improvisado. Os espaços são alheios ao urbanismo, construídos a partir do trabalho dos próprios moradores. Em geral, são terrenos ocupados irregularmente por grupos de pessoas que, ao longo dos anos, vão construindo suas casas, ampliando-as e montando a estrutura do bairro. São áreas que vão se expandindo a partir da chegada de novos moradores e do

acesso a mais fatias de terra. O que chamamos de ruas são, por vezes, pequenos espaços vazios deixados entre as casas. Sem sinalização, sem nomes, sem números nas residências, sem forma geométrica definida, os desenhos das favelas podem constituir-se em verdadeiros labirintos.

Os passos firmes, resultantes da certeza do caminho experimentado na cidade estrangeira, são, no território da favela, traduzidos em pegadas hesitantes e atentas. Experimentada de forma labiríntica, a favela pode ser muito mais complexa, pois não é fixa ou acabada, está sempre em construção. Sua autoria não é de um sujeito individual, mas do conjunto de moradores que por ali ficaram ou um dia passaram.

Para localizar-se na favela, o pesquisador pode recorrer a mapas aéreos, hoje disponíveis na internet, mas, como geralmente não estão atualizados, é bem possível que já não correspondam à realidade do percurso. Pode, ainda, dispor de um guia, isto é, um morador local que mostre o caminho. Ou pode, como eu, ir transitando e pedindo informações àqueles que encontra pela rua. Dessa forma, o local passa a ser descrito por muitos guias; tem-se acesso a diferentes narrativas sobre o mesmo espaço, que mudam não somente pela relação do morador com o local, mas também pela relação com o estereótipo da pesquisadora “estrangeira” que se prostra, perdida, à sua frente.

Optando-se por esta última alternativa, não há como transitar apressado, e é bastante provável que, em diversos momentos, o caminhante se depare com o fato de estar perdido. O labirinto não é um espaço seguro – é o espaço desorientado, da vertigem. “Antes de ser forma, o Labirinto é um estado sensorial. Antes de ser espaço, é um caminho. Antes de ser, deve tornar-se Labirinto” (JACQUES, 2011/2001, p. 88). Paola Berenstein Jacques (2011/2001), ao analisar a construção labiríntica das favelas, destaca o fato de que, para ser experienciada como tal, a favela deve ser percorrida, pois, quando vista de cima, no todo, ela perde sua característica de labirinto, e as saídas podem ser facilmente avistadas.

Na mitologia grega, Dédalo, arquiteto e inventor notável, a pedido do Rei Minos, constrói o labirinto que aprisionou o Minotauro, como

forma de esconder a criatura, fruto da traição de sua mulher Pasífae com um touro. Para alimentar o Minotauro, Minos, que havia conquistado o reino de Atenas, exigia do rei Egeu sete rapazes e sete moças para serem sacrificados. Para salvar seu reino de tal sacrifício, Teseu, o filho do rei de Atenas, misturou-se com os jovens que seriam sacrificados, com o intuito de matar o Minotauro. Em Creta, Teseu apaixonou-se por Ariadne, filha de Minos. Com a ajuda dela e de Dédalo, Teseu conseguiu fugir do labirinto, sendo conduzido por um fio de novelo. Ao saber da traição de Dédalo, o Rei Minos mandou aprisioná-lo junto com seu filho Ícaro no labirinto que o próprio arquiteto havia construído. Quando preso, nem mesmo ele conseguiu localizar-se. Visto do alto, o labirinto passa do caos à ordem. Acostumado com a visão não fragmentária, Dédalo é um estranho ao percurso.

Não é por acaso que os traficantes se escondem dentro das favelas, em ruelas não acessíveis a carros ou motos, somente a pé. Diferentemente das famosas favelas do Rio de Janeiro, com formato piramidal, pois são, muitas vezes, construídas sobre morros, em Porto Alegre, elas estão, em sua maioria, em terrenos planos. Logo, perde-se a visão do alto, que oferece a quem está dentro um ângulo privilegiado em relação a quem entra na favela. Nas vilas por onde circulei para a realização da tese, a estratégia de vigilância dos traficantes, por exemplo, é outra; são dezenas de meninos que se espalham rizomaticamente pelo território da comunidade, posicionados em encruzilhadas específicas nas ruelas entre os becos, monitorando a circulação de pessoas e carros.

Muitas das falas que exaltam a necessidade de “urbanização” das favelas destacam justamente a demanda de abrir becos para a passagem da polícia e dos demais serviços estatais. A ausência de um planejamento espacial da favela serve, assim, como ferramenta de proteção contra os diversos forasteiros que por ali tentam aventurar-se, sejam eles policiais, jornalistas ou pesquisadores. A arquitetura e o urbanismo são, nesse caso, antilabirínticos (Jacques, 2011/2001). São convocados

como ferramentas para instituir, sobre o caos, a ordem, tornando o território da favela permeável àqueles que lhe são alheios.

Encontrar as saídas das favelas que se construíram sobre morros talvez seja, também, mais simples do que naquelas que são planas, pois se sabe que basta seguir um caminho de descida, que lá estará a cidade organizada. A primeira vez em que me vi perdida na favela foi resultado de um desejo de experimentação de novos caminhos. A tranquilidade para aventurar-me vinha do fato de estar munida com um telefone móvel que dispunha de GPS (Global Positioning System), o que me auxiliaria, razoavelmente, a sair dali caso me perdesse. Entretanto, quando me vi perdida, percebi que o aparelho estava sem bateria. Era verão, quase meio-dia. O calor era tanto que chegava a ser difícil respirar. Por consequência, as pessoas estavam recolhidas dentro de suas casas, e não havia para quem pedir orientação. A saída acabou sendo mais simples do que pensava: bastou abrir mão, por um momento, da tentativa de localização visual e seguir os ruídos das ruas, acompanhar o barulho dos ônibus, carros e motos e ir de becos menores para ruelas maiores, até encontrar o asfalto; pelo asfalto, seguir em direção a locais com maior quantidade de placas de trânsito e semáforos, desembocando em uma das principais avenidas da cidade. Foi seguindo os vestígios dos códigos que havia apreendido como aqueles que representavam um ideal de urbanização que pude afastar-me do centro da favela e encontrar suas fronteiras.

Para Certeau (1990/2014), o desejo dos homens de olhar a cidade do alto trouxe consigo o projeto de superar as contradições que emergiram a partir das aglomerações urbanas. A possibilidade de visão perspectiva da cidade e a demanda de gerir o acúmulo humano a partir de uma superfície tratável levaram à transformação do fato urbano em um conceito de cidade e à sua associação a uma racionalidade urbanística. O urbanismo vem eliminar a ideia do labirinto, propondo, em seu lugar, cidades planejadas.

A cidade passou a servir como marco totalizador de estratégias socioeconômicas e políticas que buscavam inscrever-se na vida urbana.

A cidade instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de produção de um espaço considerado adequado, isto é, livre das poluições físicas, mentais ou políticas que possam comprometê-la, e pela criação deste sujeito universal e anônimo que é a própria cidade (CERTEAU, 1990/2014).

Entretanto, ao mesmo tempo em que se constituíram projetos de gestão e disciplinamento da vida nas cidades, nunca cessaram de proliferar movimentos contraditórios que escapam a esse poder gestor.

[...] São práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu periclitamento; são procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividades sub-reptícias que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje avançados, da organização observadora (CERTEAU, 1990/2014, p. 162).

A cidade habitada, assim como as favelas, está sempre em processo de transformação, não pode ser apreendida em sua totalidade, não se permite fixar, vive na imanência. Não é retrato, é paisagem viva. É por isso que a experiência de habitar a cidade, assim como aquela de caminhar pelo labirinto, é sempre pessoal e imediata.

Para Jacques (2011/2001), o labirinto não tem começo nem fim, é sempre meio. Não é um espaço fechado, mas nunca sabemos para onde as aberturas nos levam. É quando estamos perdidos que sabemos que estamos em meio ao labirinto. O que define a existência ou não do labirinto é menos seu desenho intencionalmente labiríntico e tanto mais a experiência subjetiva que se produz entre os transeuntes e os territórios que, nesse andarilhar, devem labirínticos. Portanto, não estamos, aqui, falando de labirintos pré-planejados, mas de como a cidade pode tornar-se labiríntica. Pois, enquanto os primeiros buscam

a uniformidade do espaço como estratégia de desorientação, dando ao transeunte a impressão de que está sempre no mesmo lugar, a segunda é o lugar do inusitado, do encontro, da descoberta, da surpresa e dos riscos advindos de habitar o desconhecido.

Nas encruzilhadas da pesquisa

Foi a partir dessas duas experiências – ora de circular por espaços extremamente urbanizados e planejados, munida de muitos mapas (mapa da cidade, dos pontos turísticos, mapa dos transportes), ora de circular por aglomerações urbanas improvisadas, vivenciadas por mim como verdadeiros labirintos – que percebi que estava perdida em meio a outro labirinto, o do percurso teórico-metodológico da própria pesquisa. Por certo, sabia que, no processo de produção do conhecimento, às vezes, nos entregamos ao sedutor ideal de ocupar o lugar do deus *voyeur*, daquele que olha o mundo de cima e busca a construção de um conhecimento universal e generalizável sobre aquilo que estuda. Desde o começo da pesquisa, vinha atenta à existência desse lugar e buscava afastar-me dele. Esse não é um exercício simples, pois a certeza da visão totalitária do alto, a tranquilidade oferecida pela utilização dos mapas, oferecem uma sensação de segurança atraente a qualquer pesquisador.

Sem conseguir localizar a saída do labirinto, Dédalo fabricou dois pares de asas artificiais, juntando as penas caídas das gaivotas que sobrevoavam o local e colando-as com uma grossa camada de cera de abelhas. Dédalo preveniu Ícaro para que não voasse alto demais, pois os raios quentes do sol derreteriam a cera das asas, mas Ícaro, deslumbrado pela sensação de liberdade e pela beleza do céu, ignorou os conselhos do pai. Voando alto demais, perdeu as asas e, em meio ao seu delírio sonhador, precipitou-se no mar.

Minha prática de pesquisa dentro do campo das ciências humanas parte da compreensão de que a produção do conhecimento deve ser local, situada histórica, política, cultural e temporalmente.

Não busco produzir conhecimentos universais, generalizáveis e totalitários. Entendo que esses são sempre parciais, singulares e datados. Parto de uma perspectiva de pesquisa que não se propõe a produzir teorias e desvelar verdades; busco, ao contrário, denunciar a ausência de qualquer essência ou transcendência inerente aos objetos estudados. Logo, parto de uma perspectiva que entende que os valores de verdade afirmados em meio à produção de pesquisas são, antes, circunscritos a condições de emergência históricas, políticas, culturais e econômicas, estando inseridos em jogos de força e de interesse. Nesse caso, a sensação de liberdade não vem pelo encontro com um conhecimento que se pensa ou se afirma como o verdadeiro, isto é, não se encontra em um voo lançado às alturas. A liberdade advém da desestabilização das verdades que nos governam, abrindo espaço para a afirmação de práticas e ontologias até então subalternizadas e mesmo para a reinvenção das verdades que pautam aquilo que estamos em vias de nos tornar. São práticas de liberdade que se exercitam desde baixo, em terra firme, nas micropolíticas do cotidiano.

Não interessa, portanto, a construção de um percurso metodológico hermético e linearizado. Busca-se a flexibilidade necessária para seguir as linhas de força, os dispositivos de poder, os processos de transformação relacionados às problemáticas que estudamos. Dessa forma, a pesquisa não se resume ao desenvolvimento de procedimentos metodológicos, mas implica uma relação ética, fundada em uma experiência sensível do fazer pesquisa, e colocar-se em relação com os atores e autores com quem dialogamos no pesquisar. Trata-se, justamente, de conseguir abandonar o percurso inicialmente trilhado para perder-se e, nesse processo, encontrar o inesperado, construindo, a partir disso, algo que nos permita pensar diferentemente do que pensávamos antes (REIS & GUARESCHI, 2016).

Entretanto, o custo que pagamos por buscar o incerto é a própria incerteza, a insegurança frente à ausência de mapas bem delineados. Em função disso, por vezes, percebemo-nos apegados aos percursos que nos são familiares, seduzidos pela certeza e tranquilidade do

olhar das alturas. Como me disse, certa vez, a amiga e socióloga Silvia Cusicanqui: “para você fazer uma tese, você precisa de um inimigo e de muitos amigos”. Ao dizer isso, ela se referia aos autores com quem dialogamos na pesquisa, afirmando que uma das coisas que nos movimentam a estudar é a possibilidade de questionar determinadas teorias e políticas de pesquisa, mas, para isso, precisamos de outros autores que nos auxiliem a construir argumentos e uma trajetória de pensamento. No começo do percurso de tese, meus melhores amigos pareciam ser aqueles que haviam se tornado, também, meus inimigos.

Minha trajetória como pesquisadora junto ao Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação iniciou em 2005, quando ainda estava no começo da graduação em Psicologia. Desde lá, venho desenvolvendo pesquisas sobre diferentes temáticas dentro do campo das políticas públicas, todas elas pensadas a partir das ferramentas teórico-metodológicas de autores pós-estruturalistas, como Michel Foucault.

Ao longo dos anos, no grupo de pesquisa, buscamos trabalhar de forma a atentar para um rigor metodológico no uso dessas ferramentas, até o ponto em que percebemos que isso havia provocado certo engessamento no modo de pensar a pesquisa. Era como se já tivéssemos, desde a partida, o mapa completo com as orientações sobre o trajeto a seguir. Obviamente, não estou situando esses limites nas teorias em questão, mas em nosso modo de operar com elas.

Percebemos que, ao nos fidelizarmos a certos campos do conhecimento, havíamos acabado por estabilizá-los. Com isso, reduzia-se nossa possibilidade, se não de encontrar elementos inusitados, de deixarmos-nos afetar e mudar os percursos a serem percorridos, tanto em termos de uma trajetória de pensamento, quanto nos próprios procedimentos de pesquisa. Tínhamos a sensação de que, munidos do mapa, independentemente do caminho escolhido, já sabíamos, por certo, aonde iríamos chegar. Essa constatação lançou-nos na busca de outras teorias e autores que nos permitissem não um abandono de nossa base conceitual inicial, mas a possibilidade de retornar a ela de outra forma.

Para poder fazer verdadeiramente isso, optei não somente pela busca de outros autores, mas também por um abandono do projeto de pesquisa inicial do doutorado, já planejado segundo aquele modelo familiar.

Esse movimento permitiu um deslocamento de uma pesquisa que toma a cidade como objeto de estudo sobre o qual lança suas análises, para o de uma pesquisa que se deixar pensar pela cidade. Foi a partir do aprendizado acerca do andar labiríntico pelas ruas das cidades que passei a construir o percurso metodológico da pesquisa. A cidade saiu do lugar de paisagem onde se desenha um estudo, para assumir o lugar de agente na produção conceitual da pesquisa.

Abandonar o projeto inicial significou abrir mão dos mapas teórico-metodológicos que me orientavam e lançar-me ao labirinto da pesquisa. Por vezes, ainda busquei traçar um desenho da tese, em um esforço de pensar aonde gostaria de chegar e por onde deveria passar para atingir esse ponto. Esses esforços fracassaram; tudo que obtinha era uma série de pensamentos desconexos, tal como a cegueira do caminhante que percebe a cidade em fragmentos. Depois de algumas tentativas de desenhar “planos de fuga do labirinto”, acabei por aceitar a condição de não saber. Entendi que não se tratava de encontrar a saída, mas de deixar de buscá-la. Se não há um ponto específico de chegada, não há, também, como estar perdido. Passei a habitar a forma labiríntica que se tornou o percurso de pesquisa.

Jacques (2011/2001) afirma que:

É a vontade de sair do labirinto que faz a pessoa se perder. O estado labiríntico é o estado de quem vaga, um estado errático. O percurso – ao contrário do que ocorre em um itinerário já planejado – impõe a disponibilidade para vagar. Vagando ao acaso a dúvida desaparece. São os que duvidam os que se perdem. (...). É o aspecto desconhecido do porvir que cria a estranheza; e o estranho é também o estrangeiro, o que nos é estranho, o que não dominamos, porque desconhecemos. Conhecer um labirinto exige nele penetrar, nele se perder, para descobrir as armadilhas do caminho. Em cada escolha, a dúvida: “Pode ser que sim, pode ser que não”. Jamais saberemos se estamos no bom caminho; na realidade não há um bom caminho (p. 90).

Logo, se não há um bom caminho a buscar, o que podemos escolher é a forma como vamos circular pelo labirinto. Antes de uma escolha feita de forma consciente desde o começo do percurso, a caminhada foi ganhando forma e ritmo a partir da impossibilidade de seguir uma trajetória linear pelas contingências impostas, não somente pelo campo de pesquisa, mas pela própria condição labiríntica do estudo. Abrir mão da certeza do percurso, aceitar a condição de não saber é, ao mesmo tempo, muito sofrido e libertador. É sofrido porque é estar entregue à incerteza de ser capaz ou não de finalizar a tarefa e ter que se manter em luta com o impulso de busca por segurança e de construção forjada, mesmo que equivocada, de um mapa e de um destino. Por outro lado, é libertador, pois possibilita seguir o ritmo possível, ora lento e atento ao que se pode encontrar pelo caminho, ora veloz e movido pelo fluxo dos acontecimentos. Isso não significa estar completamente à deriva. Caminhar sem a certeza do percurso ou do destino final não significa caminhar sem um objetivo ou sem uma questão que nos impulse a caminhar. Seria como caminhar da forma que Jacques (2011/2001) denominou de “acaso objetivo” (p. 90).

Para propor esse modo de deslocamento pelo labirinto, a autora busca inspiração em algumas figuras – como a da psicogeografia – que eram práticas de errâncias urbanas, provocadas por situacionistas nos anos 60, em que a proposta era deslocar-se pela cidade, renunciando às razões conhecidas para tal (ir ao trabalho, escola, mercado, etc.) e acompanhar as solicitações dos terrenos e dos encontros correspondentes. A autora inspira-se, ainda, na figura do *flâneur* como trabalhada por Walter Benjamin (1983), por meio da qual o autor delineia determinados modos de deslocamento e de exploração dos lugares pelos indivíduos e das relações produzidas por estes. Segundo ele, a atividade do *flâneur* consistiria em caminhar pela cidade de forma crítica ao capitalismo racional e ao processo de mercantilização e homogeneização das cidades (Benjamin, 1983). Isso significa produzir outro ritmo de caminhada, não mais entregue às urgências do dia a dia e aos trajetos padronizados, mas por meio da lentidão e da

liberdade de movimentos. Trata-se de permitir-se perceber a cidade, refletir sobre o espaço que nos cerca (NUVOLATI, 2009).

A figura do *flâneur* proposta por Benjamin (1983) liga-se, ainda, à experiência de andar pelo labirinto, pois permite romper com a dicotomia entre o dentro e o fora. A experiência do labirinto é atravessada pela incerteza de estar dentro ou fora dele. Isso acontece justamente porque não se trata somente de uma condição do terreno, mas, antes, da relação entre o pedestre e o território por onde se desloca, o qual, por vezes, se torna labiríntico. A cidade-labirinto é, também ela, arquitetura e paisagem. Ao mesmo tempo em que se oferece como paisagem ao passante, a cidade o encerra, delinea, restringe seus movimentos, oferece e retira possibilidades de ver, sentir e relacionar-se com o mundo. O *flâneur* evidencia o fato de que a cidade não está fora de nós, mas compõe, impregna nossa existência.

A partir disso, a *flanerie* oferece-se como uma forma de transitar pela cidade, atenta a experienciá-la mediante nossos cinco sentidos. Encarna o desejo de contato com o mundo exterior, de estar imerso na multidão, entregue aos movimentos provocados por esta. A recusa do envelope protetivo dos automóveis, a proximidade física e sua abertura para a relação com o outro e com aquilo que o cerca fundam e radicalizam a experiência do comum nas cidades. É a nudez do *flâneur* ao deslocar-se lentamente pela rua que o deixa sujeito a ser vitimado pelos riscos urbanos e é também o que permite outro contato com os demais cidadãos. A *flanerie* não é só um movimento das pernas, mas dos olhos e do espírito, pois se trata de uma renúncia à indiferença e um convite a estar atento às coisas mais banais e ao que elas denunciam sobre o modo como temos habitado as cidades e construído as relações entre nós (NUVOLATI, 2009).

Nessa analogia entre a cidade-labirinto e a pesquisa-labiríntica, a *flanerie* pode expressar-se não somente como um meio de transitar pela cidade, mas ainda como uma forma de transitar, tanto conceitualmente, quanto por meio da escrita, que nos convida a outro modo de relação com a cidade. A *flanerie* conceitual é essa atitude de

quem se permite transformar a partir dos encontros oportunizados pela pesquisa. Já assumir a *flanerie* da escrita é entender que escrever não é somente registrar e refletir sobre as características de uma cidade; trata-se, antes, de construir uma imagem da própria cidade. Logo, o leitor, ao transitar pelo texto, pode atentar a outros elementos não pensados por nós e constituir diferentes compreensões e relações com a paisagem da pesquisa, posto que, como afirmei anteriormente, trilhar o percurso é sempre uma ação singular.

Entretanto, a *flanerie*, tanto como estética de pesquisa, quanto como forma de movimentação pelas cidades, não é algo que pode ser tomado como uma metodologia da qual se pode lançar mão e aplicar no desenvolvimento de um estudo, pois assim ela se tornaria um novo mapa. Frente a isso, ela foi, para mim, antes uma inspiração, uma imagem que auxiliou a descrever alguns momentos muito singulares do processo de pesquisa, momentos de vertigem, de hesitação, de interrupções no trajeto. São encruzilhadas, becos sem saída, encontros com minotauros, situações que impulsionaram o pensamento sobre a problemática de pesquisa.

Ao assumir a postura do caminhante que vive a cidade habitada, deixando-me ser interrogada por esta, o encontro com os diferentes territórios provocou contínuos deslocamento no próprio processo de pensamento da pesquisa. Forçou um movimento de produção de uma pesquisa que não veio afirmar novas verdades sobre as cidades e os modos de habitá-las, mas que se volta para a desconstrução das próprias verdades com as quais iniciamos o encontro com o campo de estudos. Levou à desestabilização das noções de cidade, de cidadania, de moradia, de propriedade, de direitos humanos, de militância, de vida urbana. O processo de abandono dos mapas e certezas foi a base para que pudesse pensar diferentemente do que pensava e investir não na construção de novas teorias, mas na produção da diferença.

Referências

Benjamin, W. *Charles Baudelaire: a lyric poet in the era of high capitalism*. Londres: Vespo. 1983. Disponível em: https://loomen.carnet.hr/pluginfile.php/212763/mod_resource/content/0/benjamin-ii-the-flaneur.pdf. Acessado em: setembro de 2015.

Certeau, M. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer* (21 ed., originalmente publicado em 1990). Petrópolis: Editora Vozes. 2014

Debord, G. Introduction à la critique de la géographie urbaine. *Les Lèvres*, 6. 1955. Disponível em: https://infokiosques.net/IMG/pdf/Theorie_de_la_Derive.pdf. Acessado em setembro/2015.

Jacques, P. B. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Helio Oiticica* (4 ed., originalmente publicado em 2001). Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2011.

Nuvolati, G. Le flâneur dans l'espace urbain. *Géographie et Cultures*, 70, [online]. 2009. Disponível em: <http://gc.revues.org/2167>. Acessado em setembro, 2015.

Reis, C; Guareschi, N. (2016). Veias abertas na produção da pesquisa. *Revista Polis e Psique*, 6(1): 124 – 135.

7

Indisciplinas e caminhos sururu na pesquisa urbana

Wanderson Vilton Nunes

Neuza Guareschi

Simone Hüning

“Vida de sururu” (Graciliano Ramos, *Angústia*)

O pesquisador, ao longo de sua pesquisa, ocupa-se da construção de percursos que demarcam suas questões investigativas. O delineamento metodológico nas ciências humanas e sociais distingue uma série de questões éticas e procedimentais que proporciona a compreensão de formas de aproximação de um determinado campo, objeto e problemas formulados a partir dessa atividade, bem como explicita aspectos de uma criação necessária para lidar com seus objetivos e campo problemático, pertinentes a um arsenal teórico, epistemológico e político que possibilita esse percurso. Neste capítulo, problematizaremos a feitura de um olhar sururu para as cidades no contexto da pesquisa em territórios vulnerabilizados, marcados ora por uma acontecimentalização que o poder propicia às vidas e às histórias infames, ora por certa indisciplina andarilha que determina infortúnios e catástrofes ali onde vemos uma cadeia de acontecimentos.

Partimos da compreensão de uma cidade no plural, associada aos territórios onde está circunscrita, cortados pelos limites e fronteiras

urbanas que inscrevem investimentos e desinvestimentos públicos relacionados à construção de vulnerabilidades e garantias de direitos. Nesse contexto, referimo-nos às cidades que habitam um mesmo perímetro urbano pretensamente unificado e que, no entanto, delimitam formas de vida distintas, assim como diferentes modelos de gestão pública, marcados tanto por uma discursividade que marginaliza vidas e territórios, quanto por práticas efetivas de repressão, muitas vezes relativizadas por uma lógica de garantia de direitos para sua unificação impassível. Estamos nos referindo às diversas cidades compreendidas em meio a um único município, como comunidades e favelas, lugares de passagem, ruas e logradouros que abrigam determinadas formas de existência inferiorizadas pelos discursos e práticas da segurança pública e por uma série de discursividades e narrativas urbanas.

A partir desse lugar, retomamos a pluralidade do ambiente urbano e produzimos alguns percursos de pesquisa, nos quais nos deteremos neste capítulo. Buscamos retomar alguns elementos da indisciplina e da constituição de um olhar sururu como ponto de partida e de direcionamento para pesquisa em ambiente urbano. Destacamos aspectos da construção de conhecimento compreendidos tanto em uma postura ético-epistemológica, quanto em uma localidade e regionalidade na elaboração de uma problematização demarcada pelo território e por determinados marcadores que situam os saberes e as práticas nesses espaços urbanos.

Dispensamos as generalizações para retomar a seriedade dos eventos narrativos e da confecção de aproximações de sujeitos que nos posicionam no cenário da construção de conhecimento mediante a produção de singularidades, incapazes de serem simplesmente remetidas a uma lei universal ou a uma regra eventual. A partir disso, ressaltamos a produção científica relacionada a uma indisciplina de caráter específico por transpassar e constituir a pesquisa com humanos em territórios vulnerabilizados. Neste texto, faremos o seguinte caminho analítico para compor e alcançar os objetivos que propomos: 1) descrição de aspectos e elementos que nos auxiliam na tarefa de

delimitar o que chamamos de vida e de olhar sururu na pesquisa urbana; 2) delimitação da indisciplina como recurso performativo na psicologia social; 3) apresentação das contribuições de Walter Benjamin e Michel Foucault para pensar aspectos de uma pesquisa andarilha e de um olhar sururu para as cidades; e 4) apontamento de percursos ético-metodológicos nos modos de constituir narrativas de pesquisa nas cidades.

Uma vida e uma pesquisa sururu

No capítulo inicial de *Angústia*, que Graciliano Ramos começou a escrever em 1933 e publicou em 1936, quando esteve preso em Maceió e Recife sob a alegação de que era comunista, o autor alagoano usa a expressão *vida de sururu*. Uma vida marcada pelo medo, pelas ausências e sombras da cidade Maceió. A história se passa na capital alagoana, onde ele descreve, logo ao acordar, a angústia que permeia sua vida no ambiente urbano e relata seus deslocamentos pela cidade, que o põe em contato com sua existência sururu, uma existência comumente comparada com a dos animais – neste caso, com a do sururu, um molusco que vive na lama das águas doces de lagoas e lagunas do estado. Frequente nos romances do autor, a comparação da vida retirante, das vidas no sertão e agora no litoral, com a dos animais traz certa materialidade para pensarmos a produção de vulnerabilidade.

A personagem principal do livro, Luís da Silva, tem uma vida cheia de dificuldades: após o falecimento de seu pai, viveu de favores de casa em casa, tornou-se de retirante a mendigo, mas, em um dado momento, conseguiu ingressar no funcionalismo público, o que é seguido por um endividamento excessivo da personagem (RAMOS, 2012). Esse contexto de uma angústia sem tréguas na vida da personagem principal do livro também está relacionado ao ambiente político e social da época, relativo à Era Vargas e a uma realidade social e política de opressão.

Esses elementos literários ganham importância para pensarmos nossas questões, a forma com que tratamos, em nossa pesquisa, do contexto de comunidades nas orlas lagunares de Maceió que vivem da pesca e da catação de sururus para produção de sua subsistência. O sururu é atualmente tombado como bem imaterial do estado e tem importância na vida econômica e gastronômica local.

Cabe também abrir espaço para uma dissonância constitutiva da expressão *sururu*, significativa para operarmos nossa discussão metodológica: em alguns estados, especialmente no Rio de Janeiro, o termo *sururu* é utilizado para demarcar um caos, uma bagunça, algo capaz de desestabilizar o dado, o *status quo*, de desequilibrar e dismantelar o instituído. Temos, portanto, um deslocamento do *sururu* como molusco, relativo a uma vida somente sofrida e angustiada, para uma vida que desequilibra, desestabiliza e dismantela, em seu caos, o estabelecido. É a esse uso ambíguo e paradoxal da expressão que gostaríamos de atentar ao longo deste texto: uma forma de vida que é capaz de dismantelar o instituído e que requer outra política de pesquisa para ser analisada, ao mesmo tempo em que agencia uma série de investimentos relacionada às garantias de direitos, devido à incidência de condições que tornam vulnerável essa forma de vida.

Mas qual o risco que o instituído nos apresenta? Por que estaríamos interessados nesse enfrentamento e dismantelamento? Os processos urbanos, responsáveis pelo progresso das cidades, comumente elegem determinados territórios e populações como alvo de uma gestão urbana de dizimação e apagamento, deixando para trás ruínas e cacos de memórias inconciliáveis em nome do desenvolvimento (HÜNING, 2014; REIS, 2017; HARVEY, 2014; RHEINGANTZ, P., ROSA, P.; SZAPIRO, A. M., 2016). Desse modo, as máquinas do desenvolvimento urbano, além de produzirem historicamente a vulnerabilidade de territórios e populações, produzem destroços das materialidades existenciais (moradias, trabalhos, histórias de vida, culturas, memórias e espaços de lazer, entre outras) formadas durante décadas em determinados espaços pauperizados pelo poder público,

que passam a ganhar importância nos processos de gentrificação da cidade devido a aspectos ambientais e de embelezamento da cidade, sendo, por isso, expulsos e removidos desses territórios (COIMBRA, 2001).

Essas formas de vida são construídas por uma indesejabilidade relacionada à sua existência nas cidades, não somente por uma questão social e política, como também econômica, com vistas a transformar a cidade em um negócio que atraia investidores e promova o consumo e a formação de outras formas de vida desejáveis (HARVEY, 2014). Essa questão não está relacionada simplesmente com uma compreensão sobre modos de existência, mas refere-se a vidas de uma determinada territorialidade, possíveis somente nesse contexto, às quais faltam proteção e investimentos no tocante a um sistema de garantias. Sua existências nem sempre terminam em remoções forçadas, porém, são assistidas e governada continuamente por práticas de promoção de direitos humanos.

Ao que já apresentamos, estamos nos situando em uma esfera da produção de conhecimento em psicologia social sublinhada pela concepção de um conhecimento que constrói a realidade, e não simplesmente a representa. Isso nos leva a compreender a prática de pesquisa científica a partir de uma racionalidade que retoma a desnaturalização e a problematização como elementos constitutivos de um modo de conhecer e construir a realidade mediante a produção de conhecimento (HOOK, HÜNING, 2009).

Sabemos que as pesquisas, dentro das diferentes áreas da ciência, assinalam o percurso da construção do conhecimento que vem sendo produzido. Contudo, e especialmente na área das ciências sociais e humanas, nem sempre os/as pesquisadores/as têm consciência de todos os aspectos que envolvem esse percurso. Um dos mais importantes aspectos desse caminhar é sem dúvida o do método de pesquisa. Além de o método representar as questões teóricas e metodológicas que norteiam o pensamento do pesquisador/a, ele evidencia também de que forma as preocupações

sociais são expostas no estudo e qual perspectiva política, frente à ciência e à sociedade, é adotada por quem desenvolve a pesquisa. (GUARESCHI, 2008, p. 87-88).

Portanto, ao delimitarmos aspectos da constituição teórico-metodológica de nossos objetos de estudo, estamos também apresentando e conformando uma miragem política diante da ciência e da sociedade, sem a qual se torna impossível produzir conhecimento, mesmo na ocasião da afirmação de uma neutralidade metodológica de algumas vertentes teóricas da psicologia social. Nesse sentido, diferentemente de recorrermos à metodologia como maneira de construir a neutralidade do pesquisador frente a seu objeto de estudo, remetemos a ela como forma de desestabilizar, descrever e construir singularidades em uma pesquisa. É com isso que apresentamos aspectos da constituição de um olhar sururu na pesquisa em territórios vulnerabilizados pela ação do progresso urbano.

Em Alagoas, principalmente na capital, Maceió, os processos urbanos são transversalizados por, no mínimo, duas questões importantes: 1) o processo de turistificação; 2) os processos de gestão da exclusão e da violência direcionados às comunidades periféricas, pobres e negras (SILVA, 2018; HÜNING, 2014). Essas questões estão diretamente relacionadas com a maneira que Maceió tem sido organizada, urbanizada e governada nas últimas décadas. Incidem sobre os modos de subjetivação e de governo, constituindo modos de narrar e viver a vida em determinados territórios, banhados pelo mar ou pela orla lagunar, características marcantes da geografia da cidade, em torno das quais se situam algumas das comunidades tidas como vulneráveis.

Atualmente, a orla lagunar de Maceió tem sido regulada por lei estadual como lugar de preservação ambiental que deve ser resguardado e protegido; no entanto, alguns entraves têm sido frequentes nos modos de gestão do perímetro habitacional lagunar. Os entraves dizem respeito ao tamanho da orla lagunar que percorre diversos municípios

do estado de Alagoas e à ausência de saneamento básico e tratamento de esgoto, que comumente é despejado na lagoa Mundaú. Mesmo o Ministério Público Federal – que tem se empenhado em minimizar os danos ambientais provenientes do lançamento de esgotos *in natura* e em recuperar o meio ambiente afetado por esses despejos – tem encontrado dificuldades para a revitalização desses espaços urbanos, dentre tantas razões, pela forma multifatorial das questões ambientais complexas enfrentadas. Empresas públicas, como a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além de diversos municípios – que, por ausência de tratamento de seu esgoto, o jogam diretamente na lagoa e no rio Mundaú, favorecendo sua degradação e causando problemas de saúde para a população que vive no seu entorno –, têm sido responsabilizados pela devastação ambiental desse ecossistema. Além disso, essas questões dizem respeito a determinadas formas de ocupar-se de questões públicas e políticas que estariam atreladas à lógica de uma natureza inesgotável, independentemente dos usos que dela são feitos.

Chegamos à questão da lagoa Mundaú por sabermos que nessa região vivem centenas de famílias com jovens, crianças, adultos e idosos. Esse perímetro lagunar ocupa também parte das investidas do governo do estado e do município de Maceió com projetos de revitalização e leis de proteção ambiental. Ao chegarmos a esses ambientes urbanos, presenciamos uma heterogenia que marca suas vidas, uma diversidade de elementos que constituem seus modos de existência: moradias feitas de diversos materiais, espaços de lazer e de trabalho, lugares para o cuidado de animais e uma variedade de espaços que vão sendo ocupados ao longo dos meses por famílias que chegam à cidade buscando melhores condições de vida. Essa composição indica-nos a produção de vida e sobrevivência, bem como a necessidade de intervenções que visem a estabelecer melhores condições para aquelas vidas e que respeitem a territorialidade estabelecida e constantemente em construção.

Marcará de forma irresoluta o que propomos como um *olhar sururu* a própria narrativa do pesquisador ou pesquisadora a partir desses territórios – sua capacidade de produzir condições narrativas que incluem cacos de memórias, experiências que chegam aos pedaços, muitas vezes carregadas de afetos e afetações. Essa fragmentariedade narrativa e discursiva ganha composição nas formas como o pesquisador se aproxima desses espaços urbanos.

Os grandes eventos urbanos são, então, deslocados, a ponto de tornar possível visualizar as pequenas histórias com a mesma intensidade. Tanto quanto a vida nesses territórios, esse olhar constitui-se em ambivalência que se inscreve concomitantemente no sigilo e na composição de narrativas, em como narrar sem delatar, como construir uma pesquisa em ambientes vulnerabilizados, a partir da construção de condições para dizer e escrever sem utilizar recursos clássicos de pesquisa, tais como, entrevistas, questionários, gravações, anotações ou qualquer outro registro que demonstre não somente uma habilidade do pesquisador com métodos, técnicas e instrumentos, mas também uma neutralidade, tão cara para algumas modalidades de pesquisa.

Diante disso, optamos pela composição de uma pesquisa que rememorasse e que construísse, a partir das narrativas, condições de registro de dados e informações, histórias e fragmentos que, em um primeiro momento, pareciam vagos e imprecisos, para compor e seguir práticas urbanas relacionadas à produção de vulnerabilidade, considerando as relações entre memória e urbanização. Tão logo chegamos às comunidades, pudemos vislumbrar aspectos de uma oralidade que compunha marcas e rastros em suas histórias; portanto, era essa a memória que constituía os processos de urbanização e suas vulnerabilidades.

Aos poucos, o pesquisador, com seu corpo, sua história, seus silêncios e barulhos, compunha algo diferente de uma neutralidade, pois lhe restava justamente sua presença naqueles territórios como elemento para registro de histórias e composição de narrativas. A experiência não somente restrita ao olhar, mas também ao falar,

ao sentir, ao tornar-se presente naqueles territórios, possibilitava a produção de conhecimento. Isso que chamamos de *olhar sururu* diz respeito não somente a uma perspectiva ou ao ato de observar, mas também ao andar, seguir, participar e sentir da vida e das práticas ali desenvolvidas.

Na composição de uma pesquisa sururu, estamos nos colocando em uma postura que relaciona a atenção aos fragmentos, que nos chegam carregados de inutilidades, e a habilidade em construir narrativas a partir de fragmentos relativas à produção de certas condições, no nosso caso, processos relacionados com a vulnerabilização de territórios e modos de vida. Inspirados nos métodos etnográficos e cartográficos, percebemos que essa produção de narrativas interfere, mediante uma lógica criativa dimensionada por alguns recursos de linguagem, nas formas como pensamos e produzimos determinadas condições e processos nesses territórios. O aspecto problematizador encontra-se atrelado à memória e à narrativa possível nesses espaços territoriais. De certo modo, há uma relativização e abandono da verdade simplesmente factual, da mesma forma, há o destaque e a análise dos efeitos de verdade que a circulação dos discursos assumem na construção de determinados problemas e objetos de estudo, de poder e de governo; por isso, pensamos a verdade que circula nos discursos como sendo sustentada em “sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p.14). Portanto, tratamos de pensar os territórios vulneráveis como lugar e espaço de produção de verdades e conhecimento nas cidades, a partir dos quais é possível problematizar as verdades dadas e hegemônicas que circundam o ambiente urbano.

Dito isso, é necessário pensarmos sobre outro aspecto da pesquisa sururu: a indisciplina. O impasse da pesquisa científica nesses territórios ocorre de modo a pensarmos formas de construção de uma singularidade que produza coletividade, não isolamento. Uma experiência que permita cooperação, mas também deslocamento de práticas e construção de outras condições de possibilidades

para as vidas. Uma política de pesquisa que, ao ocupar-se das singularidades, o faça desenhando constelações e arquipélagos, coletividades e condições de atuação política. A indisciplina torna-se fundamental para a composição metodológica.

Indisciplina na pesquisa urbana em psicologia social

Situados na psicologia social brasileira, podemos admitir que a indisciplina é pertinente à produção de conhecimento que compomos. A interface entre pressupostos filosóficos e científicos, a articulação entre diferentes áreas de saber, como sociologia, psicologia e antropologia, marcam nosso campo de conhecimento. Da mesma maneira, essa pluralidade faz-nos caminhar e produzir saberes que articulam diversos métodos de pesquisa. Assim também, no nosso caso, a indisciplina relativa a essa construção acaba por retomar aproximações com saberes populares, deslocando-nos dos saberes científicos e instituídos para o terreno inseguro dos contrassaberes costumeiramente negligenciados e deslegitimados pelo instituído.

A indisciplina, compreendida como ruptura na ordem disciplinar, possui um potencial de movimentação e criação que promove desestabilização das assimetrias, da ordenação, dos esquadrihamentos e hierarquias que perpetuam a mesmidade no campo psi. Agregar indisciplina como condição de invenção é conceber o conhecimento como processo de construção, abertura para a diversidade, para o desconhecido e para os saberes não oficiais. Esta consideração implica primeiramente a recusa de um valor-neutro entre ciência e cultura, numa produção dialógica de realidades, sujeitos e conhecimentos. (HÜNING, GUARESCHI, 2008, p. 53).

A articulação entre diversos saberes retoma e caracteriza a indisciplina aqui mencionada. Uma indisciplina que, além de produzir objetos de pesquisa e pesquisadores, produz também sujeitos

e subjetivações. Por essa via, operamos com conceitos e, ainda, com modos de subjetivação. Admitimos o aspecto político intrínseco à produção de conhecimento, conforme aponta Mol (2008), para quem realidade e política estão interligadas: não sendo imutável, a realidade é construída infinitamente pelas narrativas de que dispomos. Nesses termos, a indisciplina imprime condições de construção e intervenção na realidade por meio da formulação de outras condições de possibilidades para as vidas.

Por essa via, a literatura e as artes efetivam uma função importante, pois viabilizam a confecção de afetos e afecções com os quais podemos construir políticas de pesquisa, retomando o texto científico como produtor de dados e também de intervenção na realidade mediante condições para o planejamento, a assertividade de práticas e outras relações de poder com o que queremos conhecer e governar. O aspecto performático que o texto assume na perspectiva de conhecimento que apresentamos refaz a composição entre estilo narrativo, fragmentariedade, subjetivação e produção de conhecimento.

A pesquisa associa-se aos modos como constrói discursivamente visibilidades relativas à processualidade inerente a certa produção de conhecimento e por meio deles ganha existência. Isso implica levar a sério as narrativas e os fragmentos que nos chegam, na medida em que possibilitam construir uma desnaturalização das verdades cristalizadas.

Para a escrita em uma pesquisa que retoma processos e fragmentos de territórios vulneráveis, apresentaremos alguns pressupostos diretamente relacionados às contribuições de Michel Foucault e Walter Benjamin. Tais contribuições referem-se, respectivamente, a aspectos da vida infame, pensada a partir das relações de poder, e à constituição de visibilidades específicas, considerando-se a concepção de imagem dialética e o uso de narrativas.

Vida infame e visibilidades específicas: contribuições metodológicas

Foucault (2006) escreveu um dos textos mais belos de sua obra em forma de fragmentos e, a partir deles, o prólogo de um livro. Em *A vida dos homens infames*, propõe uma ontologia de existências sobre vidas sem fama, que chegam ao nosso conhecimento a partir de fragmentos e brevidades narrativas registradas pelo poder, por meio de questionários, entrevistas e inquéritos nas sociedades disciplinares. Vidas que ganham visibilidade pelo choque com o poder, a partir de desvarios e insubordinações, e que, também por isso, são carregadas da mescla de ficção e realidade, constituindo o que o autor chama de lendas, povoadas pelo imaginário daqueles que registram e leem suas breves narrativas, as quais, se não fosse desse modo, não chegaríamos a conhecer.

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí as infâmias das quais eu quis, aqui, juntar alguns restos. (FOUCAULT, 2006, p. 2010).

Nesse texto, em que o autor se ocupa de restos e brevidades de uma vida infame, aparecem alguns aspectos metodológicos que nos interessam. Primeiramente, a atenção às miudezas das histórias que nos chegam e, principalmente, ao lugar de poder que ocupamos ao construirmos registros dessas vidas por meio de narrativas. Como aponta o autor em outros textos dos seus *Ditos e Escritos*, a narrativa constitui-se como procedimento e, mais do que produzir ficção e fábulas, constrói, pelo exterior, condições de existência e de criação de realidades (FOUCAULT, 2009a). Nesse ponto, a narrativa produz seu próprio campo de exterioridade, com o qual é possível

construir condições de possibilidades e de alternativa para trabalhar sobre esses restos e fragmentos.

Eleger a narrativa como procedimento de pesquisa possibilita outros pontos de ancoragem para a construção de conhecimento. Esses pontos referem-se a uma exterioridade discursiva que tensiona a realidade, ao mesmo tempo que a torna inteligível em determinadas condições.

Esse elemento constitutivo das pesquisas com *vidas sururu* – infâmia e potência – remete-nos a outros dois textos do autor: *Por trás da Fábula* e, principalmente, *O pensamento do exterior*, ambos de 1966. Neles, Foucault (2009b) aborda algumas questões que nos interessam ao pensarmos as narrativas construídas em uma pesquisa como procedimento: a nossa relação com o que tornamos invisível e com o que deixamos e mantemos do lado de fora. Portanto, o invisível e o fora ocupam importância nesses procedimentos de pesquisa indisciplinados que flertam com a ficção.

Para o autor, a ficção que interessa não é a que produz uma visibilidade sobre o que é invisível, mas a que torna possível perceber o quão invisível é a invisibilidade do visível (FOUCAULT, 2009b). Aqui, a narrativa que tornamos possível em nossa pesquisa em territórios vulneráveis refere-se ao que, mesmo tendo sido deixado fora, não para de murmurar. Assim, não nos referimos às narrativas enquanto uma interioridade, mas à leveza do inimaginável e ao próprio vazio que as circundam: os encontros, a proximidade com o mais distante e a dissimulação do lugar onde nos encontramos (FOUCAULT, 2009b). Desse modo, não nos ocupamos com:

Nenhuma reflexão, mas esquecimento; nenhuma contradição, mas a contestação que apaga; nenhuma reconciliação, mas o repisamento; nenhum espírito na conquista laboriosa de sua unidade, mas a erosão infinita do exterior; nenhuma verdade se iluminando, enfim, mas o jorro e a miséria de uma linguagem que desde sempre já começou. Não uma palavra, quase um murmúrio, quase um frêmito, menos que o silêncio, menos que o abismo do va-

zio; a plenitude do vazio, alguma coisa que não se pode fazer calar, ocupando todo o espaço, o ininterrupto, o incessante, um frêmito e já um murmúrio, não um murmúrio, mas uma fala, e não uma fala qualquer, mas distinta, exata, ao meu alcance. (FOUCAULT, 2009b, p. 225).

Como afirma Foucault (2009b), ao tratar das escritas de Blanchot, ocupamo-nos de lugares sem lugar (distopias), corredores e espaços proibidos, no entanto, escancarados a céu aberto, proporcionando-nos encontros por vezes insuportáveis em que as vozes não chegam e os gritos são abafados, em que à noite ressoam: “como fala do exterior, acolhendo em suas palavras o exterior ao qual ele se dirige, esse discurso terá abertura de um comentário: repetição daquilo que fora não cessou de murmurar” (FOUCAULT, 2009b, p. 226).

Certamente, nas narrativas que fazemos, circulam discursos de determinados lugares, nada inéditos, nem propriedade da ficção, nem da reflexão, do dito ou do ainda não dito, mas de um lugar que não pertence a ninguém – discursos sem dono, sem um sujeito ou uma interioridade para a qual os remeteremos (FOUCAULT, 2009b). Como teimam em reivindicar os movimentos LGBTQI+, tratamos do berro. Uma voz que ressoa de fora, que não silencia – berra, ou ainda... murmura. Diferentemente de remeter a uma interioridade, expressa uma exterioridade incapaz de ser acessada como um todo, sempre apresentada em incompletude e fragmentos; encontramos-nos no aberto em que também nos vemos exteriores, no espaço sem intimidade, sem proteção ou moderação (FOUCAULT, 2009b).

É a partir dessa composição discursiva que tratamos de uma materialidade narrativa em nossas pesquisas. Essa materialidade faz com que as narrativas remetam à produção de visibilidades específicas, em consonância com o que Walter Benjamin (2009) nos propõe quando trata de fragmentos, cacos de memória e destroços do progresso urbano.

Para Walter Benjamin, conforme Muricy (2009, p. 249) coloca, há a compreensão da escrita como lugar de luta, superfície agônica, onde: “o crítico é o “estrategista na batalha da literatura”; a verdade

só é capturada pela escrita ‘bruscamente, como um golpe, [...]’”. Com isso, a escrita ajunta-se à política como forma de inventar a realidade, forjando-a pelo exercício do pensamento, o que parece inscrever o texto em certa crueza do pensamento, o imediato do pensamento capturado pela escrita. Algo poético: um pensamento que pensa poeticamente, afirma Arendt (2008), uma escrita a toque de luta, de sangue e de esperança.

Assinalar à escrita e à linguagem esse lugar de invenção da realidade é, também, evitar uma objetividade que tem a pretensão de representar o mundo criando um precipício entre a natureza e o humano. Em outros termos, ao efetivar o que chama de imagem dialética, Walter Benjamin (2009) retoma a força e a potência do pensamento por meio da imagem em movimento na invenção da atualidade: ao fazê-lo, parece restituir ao homem (ser do pensamento) a atividade de reinventar a história, não como representação em uma linha temporal, mas como imagem e pensamento que permitem reparar o passado no presente.

Para o autor, a imagem dialética oferece não uma representação da realidade nem uma versão dela, mas uma alegoria, uma composição de fragmentos em constelação, ou seja, apresenta-nos visibilidades específicas: fatos da vida cotidiana, aparentemente insignificantes, que seriam negligenciados por um historiador tradicional. Nesse sentido, apresenta uma síntese autêntica, na qual o que se paralisa e se mantém caracterizado são os antagonísticos, os conflitos. Trata-se de usar a narrativa para produzir imagens – não oposições ou dicotomias, mas sínteses que cortam e articulam pensamento e imagem, fazendo-os aderir um ao outro. A imagem dialética, então, no espaço da ação política, é *um texto que mostra*. Assim, a alegoria benjaminiana mostrada pela imagem dialética oferece um ponto de vista crítico, apresentando-nos uma perda, uma incompletude do pensamento pela dinâmica presença-ausência que os fragmentos tornam visíveis.

Esses elementos que constituem a escrita como lugar de guerrilha e de produção de cooperação e de conhecimento produzem outra relação com as formas de pensar e fazer pesquisa. A materialidade das vidas nas ruas e territórios considerados vulneráveis, as imagens que constituem e o modo como podemos articulá-las na escrita, refazendo caminhos que permitem potência e criação, são aspectos da construção poética. Esses aspectos são elementos de vida e de luta que, de tão cotidianos, carecem de escrita – e escrita que rasga, inscreve, corta e sangra (HADLER, 2017).

Portanto, estamos no terreno onde o aspecto simplesmente interpretativo é deixado de lado: as narrativas mostram. Elas apresentam facetas de uma construção de processos históricos no presente das práticas sociais e políticas. Bastam-se em si mesmas, não restando espaços para explicações ou pontos analíticos simples, mas para uma linguagem que só pode ser apreendida fora do campo narrativo em que se insere, no caso, fora do campo científico. Nesse caso, as narrativas desses territórios ocupam um ponto crítico, não neutro, em que o pesquisador produz visibilidades específicas com as quais constrói inteligibilidades e conhecimento. Tratamos de relatos que se destacam da função diário de campo por construírem condições de intervenção e de conhecimento, tanto quanto de elaboração de uma crítica: relatos de um campo sempre crítico, não ingênuo, que se ocupa da elaboração de formas de vida e resistência. Estamos na condição de pensar a pesquisa como política e, por isso, não como uma simples representação da realidade, elabora o mundo que tenta apreender.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, pudemos retomar alguns aspectos metodológicos relacionados à construção de metodologias em territórios vulnerabilizados pela ação da máquina do progresso urbano. No contexto dessas pesquisas, retomamos o encontro com o outro e o lugar

da produção de narrativas desses espaços urbanos como inalienáveis na construção de conhecimento.

Os afetos e um posicionamento crítico frente às vidas que conhecemos nesses espaços urbanos são fundamentais no delineamento de percursos e caminhos de pesquisa. Tanto quanto apontar e construir dados sobre uma realidade, interessa-nos compô-la, inscrevendo ranhuras e dobras onde costumeiramente inferimos análises a partir de uma neutralidade narrativa automatizada pela aplicação de métodos e procedimentos metodológicos que pressuporiam uma assimetria e distanciamento do campo de pesquisa. Ao entrarmos nos campos de pesquisa, criamos experiências que transformam e marcam tanto o pesquisador quanto os outros sujeitos que colaboram com o estudo. Essas existências e todos os elementos que elas convocam, inscrevem um campo de afetações e experiências que atravessam o corpo provocando toda uma inteligibilidade sobre os acontecimentos, marcando a produção de conhecimento por outra racionalidade, antes inexistente. A essas mudanças, cabe estarmos atentos, pois com elas é possível deslocar procedimentos, problemas de pesquisa e objetivos de um estudo.

Portanto, é pelo corpo que anda e que circula nos espaços urbanos que passa a inteligibilidade de um estudo. A pretensa neutralidade das ciências exatas torna-se difícil de manter e transmutar nos estudos com outros humanos, o que nos inscreve em uma arena ética e política na construção de conhecimento. Por essa via, retomamos o lugar do pesquisador como aquele que, ao expor aspectos de sua experiência nos territórios, produz condições para outra racionalidade que interfere nos modos de alocar e produzir políticas públicas, intervenções e conhecimento.

O caminho que fizemos refere-se a quatro questões que elencam a produção de narrativas como procedimento de pesquisa: 1) um giro interpretativo no qual o simplismo do olhar para as vidas nesses territórios é deslocado para uma complexidade que as toma como infames e potência: uma vida sururu; 2) a compreensão de que esses territórios

produzem verdades e conhecimentos sobre os processos urbanos que os produzem e que geram gestão de suas vidas; 3) a indisciplina como operador de nossas pesquisas em psicologia social, incluindo a literatura e as artes para elaboração de outros episódios narrativos; 4) a suficiência dessas narrativas em sua função de mostrar, ocupando-se em processualidades de práticas do presente que as tornam possíveis em determinado contexto histórico, deslocando a ênfase interpretativa para a atividade de complexificação dos objetos e problemas de estudo, bem como para um campo de produção de afecção.

Essas questões possibilitam outras condições analíticas, a partir das quais o texto e o campo possuem uma inteligibilidade e uma racionalidade que desestabilizam o que compreendemos como norma, normal e desejável, construindo outras possibilidades e condições de intervenção, distintas das pesquisas censitárias e estatísticas. A confecção de experiência, a partir de encontros com um outro e de um pensamento do exterior, propõe outros elementos metodológicos, que dispõem o corpo e sua racionalidade de uma distinta forma no mundo. Tratamos de um conhecimento que ocorre por meio de uma corporeidade inscrita pela presença do pesquisador, tanto quanto por seus colaboradores e o que podem narrar. Portanto, o *olhar sururu* que mencionamos está relacionado a um andar, circular, sentir e posicionar-se em um percurso de pesquisa.

Referências

- ARENDDT, H. Walter Benjamin (1892-1940). In: ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na época da sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 165-196.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2009.
- COIMBRA, C. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. 2001.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 29 reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos, v. 4. 2 ed. p. 203-222. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.
- FOUCAULT, M. Por trás da fábula. In: FOUCAULT, M. *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Coleção Ditos e Escritos, v. 3. 2 ed. p. 210-218. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009a.
- FOUCAULT, M. O pensamento do exterior. In: FOUCAULT, M. *Estética, literatura e pintura, música e cinema*. Coleção Ditos e Escritos, v. 3, 2 ed., p. 219-242. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009b.
- GUARESCHI, N. M. Pesquisa em psicologia social: de onde viemos e para onde vamos. In: RIVERO, N.E.E., (Org). *Psicologia social: estratégias, políticas e implicações* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 86-95. ISBN: 978-85-9966-286-1. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 06, ago 2019.
- HADLER, O. H. *Biografias malditas: experiências narrativo-ontológicas entre Psicologia e Segurança*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. CAMARGO, J. C. (trad.). São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins. 2014.

HOOK, D.; HÜNING, S. M. Genealogia, contra-saberes e psicologia. In: GUARESCHI, N. M.; HÜNING, S. (org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2009.

HÜNING, S. Encontros e confrontos entre a vida e o direito. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.19, n. 3, p. 491-501. 2014.

HÜNING, S.; GUARESCHI, N. M. A indisciplina como estratégia de invenção nas pesquisas e intervenções psi. In: BONAMIGO, I. S.; TONDIN, C. F.; BRUXEL, K. (org.). *As práticas da psicologia social com os movimentos de resistência e criação*. Porto Alegre: ABRAPSO Sul, 2008.

MOL, A. Políticas ontológicas. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (org.) *Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto: Edições Afrontamento. 2007 (no prelo). Disponível em: <http://dare.uva.nl/document/174542>. Acesso em: 14 out. 2012.

MURICY, K. *Alegorias da dialética: imagem e pensamentos em Walter Benjamin*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nau. 2009.

RAMOS, G. *Angústia: posfácio de Silvano Santiago*. 67 ed. Rio de Janeiro: Record. 2012.

REIS, C. dos. *Cidade e Direitos Humanos: o comum como exercício ético da vida humana*. 2017. Tese (Doutorado(Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RHEINGANTZ, P. A.; ROSA, P.; SZAPIRO, A. M. (org.). *Qualidade do lugar e cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina. 2016.

SILVA, W. V. N. da. *Territórios vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Rolezinho como aposta metodológica, política de escrita e pesquisa

Giovana Barbieri Galeano

Andrea Cristina Coelho Scisleski

Esta escrita emerge de uma pesquisa de mestrado em Psicologia (GALEANO, 2017), desenvolvida na cidade de Campo Grande (MS), em que se analisou o confronto entre lógicas de segurança e de resistência no que tange à juventude na cidade, visibilizadas nas ações direcionadas aos chamados rolezinhos, isto é, encontros de jovens em *shopping centers*. Partindo dos pensamentos de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Walter Benjamin, em nossa aposta metodológica, o rolê não foi tomado como mero objeto de análise. Assumimos, ao contrário, o risco de alavancar o rolê como o próprio método que compôs a pesquisa; mais do que isso, o rolê constituiu-se como nossa política de escrita e de pesquisa (BENJAMIN, 1940/2012).

Tratou-se de dar visibilidade à juventude rolezeira, para a qual são criadas e direcionadas estratégias de gestão que incidem sobre sua vida. A investigação envolveu perambulações por espaços da cidade, tais como: ruas, praças, centros históricos, arquivos públicos – municipal e estadual – e terminais de ônibus. Além disso, foram selecionados: políticas públicas, documentos históricos, notícias veiculadas pela mídia regional e nacional sobre violência, juventude, rolezinho e ações policiais.

A política assumida implicou um corpo-a-corpo com os acontecimentos cotidianos, tornando possível trazer o rolezinho para a academia – não de forma asséptica, mas com todas as tensões que essa prática implica. Tais tensões se referem às formas de produção de conhecimento cujas máximas se estabelecem pela determinação, *a priori*, do método e o distanciamento hierárquico entre sujeito e objeto na produção de conhecimento.

Neste texto, ora escreveremos na primeira pessoa do singular – quando se tratar de cenas dos encontros da primeira autora durante a construção do campo de pesquisa –, ora escreveremos na primeira pessoa do plural – quando se tratar da análise realizada por ambas as autoras a partir da discussão sobre o campo. O capítulo é composto por imagens produzidas pela escrita de inspiração benjaminiana, com vistas a tensionar as forças que impelem certas memórias ao esquecimento e a produção de uma coragem cuja finalidade é “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1940/2012, p. 245).

Nosso objetivo, ao discutir o modo como o rolezinho foi alavancado a método da pesquisa, é, portanto, escrever e pensar o método como uma exigência feita pelas problemáticas que abordamos em nossos estudos, e não o contrário. Isto é, o objeto de estudo – juventude rolezeira – não é um elemento passivo que se deixa capturar pelos procedimentos de pesquisa, mas resiste, tensiona e exige a criação de estratégias metodológicas específicas, contingentes ao que é e à potência do seu próprio devir. Para cumprir essa tarefa, é preciso fazer certas negociações com a academia, nos moldes em que ela se constitui, pois as lógicas de investigação científica insistem, não raro, em aprisionar o pensamento, construindo muros entre as diversas formas e estratégias de produção de conhecimento. Ao trabalhar dessa maneira, não apenas recusamos as tentativas de encaixotar o processo de pensar, como também as criticamos.

O convite e os desafios para se pensar o pensamento

O convite para compor um livro cujo objetivo é debater a elaboração de metodologias que assumem caráter inovador frente às perspectivas metodológicas comumente utilizadas no campo da Psicologia Social implica alguns desafios/problemas. Tais desafios/problemas não são bons/ruins nem positivos/negativos em si mesmos; ao contrário: são provocações que desacomçoam o cômodo espaço em que, a princípio, nos colocamos ao dar uma tarefa por cumprida.

O primeiro desafio/problema diz respeito ao caráter inovador, uma vez que, ao se empreender uma investigação, não se sabe, de fato, se ela se constitui como inovadora – ou, aquém dessa questão: não se pretende, com o estudo, que ele seja inovador. Com isso, não queremos dizer que não buscamos marcar diferenças, efetivar rupturas com determinadas formas de fazer/pensar, e sim que a inovação não é a questão que impulsiona. Talvez seja paradoxal, mas evocar a inovação, por vezes, leva a certa remontagem do “mais do mesmo” sob outras roupagens. Com certeza, esse não é o princípio que impulsiona este livro, e é com alguma cautela que nos aproximamos do discurso da novidade.

O segundo desafio/problema, nesta escrita, atrela-se a repensar o modo como o trabalho prévio – que deu condições para esta escrita – foi produzido. Repensar não é fazer o caminho novamente e selecionar, a partir do que fora escrito, as partes que caberiam reproduzir. Trata-se de colocar em análise o próprio pensamento que tornou possível o trabalho, as razões pelas quais um exercício, e não outro, foi realizado. Ademais, trata-se de fazer, daquilo que constituímos como campo de pesquisa, questões e opções de método, o terreno sobre o qual a atividade crítica incidirá.

O terceiro desafio/problema diz respeito a certo risco que se corre ao falar sobre e/ou descrever um determinado procedimento metodológico realizado. Dizer isso não significa que coletivizar as apostas realizadas nas pesquisas não seja importante, mas há o risco

de institucionalizar-se um determinado procedimento, incorrendo, justamente, naqueles aspectos sobre os quais produzimos reflexões, quais sejam, a reprodução e aplicação de um conjunto preestabelecido de procedimentos, visando à resolução de um problema e atingindo um objetivo, ou seja, tudo o que não pretendemos fazer com este trabalho.

Ao escrever a dissertação que serviu de disparador para este texto, estava em jogo pensar o encontro entre duas principais questões: a gestão da juventude rolezeira e sua resistência a essa gestão no contexto da cidade; e, também, as lógicas de produção de conhecimento e o modo como, diante delas, apostávamos em um exercício epistemológico-ético e político que nos exigia outra forma de fazer no âmbito acadêmico. O rolezinho foi o elemento que articulou tais questões, mas, ao mesmo tempo, foi somente pelo rolê da juventude que nosso método teve condições de existir.

Tal como cada rolê da juventude é único e singular em seu acontecimento, objetivamos que seja tomado da mesma forma ao constituir-se como método. Esse seria o principal cuidado nesta escrita, já que não se trata de replicar o rolê, nem de apresentar um “como se deve” pesquisar a juventude. Dedicar-nos-emos a abordar a forma como constituímos o campo de pesquisa, nossas questões e como o rolê fez exigências para que fosse alavancado ao método da pesquisa. São esses os pontos a serem discutidos no decorrer deste texto, tendo em vista salientar que o método nada mais é do que a forma como movimentamos nosso pensamento, como colocamos e recolocamos nossas questões de investigação.

A constituição do campo de pesquisa ao atravessar um campo de guerra

Existem diversas formas de realizar uma pesquisa, e não nos cabe, aqui, inventariá-las; contudo, faz-se necessário dizer o modo como, em nossos percursos, pensamos a produção de conhecimento. Primeiramente, o campo de pesquisa não existe *a priori*, é preciso

construí-lo. Essa construção envolve aquelas intenções que nós, que desejamos empreender uma investigação, temos diante de um determinado assunto. Temos, também, algumas pistas, direções primeiras, orientações de cunho teórico-epistemológico. Tais “orientações primeiras” permitem que nos movamos por um caminho, e não por outro, e esse caminhar compõe o campo em que se desdobrará a investigação.

Em segundo lugar, há uma errância na pesquisa pela qual devemos nos deixar interceptar. O rolê da pesquisa sofre diversas mudanças – aqui está a errância. Durante a produção do campo de pesquisa, meu caminhar, tal como em uma rua, foi obstruído por algo que não era da ordem do desconhecido, mas do desde já sabido. Asfixiei meu pensamento com a fuligem das máquinas teóricas, apavorou-me o medo de largar a mão de um conceito que me mantinha nos trilhos. Foram precisos muitos descaminhos; o encontro com a juventude foi o mais importante. Esse encontro fez com que o rolê interceptasse a pesquisa e lhe fizesse exigências.

Foi em um domingo, em dezembro de 2015. O calor, como de costume, marcava sua presença, e o sol fazia arder a pele de quem se arriscasse a expor-se a ele. Pois bem, nesse dia, fui ao *shopping* Campo Grande, o único, aliás, dos três grandes centros de compras que se localiza em uma área nobre da capital de Mato Grosso do Sul – esse detalhe não é irrelevante; o leitor atento guarda-lo-á para compreender as voltas e idas desta escrita. Seria um final de semana qualquer, não tivesse sido a ocasião em que me encontraria com os personagens que mudaram os rumos de condução do meu pensamento.

Recordo-me de que não utilizara, nesse dia em especial, o transporte coletivo. Lembro também que nenhum dos guardas presentes nas entradas do estabelecimento questionou minha entrada no espaço comercial, tampouco me impediram de circular nos corredores, olhando as vitrines, nem de apenas entrar nas lojas, mesmo sem comprar nada – e este é outro detalhe relevante. Naquele contexto, eu não representava, a princípio, qualquer perigo. Por falar nisso: você, leitor, devido à sua aparência, já foi abordado de modo

constrangedor por estar em determinado lugar? Você já sentiu que as pessoas à sua volta estavam preocupadas por terem que sentar ao seu lado? Ou que desviaram o caminho por você ser um perigo em potencial?

Dentro do *shopping*, havia uma movimentação intensa, mas nada que não pudesse ser compreendido, por mim, em razão do contexto: cinema, praça de alimentação, domingo, jovens. Faz sentido, não? Ir ao *shopping* no domingo, com os amigos, para ver um filme e comer algo na praça de alimentação ou só para passear e fazer *selfie* – fotografia de si mesmo. Depois de um tempo, peguei-me pensando que o fato de esses acontecimentos fazerem sentido para mim só era possível devido ao espaço do qual eu pensava, já que, para outros, aquela agitação no *shopping* foi motivo de medo.

Os corredores tornavam-se apertados devido à quantidade de pessoas circulando: crianças, idosos, adultos, jovens, sacolas, conversas indefiníveis, tudo se misturava, e, no fim, o que se ouvia não era possível distinguir. As palavras não faziam sentido, era um uníssono. Eu não era capaz de identificar as pessoas: a multidão transformou-se em movimento. Quando saí pelo estacionamento, contudo, a cena que há pouco fazia sentido transformou-se em assustadora. Policiais encaminhando jovens para aguardarem sentados no chão do estacionamento. Policiais armados abordando jovens nas imediações do estabelecimento, indicando a alguns onde deveriam aguardar ou deixando que partissem – alguns é um detalhe importante também.

Ao sair pela porta do *shopping*, o calor somou-se ao assombro diante das práticas naquele espaço. O estacionamento fora transformado em um campo de guerra, o qual eu atravessava, assistindo às ações como que blindada e em câmera lenta. A mim, não questionaram o trânsito, nem às senhoras com sacolas nas mãos. A cena nesse momento era justamente aquela em que os vencidos iam ao chão (BENJAMIN, 1940/2012). A violência ali não era a dos campos de batalha; era, sim, anterior e definitiva. Em um campo de batalha, ambos os lados têm a possibilidade de – em algum nível – preparar-se para o enfrentamento.

Naquela situação, pelo contrário, era a emboscada a estratégia, de modo que a guerra era, ao mesmo tempo, anterior à batalha e o seu fim.

Atravessei o campo, e na boca minava um gosto amargo, enquanto uma sensação de estranhamento me açoitava o corpo diante daquele silenciamento criado pela força da justiça – força visibilizada pelo excesso da polícia e justiça constituída somente pelo nome da instituição que possibilitou a denominada Operação de Domingo.

As questões de pesquisa pelo encontro com o rolezinho da juventude

Quando estamos diante de uma temática de pesquisa, não é difícil encontrar literatura que nos situe sobre seu contexto histórico. Com o rolezinho, não foi diferente. Esse levantamento de informações permitiu visibilizar o campo de tensões entre diversos campos que tomavam os jovens, os tipos de abordagens, análises e efeitos das intervenções realizadas. O exercício a ser feito era pensar, diante de tantas informações, como o rolezinho havia se constituído como um problema e, mais ainda, quais questões poderiam ser formuladas a fim de realizar deslocamentos em nossas análises, não somente dos rolezinhos propriamente ditos, mas da própria forma de produzir conhecimento.

Nos anos de 2013 a 2016, às reuniões de jovens em *shoppings* do país foi atribuído o nome de rolezinhos. Os eventos eram marcados nas redes sociais pelas quais os jovens se comunicavam. “Dar um rolê”, gíria associada a uma atividade de lazer que implica a reunião com outras pessoas interessadas em passear, fora transformado em um problema quando deslocado para o rolezinho no *shopping*, espaço de comércio não tão popular e com preços pouco acessíveis, quando comparado às lojas comerciais dos centros da cidade.

Pinheiro Machado e Scalco (2014), em um texto sobre os rolezinhos – caracterizados pela presença de adolescentes moradores das periferias urbanas nos *shopping centers* das cidades –, apontam que

os proprietários e demais frequentadores desses espaços solicitaram judicialmente o impedimento da realização de tais eventos, barrando o acesso desses jovens em específico. Aos rolezinhos foram associadas queixas de roubos, perturbação da ordem pública e uso de drogas. Assim, os eventos foram transformados em problema para/por uma parcela da população que frequenta aqueles estabelecimentos e para/pelos lojistas, fazendo com que as instituições da justiça e da segurança fossem acionadas.

No ano de 2015, diversas ações policiais tiveram como foco a população jovem, tendo como principal parcela aqueles que circulavam nas proximidades e no interior do principal *shopping center* da capital sul mato-grossense. Foi no *shopping* Campo Grande que ocorreu a Operação de Domingo. Segundo as notícias veiculadas, “a direção do shopping afirmou que a ação realizada em parceria com órgãos de segurança teve o objetivo de manter o conforto e segurança de seus visitantes, lojistas e colaboradores”. Além disso, em entrevista, a delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Infância e Juventude (DEAIJ) afirmou que foi resultado “de um levantamento que durou cerca de 30 dias, feito com base em denúncias de uso de drogas e ocorrência de outros fatos ilícitos ocorridos na região”, dentre os quais, que “adolescentes estariam fazendo o uso de drogas e até se prostituindo” (FAUSTINO; PRADO, 2015, não paginado).

Dentre os frequentadores do *shopping*, além de jovens da periferia da cidade, estão aqueles que estudam em escolas particulares situadas nas imediações do estabelecimento e que utilizam o espaço comercial para se reunirem também nos dias úteis, e não apenas nos finais de semana; para esse público, não se acionava a polícia. A Operação de Domingo, segundo Ueno (2015), não visava à totalidade da população jovem, mas a uma parcela bastante específica: os jovens das periferias da cidade, a quem foram atribuídos atos de vandalismo e ameaça à segurança de outros frequentadores.

Na operação realizada, havia a abordagem dos jovens, solicitação dos documentos pessoais e encaminhamento ao estacionamento do

centro de compras, onde ficavam sentados no chão, aguardando os procedimentos desenvolvidos pela polícia. A abordagem na Avenida Afonso Pena contou com policiais armados, que abordavam pessoas para fiscalização. As ações estavam calcadas em três justificativas principais. A primeira delas era ligada à perturbação das atividades da parcela da população que frequenta o *shopping* para realizar compras ou fazer uso de alguns dos serviços disponíveis no local, tais como Polícia Federal (especificamente o departamento de passaporte, que fica localizado no *shopping*), Correios, terminais de banco e, ainda, a agência do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). A segunda justificativa tinha relação com os moradores da região, cuja segurança era ameaçada pelos jovens; e, por último, havia a justificativa da proteção, visto que foram feitas denúncias sobre uso de drogas e prostituição.

Os desdobramentos da Operação de Domingo, organizada para intervir no rolezinho, envolveram desde a intervenção da Defensoria Pública, que, recorrendo ao ECA, teve o objetivo de barrar as ações da Polícia Civil, até a rápida manifestação do Promotor da Infância e Juventude, Sérgio Harfouche, que afirmou ter “esperança de que o Tribunal de Justiça não acolha o *habeas corpus*, não dê provimento e que a imprensa apoie a polícia” (SANTOS, 2016, não paginado). A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul impetrou, no mesmo ano, pedido de *habeas corpus* preventivo, requerendo a não solicitação de documentação de adolescentes, bem como a “abstenção de consulta de existência de antecedentes infracionais de adolescentes que não tenham sido apreendidos em situação de flagrante da prática de ato infracional ou quando houver ordem neste sentido” (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 1).

A Defensoria baseou seu pedido de *habeas corpus* preventivo nos argumentos de que o Estado, por meio da polícia, com o objetivo de defender a preservação da ordem pública, utilizou práticas de abordagem policial antecipando práticas delituosas; ressaltou que, apesar de o ECA permitir a identificação compulsória de sujeitos que

infringem a lei, estabelece que deve haver não somente dúvida fundada do cometimento da infração (MATO GROSSO DO SUL, 2016). Além disso, salienta-se no documento que a Operação de Domingo “ensejou a privação de liberdade dos adolescentes por várias horas” (p. 3) enquanto os policiais verificavam as informações sobre identificação pessoal e antecedentes infracionais, implicando a impossibilidade de os jovens saírem do local.

Ainda no pedido de *habeas corpus*, é possível ler a descrição das medidas às quais os jovens foram submetidos, tais como serem obrigados a andar de mãos dadas pelas ruas e também pelo estacionamento do centro de compras *Shopping* Campo Grande, amontoados em um local do referido estabelecimento, expostos a constrangimento e exposição vexatória, visto que os clientes do *shopping* puderam acompanhar o desenrolar das ações (MATO GROSSO DO SUL, 2016). E mais: a Defensoria afirma, no documento, que a abordagem e a busca pessoal em certos adolescentes sem que existissem “relevantes suspeitas, evidentemente caracteriza um abuso de autoridade por parte dos policiais, agravado pelo fato de muitos desses policiais estarem com armas em punho, como se estivessem lidando com criminosos de alta periculosidade” (p. 4). O pedido de *habeas corpus* preventivo foi, contudo, negado pelo Tribunal de Justiça do Estado, com a justificativa de que as ações da Polícia Civil foram “precedidas de estudos de georreferenciamento, investigação e inteligência, os quais indicaram que supracitada região é local de incidência de práticas delituosas como tráfico e uso de entorpecentes, fornecimento de bebida alcoólica a menores, roubo, furto e até mesmo estupro” (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 12).

Todos esses acontecimentos dispararam questionamentos quanto às intervenções efetivamente empreendidas, mas, principalmente, no que tange aos rumos da pesquisa. Esses rumos desenhavam-se como exigências feitas pelo rolê às nossas tentativas de investigação. O objeto de pesquisa não era passivo; ele demandava que pensássemos como abordar a questão dos rolezinhos sem realizar uma assepsia científica.

Que tipo de gestão da juventude pode ser visibilizada a partir das intervenções empreendidas? Diante das intervenções violentas, justificadas e legitimadas, não raro, por campos de saber, como produzir uma pesquisa e uma escrita que não façam manutenção dessas lógicas?

A constituição do método como exigência do rolê

Uma das grandes angústias na realização de uma pesquisa é, muitas vezes, causada pela definição do método. Essa angústia não diz respeito a uma condição psicológica do indivíduo que pesquisa; ela ocorre em razão de sermos tomados por lógicas acadêmicas que demandam o estabelecimento de parâmetros que, por vezes, engessam nossos pensamentos, nos amarram às grades científicas de inteligibilidade, a fim de validar e legitimar nossas investigações. Também nossas palavras são amordaçadas por tais relações austeras.

Não se trata de afirmar que as pesquisas não devam ser válidas, legítimas, nem de desconsiderar o campo científico; afinal, estamos inseridos nesse campo. O que colocamos em discussão são as formas homogêneas e hierárquicas de pensar “a pesquisa científica”, no singular. Foi diante das angústias produzidas pelas condições descritas anteriormente que o campo e, mais especificamente, o “objeto de análise” fizeram suas exigências.

Tais exigências ligavam-se ao desconforto – epistemológico e político – quanto ao modo como a vida da juventude, especialmente a parcela pobre, vinha – e vem – sendo sumariamente objetificada e atrelada ao perigo efetivo, como foi possível visibilizar nas justificativas utilizadas para a realização da Operação de Domingo. Além disso, era possível encontrar reportagens, comentários, *posts* nas redes sociais e diversos textos sobre o rolezinho (PEREIRA, 2014; BHERING, 2014; FÍGARO, GROHMANN, 2014). Esses textos faziam uma análise restrita à relação de classes, apontando uma luta entre a juventude pobre e os ricos pelo espaço do *shopping* ou a criminalização da pobreza e encerrando as discussões com uma conclusão já bastante

conhecida: a exclusão e, mais do que isso, uma punição inerente que se pretende legítima quando dirigida a essa determinada população.

Outro incômodo relacionava-se às análises feitas pela via da estigmatização da juventude pobre, colocando-a em uma posição de passividade diante do modo como as relações se organizavam – e se organizam. Com isso, não ignorávamos que, sim, as ações para conter os rolezinhos tiveram como alvo a parcela já marginalizada da população jovem; e que, sim, invariavelmente, essa população era economicamente pobre e atrelada a certos estigmas – mas que outras possibilidades, além dessas, seriam passíveis de serem analisadas?

O rolê, portanto, fez sua exigência na maneira como tomar a juventude. Pois, se pararmos para pensar no que é juventude/jovem, não será difícil localizar, nessa fase da vida/população, os elementos que constituem a força produtiva da vida – o jovem como figura do futuro da nação, da economia, do social. O tempo que importa, nessa racionalidade, é o da contação da vida, divisão da vida em fases que receberão atenção. Agora, no caso do jovem/juventude que não assume para si essa “profissão de fé”, que é desenvolver e partilhar os propósitos da nação, na ordem social e neoliberal, o que estará em operação não serão estratégias de investimento, mas a perpetuação das “operações de domingo”.

A seletividade na determinação das medidas direcionadas a certa população, não raramente, fundamenta-se em um cálculo das vidas que valem a pena, daquelas que “ainda têm jeito”. Mas o jogo da seletividade penal é mais complexo que isso: são produzidas estratégias para adequação dos sujeitos e também as explicações para a não mudança do sujeito, não ressocialização, não adequação. Será criada toda uma série de procedimentos para verificar as condições de mudança de um comportamento, a capacidade de compreensão dos efeitos das ações empreendidas por um determinado sujeito com uma determinada idade. Há um tempo que importa no que diz respeito às intervenções programadas e direcionadas à população, neste caso específico, às intervenções relativas à juventude.

Não tomar a juventude como um modelo que deve ser seguido – como podemos ver tantas vezes explicitado em manuais de psicologia que abordam as correntes desenvolvimentistas, a partir dos quais noções de normalidade e saúde são atribuídas a atributos psicológicos dos sujeitos que devem, necessariamente, manifestarem-se em fases etárias determinadas – ou padrão *a priori* implica atentar para outras formas de ser jovem. Isso não requer, queremos enfatizar aqui, patologizar ou criminalizar essa diferença. Pesquisar estando atento a isso é bastante difícil e arriscado, uma vez que o grande desafio deste trabalho foi o de defendê-lo como uma forma de fazer ciência, de produzir conhecimento, e da sua ressonância no espaço da academia em termos de legitimidade e rigor científicos. Não poderíamos separar a juventude que pesquisávamos da sua forma de colocar-se na cidade: não poderíamos separar a juventude do rolê.

O rolê foi a estratégia metodológica assumida para o enfrentamento dentro e fora da academia. Se, por um lado, o rolê da juventude tensiona as convenções sociais arbitrárias que produzem práticas de segregação, marginalização, estigmatização e violência, nossa posição de conflito com as convenções acadêmicas direcionam-se a questionar a neutralidade e universalidade da ciência. Nesse contexto, argumentamos que a possibilidade de existência de certos tipos de sujeito de conhecimento, ordens de verdade, domínios de saber, emerge não de uma simples evolução do campo de conhecimento científico, mas a partir de condições políticas nas quais se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade.

Dentre as exigências feitas pelo rolê, a primeira atrelou-se às interrogações sobre o presente. Esse exercício de interrogação do presente foi o que possibilitou a articulação entre os estudos de Michel Foucault, Walter Benjamin e Giorgio Agamben, visto que se toma o presente não só como época, mas, sobretudo, como lógicas que nos constituem como sujeitos. Esse exercício sobre o presente exigiu a realização de uma aposta epistemológica, ética e política. Essa aposta teve como alvo a produção de mudança, porém, sem a pretensão de

ser revolucionária no grande cenário, mas pequena, pouco certa, mas impulsionadora. Assim, pesquisar constituiu-se pelo mau hábito de dedicarmos-nos à “tarefa inexecutável” de manter “fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2009, p. 62).

A exigência epistemológica deu-se no sentido de que, se o potencial e progresso na produção científica de conhecimento acerca da juventude e sua relação com o crime devem visar à resolução desse problema a partir da produção de informações, no estudo que realizamos, o saber, ao contrário da verdade científica universal, foi transformado em solo móvel e incerto. Há deslocamento, também, da posição hierárquica do pesquisador na produção de conhecimento, uma vez que foram as problemáticas abordadas em nossos estudos que exigiram o método, e não o contrário. Destituiu-se, portanto, a suposta passividade dos elementos a serem capturados pelos procedimentos de pesquisa, pois eles resistem, tensionam e exigem a criação das estratégias metodológicas.

As exigências ética e política impeliram a uma política de pesquisa e de escrita. Nosso posicionamento (política) e a forma de expressá-lo (escrita) coadunam-se com nossa circulação na academia, que não se dissocia da forma como enfrentamos a vida. Dito de outro modo, política e escrita não podem ser descoladas das práticas cotidianas produzidas na cidade, em razão de que nesta não há um elemento sequer que não diga respeito a todos e a cada um, assim como as práticas violentas direcionadas a um determinado grupo dizem respeito a todos, e não somente na medida em que esse grupo oferece perigo, mas também porque a lógica que produz segurança é a mesma que institui a fragilidade da vida.

Diante desse contexto de captura das vidas da juventude rolezeira, o mais desafiador não foi o estabelecimento de estratégias para levantar dados, notícias ou as práticas e intervenções violentas direcionadas a essa população, como indicamos em um ponto anterior neste texto.

As interpelações contundentes que nos eram feitas relacionavam-se à forma como essa população, além de ter sua circulação gerida no que concerne à cidade, denunciava, ao desafiar a incidência da violência em seus corpos, a barbárie autorizada, justificada e legitimada pelo discurso da segurança, da justiça e das estratégias estatísticas de violência, pelas explicações sobre as tendências e riscos aos quais a juventude está exposta.

“Hora de vazar!!!”

Pesquisar implica ter um cuidado constante com o que produzimos, sempre tendo em vista os efeitos de nossas práticas, nossas inquietações que convocam o pensamento a mover-se. Esse cuidado constante, contudo, não quer dizer que não possamos errar. Porém, os erros são tomados menos como fruto de um equívoco e mais como articulados com o processo de errância. Isso não significa, entretanto, que ao produzir a pesquisa o pesquisador seja displicente. Pelo contrário. Sua atenção deve ser uma ferramenta importante, mas sempre guiada pela ética do seu comprometimento teórico, que sustentará, portanto, o delineamento do percurso do método da pesquisa.

Entendemos que o método da pesquisa não deve ser um *a priori*, como classicamente tem sido trabalhado na academia. Nossa proposta aqui é despreziosa, porque não almeja propor um “novo modo de pesquisar”. A ideia que abordamos dirige-se apenas para a peculiaridade e a singularidade do acontecimento de cada pesquisa, dos detalhes do “objeto a ser estudado” e, principalmente, do modo como o “objeto de pesquisa” resiste a deixar-se estudar e como escapa... A juventude vazou!

Referências

AGAMBEN, G. (2009). O que é o dispositivo?. In: _____. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. HONESKO, V. N. (trad.). 1 ed. Chapecó, SC: Argos. ISBN 978-85-7897-005-5. 2009.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: _____. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. RIBEIRO DE SOUSA, C. H. M. (trad.). São Paulo: Cultrix. 1933/1986. p. 195-198.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. ROUANET, S. P. (trad.). 8 ed. São Paulo: Brasiliense. ISBN 978-85-11-15628-7. 1940/2012. p. 241-252.

BHERING, T. N. S. O fenômeno dos “rolezinhos” nos shoppings: um estudo sobre a criminalização da pobreza. *Alethes*, Juiz de Fora, v.1, n.4, p. 203-218. 2014. Disponível em: <http://periodicoalethes.com.br/media/pdf/5/o-fenomeno-dos-rolezinhos-nos-shoppings-um-estudo-sobre-a-criminalizacao-da-pobreza.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, Congresso Nacional. 25 out. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm. Acesso em: 11 ago. 2019.

FAUSTINO, M.; PRADO, F. Em “parceria” da Polícia Civil com shopping, megaoperação prendeu 7. *Campo Grande News*, Campo Grande, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-parceria-da-policia-civil-com-shopping-megaoperacao-prendeu-7>. Acesso em:

FÍGARO, R.; GROHMANN, R. Luta de classes e os ‘rolezinhos’: uma abordagem na perspectiva dos estudos de recepção. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 23., 2014, Belém, Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em: http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT15_RECEPCAO_PROCESSOS_DE_INTERPRETACAO_USO_E_CONSUMO_MIDIATICOS/figarogrohmanngtrecepcaocompos2014_2277.pdf. Acesso em: 11 ago. 2019.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. GALVÃO, M. E. (trad.). 1 ed. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Tópicos). ISBN 85-336-1004-1. 2005.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). BRANDÃO, E. (trad.). 1 ed. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Tópicos). ISBN 978-85-336-2377-4. 2008a.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). BRANDÃO, E. (trad.). 1 ed. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Tópicos). ISBN 978-85-336-2402-3. 2008b.

FOUCAULT, M. *Do governo dos vivos*. BRANDÃO, E. (trad.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. ISBN 978-85-7827-892-2. 2014.

GALEANO, G. B. *Partiu Rolezinho*: Juventude, Cidade, Barbárie. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2017. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1021728-final.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MATE, R. *Meia-noite na história*: comentário às teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2011

MATO GROSSO DO SUL. Habeas Corpus n.º 1400503-70.2016.8.12.0000, de 27 de abril de 2016. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Disponível em: https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TJ-MS/attachments/TJ-MS_HC_14005037020168120000_0cc1e.pdf?Signature=Ibk5qvTievNDIuU5tHxBQS00%2BeA%3D&Expires=1504800307&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=33bc764c9d5888bcf05d7d151b85c3ce. Acesso em: 11 ago. 2019.

PEREIRA, A. B. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. *Revista Pensata*, v. 2, n. 2, p. 8-16. 2014. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/d-Alexandre.pdf.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*, São Paulo, 1, não paginado. 2014. Dossiê. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372/97108>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SANTOS, A. Para promotor, Justiça deve rejeitar denúncia contra abordagem policial. *Campo Grande News*, Campo Grande, 08 fev. 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-promotor-justica-deve-rejeitar-denuncia-contra-abordagem-policial>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SCISLESKI, A. C. C.; HÜNING, S. M. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Ver. Polis e Psique*, v. 6, n. 1, p. 8-25. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61374>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SILVA, R. N. Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 12-19. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

UENO, T. Operação aborda 2 mil pessoas nos altos da Afonso Pena. *Diário da Mídia*, Campo Grande, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://diariodamidia.com.br/noticias/geral/operacao-aborda-2-mil-pessoas-nos-altos-da-afonso-pena-3813>. Acesso em: 11 ago. 2019.

9

Por que escrevemos cartas? Possibilidades entre cuidar, pesquisar e escrever

Bruna Moraes Battistelli

Lílian Rodrigues da Cruz

É doente uma mente que pensa por fragmentos? Que os cola, que compete com a fala e com a escrita, e estas saem sempre derrotadas? Colagem, montagem, encaixe de escritos que aparentemente são desconexos (e podem até ser) na composição de mosaicos; sem margens, fronteiras, barreiras, bordas, molduras. Espaço-tempo que vaza, que ultrapassa, que implode, que mina, que contamina. Indeterminada e inadvertidamente diz não ao não (GUERRA FILHO, 2016, p.59).

Como contar uma pesquisa? Pergunta que nos orienta na construção de uma metodologia que chamamos carta-grafia. Escrita de cartas como meio de aproximação/encontro com os sujeitos que compõem nossa realidade de pesquisa. Escrita de cartas como uma política de texto embasada na preocupação com a produção de práticas de cuidado. Como dar forma a um pesquisar ético? Viver e pesquisar! Cuidar e acolher! Cuidar e pesquisar! Afirmar as cartas como metodologia de pesquisa para a Psicologia Social diz da indissociabilidade entre problema de pesquisa e metodologia. Neste ensaio cartográfico,

propomos o encontro entre sujeitos como Gilles Deleuze, Guimarães Rosa, Vinciane Despret e Walter Benjamin. A partir de uma pequena coleção de cartas, operando a construção do texto como fazemos com nossas pesquisas, apresentaremos nossa proposta metodológica inspirada na cartografia. Cartas que podem ser lidas na ordem em que aparecem no texto ou conforme o desejo e curiosidade da/do leitor/a. Uma aposta na montagem enquanto obra aberta. Assim, aquele que lê faz parte também da construção do texto. Uma proposta que tem como objetivo funcionar como um correio. Um correio de cartas que intentam mostrar como o pensamento das autoras funciona quanto ao tema de como constituir metodologias para a Psicologia Social.

O cuidado com as narrativas que nos vão sendo ofertadas faz com que o ato de narrar precise ser problematizado no próprio ato da narração. A escrita, nesse modo de produzir pesquisa, ganha importância e precisa ser constantemente indagada: escrever PARA transforma-se em escrever COM. Como cada narrativa foi sendo construída? *“Escrevi para você”*... A potência do escrever tomada na radicalidade do encontro, do endereçamento.

Uma metodologia que se alia com a cartografia e, pelo embrenhamento no território, se mistura, se in-munda (GOMES; MEHRY, 2014). O escritor-pesquisador de cartas, assim como o cartógrafo, precisa ser inundado por diversos materiais, e nossas correspondências adensam-se com a contribuição de escritores literários e artistas. A proposta é a composição delicada de narrativas pela produção de cartas; uma máquina que convida ao escrever: carta-grafias de pesquisa. Assumimos o risco: sabemos que a escrita ainda é privilégio de uma pequena parcela da população. Colocamos em questão a escrita como forma legitimada de produção de conhecimento. É possível uma produção escrita próxima da oral? Quem disse que a escrita acadêmica precisa ser pálida, insossa, sem vida? Como escrever com a vida como parceira? Como não apagar o vivido da pesquisa? Em tempos de exceção e situações limite, o pesquisador, como testemunha,

vai construindo pequenas possibilidades de resistência: é preciso acreditar no mundo (DELEUZE, 2013).

Cartas como pequenos objetos que ajudam a compor mundos e a entender como se constituem práticas de cuidado, implicadas na produção de um comum e de um tempo do cuidar. Cartas como um convite a pensarmos metodologias de pesquisa que acolham o outro como pesquisador que também produz conhecimento. Um formato tido como antiquado, quase em extinção, mas que vem ganhando sobrevida em alguns espaços, por sua forma delicada e pessoal. Flusser (2010) afirma que “reconheceremos o que teremos perdido com a folha de papel chamada ‘carta’: uma das últimas aberturas por meio das quais podíamos ter esperança de reconhecer o outro” (p. 169).

Na dissertação da primeira autora, orientada pela segunda, uma caixa-coleção-de-cartas se formou, com todo tipo de material entregue em envelopes, ou seja, em cartas. Uma coleção que contou com missivas de psicólogas, educadores, adolescentes, escritores, como Walter Benjamin, personagens ficcionais, etc. Um último correio que encerrou a troca de correspondências iniciada na pesquisa de campo em um serviço de acolhimento institucional de Porto Alegre. As cartas que escolhemos/escrevemos contam como pensamos as narrativas, as cartas e a pesquisa; juntas, ilustram como pensamos uma escrita fragmentada e cartagráfica.

Carta 1 - Para Vinciane

Tudo bem? Espero que, ao receberes esta carta, tu estejas bem. Preciso conversar urgentemente sobre algumas questões, e me parece ser a pessoa apropriada para esta conversa. Escrevo de forma apressada, pois neste último ano abri muitas frentes de conversa. Tenho trocado cartas com algumas pessoas, umas mais formais que as outras, e às vezes misturo o que escrevo e me misturo ao que escrevo. Tomo a liberdade de te escrever neste tom mais informal. Preciso falar/escrever de duas questões que estão me incomodando/movimentando:

as emoções e o anonimato. Sobre as emoções na pesquisa ou a pesquisa das emoções, preciso elaborar um pouco melhor o que quero. Fico pensando se não tem a ver com o corpo que pesquisa...

Talvez eu tenha que te escrever outra carta, para que entendas o dilema no qual me encontro. Primeiro, vou falar do anonimato, questão mais urgente. Faço uma pesquisa sobre cuidado, crianças e adolescentes, e acolhimento institucional. Inventei de escrever para as pessoas. Escrever cartas durante as observações que realizava. Frequentei o abrigo um pouco mais de três meses, indo, em média, umas três/quatro horas por semana. Uma vez por semana. Durante as observações, com as conversas que tinha, ia escrevendo cartas para as pessoas (adultos, adolescentes e crianças).

Para minha surpresa, algumas pessoas me escreveram de volta. Parar para escrever; achei o máximo terem parado para me escrever. Recebi cartas por *e-mail*, cartas escritas à mão, conversas no banco do abrigo, desenhos, poesias, reflexões, questionamentos. Enfim, uma surpresa. Vou direto ao ponto: o que fazer com a questão do anonimato? Quando faz sentido manter o anonimato? Lendo teu texto “Leitura Etnopsicológica do Segredo”, publicado na *Revista Fractal* (2011), fiquei pensando que tu és a pessoa para tecer esta discussão. Em determinado momento do teu texto, surge: “eis o efeito das práticas sem nome: elas estão sempre correndo o risco de colocar as pessoas em situações em que elas têm pouca chance de serem interessantes, e pouca chance de ficarem interessadas.” (p.20).

Nas duas primeiras vezes que li teu texto, confesso que não me incomodei tanto com essa discussão, mas agora essa questão me pegou de jeito. Será que não temos interesse em manter as pessoas menos interessantes? A quem serve isso? Sinto que é preciso amortecer um pouco aquilo que surge, *amaciar* para levar para o mundo dos acadêmicos. A dureza por vezes assusta. Em outro momento do mesmo texto, tu trazes a questão do profano, dizes que “ignorância e anonimato se constituem em relação com o profano” (p.24), atualizando a assimetria entre o *expert* e o profano. Qual o medo desses

saberes práticos? O povo com o qual tive contato vivia me repetindo que o lema de trabalho era fazer fazendo... Em anexo, te mando uma das cartas que recebi. Acho que tu vais gostar do que me disseram...

Tu discutes esta relação de assimetria que é produzida e bem demarcada e do quanto a psicologia fez uso dela para “proteção”. As primeiras cartas que recebi neste processo de pesquisa diziam do papel da academia e do lugar da pesquisa. Foram feitas analogias importantes. O que fazer com o sentimento de apropriação? O próximo trecho é sensacional, preciso repeti-lo aqui, mesmo correndo o risco de tu ficares entediada com a repetição do que já conhece:

Essa proximidade vivida como ameaçadora, de *expertises*, de profissionais e de amadores, vai induzir uma resposta mais radical por parte dos psicólogos: dirigindo-se àqueles que eles interrogam de maneira a privá-los de toda a possibilidade de apelar a esse repertório de teorias que lhes poderiam ser comum (redefinida em certas circunstâncias como crenças ou representações), eles garantem efetivamente a estrita separação de saberes. Um procedimento pode garantir essa “purificação” ao definir o privilégio dos *expertises*: aquele que consiste em criar a assimetria entre o pesquisador e aquele que será chamado, termo que marca a assimetria, o “sujeito”. (DESPRET, 2011, p.24).

“Como o sujeito poderia tomar a posição em relação à questão já que ele a ignora?” (p.24). Correndo o risco de tu te cansares de mim, preciso continuar te trazendo as questões que em teu texto me provocam. Minha intenção, quando comecei esta pesquisa, da qual te falei brevemente, era colocar em questão essa assimetria, supondo que o sujeito do outro lado é também pesquisador, assim construindo uma cartografia com, e não uma cartografia do. Não sei se faço algum sentido. Gostaria de saber tua opinião e como poderia resolver esta questão. Tenho recorrido aos escritos do professor Émerson para trabalhar com estas situações. Caso tenhas algumas dicas de leitura, aceito de bom grado.

Acabo de achar alguns materiais interessantes teus, falando sobre narrativas, a partir do comentário que fizeste nos trabalhos de dois professores (uma, eu conheço; o outro, só de leitura). Não tive tempo para ler com calma, mas acredito que na próxima carta conseguirei agregar esta questão das narrativas. Vou alongar esta correspondência, mas preciso citar um trecho dos teus comentários que encontrei:

Como saímos desse impasse? Quando Ronald diz que o pesquisador é responsável pela pesquisa a fazer, de alguma forma é como se o pesquisador fosse uma etapa nessa construção, um mediador, um intercessor, um artista, entre uma verdade que está por fazer e todos os materiais que podem compor a verdade da vida das pessoas. Essa verdade não terá necessidade de ser repetida ou refutada, mas composta de outra forma, como nas narrativas trazidas pela Márcia. (DESPRET, 2011, p. 188).

Um abraço,
Bruna

PS: costumo ser relapsa com as referências que faço, usando-as um pouquinho e logo procurando outras. Assim, uma frase me salta aos olhos: como estranhar o familiar? Tu questionas... Um desafio que tive que sustentar ao longo da pesquisa... O que me era familiar foi ficando estranho, diferente, não usual... O abrigo foi se dobrando e desdobrando em múltiplas possibilidades...

Carta 2 - Para a moça das cartas

Ao receber esta, espero que esteja bem. Sigo pensando em cartas e não consigo encontrar interlocutora melhor para esta missiva. Peço desculpas pela erudição. Cartas não são pensadas para publicação, dirá Vilém Flusser (2010), mas eu insisto em publicizar as que escrevo. Ao longo da missiva, prometo explicar melhor. Por ora, sigamos.

Flusser (2010) afirma que “deve haver alguma coisa na escrita e na leitura de cartas que lhes permite sobreviver” (p.161). Mesmo quem nunca escreveu uma carta sabe como elas se parecem e o que precisamos para uma. Uma carta é uma conversa, um convite ao diálogo, uma promessa de encontro. Uma promessa que parte da espera. O tempo das cartas é outro. Enquanto lhe escrevo, você faz outras coisas. Enquanto espero sua escrita, faço eu outras coisas. “Cartas são coisas por que se espera – ou que chegam inesperadamente” (FLUSSER, 2010, p. 161). Para você ter ideia, este autor diz que esperar é uma categoria religiosa, que significa ter esperança. Espera, duração e outro tempo são constitutivos da correspondência. Outra temporalidade, que combina, assim, com meu objeto de pesquisa: cuidado. A correspondência enquanto um exercício de si. Como já lhe disse em outro momento, Michel Foucault (2012) afirma que a escrita de si se constitui como experiência, revelando os movimentos do pensamento, enquanto um exercício que deve ser compreendido como um treino de si por si mesmo. “A carta que se envia age, por meio do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como, pela leitura e releitura, ela age sobre aquele que a recebe” (FOUCAULT, 2012, p. 150). Além de um trabalho de si mesmo pela escrita, constitui-se também como certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros. Escolho as cartas como forma de narrar a pesquisa e modo de intervenção, pois elas tornam o/a escritor/a “presente” para aquele/a a quem ele/a as enviou. Uma corporificação que Foucault (2012) ilustra com um trecho de uma carta de Sêneca: “o traço de uma mão amiga, impresso sobre as páginas, assegura o que há de mais doce na presença: reencontrar” (p.152).

Cartas usuais, daquelas que antigamente se escreviam, não têm estas interrupções que faço e que você deve estranhar. Cara moça das cartas, faço outros usos para nossa correspondência. Mando para você ao mesmo tempo em que a coloco em um livro sobre metodologias para a Psicologia Social. Faço uso da missiva que lhe escrevo para mostrar como as cartas funcionam. Assim, alguns sujeitos interrompem

aquilo que vou escrevendo. Interrompem e irrompem; tento tecer um diálogo. Tomar a presença como um convite à conversa, no encontro, na relação: um ENTRE quem escreve e lê.

Moça das cartas, a você, que escreve cartas tão bonitas, sigo eu com esses que me acompanham. Sigo com a inspiração de uma escrita rizomática, de produzir uma escrita que cante (LINS, 2009). Para pensadores como Gilles Deleuze e Félix Guattari, escrever é sempre a partir de um eu acompanhado de uma multidão, nunca só. Num exercício de inventar mundos possíveis, não históricos e não arborescentes. Mundos possíveis, em que o pensamento consiga libertar a vida, um exercício de encantamento.

Assim, minha cara companheira de escrita, tomo as cartas como essa possibilidade de escrita que transborda além de forma de narrar, mas que ocupa espaço enquanto processo metodológico que se institui sempre no entre, na relação: eu que escrevo e aquele que lerá. Para encantar a vida e inventar mundos possíveis e novas possibilidades de vida, a escrita se constitui como variação contínua, sem princípio ou fim, sempre pelo meio; é pelo encontro, como uma conversa. Escrever-pensar-cuidar como parte de uma cartografia que transgride as normas acadêmicas usuais, abrindo espaço para a escrita informal, acolhendo os erros ortográficos, as pausas, as amenidades e todo o protocolo envolvido na arte de enviar cartas. Uma escrita composta por domínios heterogêneos: literatura, poesia, imagens, pinturas, filosofia, etc. Você mesma já me presenteou com poemas, trechos de músicas e uma série de desenhos e pinturas. Cartas, assim, podem acolher outros modos de expressão. Como você mesma me disse antes: escrever ainda é privilégio em um país tão desigual como o nosso. Em um território em que nem todo mundo lê e escreve, assumir as cartas como uma ferramenta de intervenção na pesquisa é correr riscos de exclusão. No mestrado da primeira autora, quando foi preciso escrever cartas com/para crianças pequenas que não tinham sido alfabetizadas, uma série de pactuações foram feitas. Cartas com desenhos, cartas que eram quebra-cabeças, cartas compostas por letras,

palavras e desenhos. Variavam conforme as demandas dos destinatários. Para aquele que não lê, outro precisa ocupar-se das palavras. Uma série de relações que se compôs em torno de uma carta. Um adulto, outra criança, um adolescente... Um composto heterogêneo e múltiplo pautado pela dialogicidade. Você, me acompanhando até aqui, deve estar se perguntando por que diabos lhe escrevi. Encerro por aqui e prometo que, na próxima carta, esclareço a questão da cartografia e cartografia.

Grande abraço,

B.

Carta 3 - O dia em que o Senhor W. se encontrou com Tecelina

Caro Senhor W.,

Cá estou eu novamente importunando-o. Devem estar chatos meus pedidos de desculpas e enrolações. Escrevo-lhe sobre uma pessoa com quem me encontrei. Em busca de pistas do que seria a tal de literatura/língua menor, encontro Tecelina. Foi na tese de doutorado da professora Betina, muito bem recomendada, por sinal. Deixo passar, de início. Não percebo a importância da referida senhora para nossa correspondência. Só me dei de conta relendo “O narrador”. Por sinal, que texto mais maravilhoso. Tirando o fato de que nunca tinha ouvido falar do Leskov, tudo de ótimo esse texto.

Preciso focar, recaio nas amenidades com muita facilidade. Preciso ser mais concisa, alguns me dizem. Dona Tecelina é daquele tipo narrado no seu texto: artesã profissional, a sujeita tece do avesso. Tecelina vem de uma família de tecedeiras... Mas, como aprendeu com seus pais, tece do avesso. A experiência que passa de pessoa a pessoa e que é a fonte da qual bebem os narradores, o senhor afirma no seu texto. Pois bem, Tecelina parece ser dessa parcela da população. Tece usando pedacinhos que sobravam de outros romances e peças, juntando com pedacinhos que ela achava (SOUZA, 2007). “O narrador retira da sua experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada

pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987b, p.201).

Tenha paciência comigo, pois ainda preciso recorrer a essas citações literais. Tome como prova de respeito à sua obra. Dialogar com quem lemos nos livros não é tarefa fácil. O professor Merhy, sujeito interessante, em uma de suas aulas, disse que com as citações temos dois caminhos: inventar a partir delas ou aderir à ideia que elas carregam. Enfim, voltando ao que gostaria de lhe contar.

Dona Tecelina parece se encaixar no cargo que o senhor colocou como em extinção no texto que citei acima. Vamos aos fatos:

- Dona Tecelina pouco ou quase nunca se preocupa com explicações. Diz que são sem graça e não deixam espaço para tecermos nossas ideias. Falando do seu tempo, o senhor nos diz que sua geração é pobre em fatos surpreendentes. Um parêntese: fico imaginando o que acha do meu tempo, do tempo do Facebook e desses aparatos tecnológicos.

- Conta histórias que deixam o sujeito-leitor livre para interpretar como quiser. O senhor mesmo diz que o ápice da narrativa é a abertura, ter um final que provoque múltiplas continuações e que não necessariamente seja verificável pela experiência.

- Para a tecelagem de Dona Tecelina funcionar, ela precisa de pessoas boas de ouvir. Espécie em extinção no mundo de hoje! Ouvidores precisam ser treinados, já diz um sujeito chamado Rubem Alves, que oferece um curso de Escutatória. Como o senhor diz, é preciso uma comunidade de ouvintes para que a arte de narrar não morra à míngua.

- Dona Tecelina tece, destece e retece. Se ela fosse afeita a livros, eu diria que ela andou lendo os seus. Ou que o senhor leu o da Gláucia sobre a história de Tecelina. “Contar histórias sempre foi a arte de contar e de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (BENJAMIN, 1987a, p.205). Tecer e ouvir histórias fazem par na construção da arte de narrar. A narrativa floresceu no meio artesão, o senhor afirma, constituindo-se, assim, numa forma artesanal de comunicação. É preciosa essa sua frase. Outro parêntese:

vou dizer que, se dona Tecelina não fosse meio que apaixonada por certo chinês, creio que vocês fariam um belo par.

- Dona Tecelina exerce trabalho manual, herdado de sua família. Outro destaque que o senhor pontua quando fala da sobrevivência das narrativas, sua ligação com o manual, com o ritmo de trabalho, com a rede em que se guarda o ato de narrar.

O que foi tecido é presente! ... O que foi tecido é passado! ... Foi então que eu vi o que era tecer em pedacinhos: era voltar e re-tecer, era pular pedaços, era contar os pontos e as palavras, e depois pular de propósito para poder recontar. (SOUZA, p. 21, 2007).

Fico lembrando que talvez outro sujeito com quem o senhor teria um bom encontro seria Deleuze. Se lhe interessar, trato desse senhor em outra carta. Seguimos com Dona Tecelina: imprime-se na narrativa a marca do narrador, o senhor afirma. Tecer e viver são sinônimos na família de Tecelina, não há um sem outro: tecer, retecer, destecer... Recontar – creio que é o que faz das narrativas uma obra artesanal. Glaucia, que foi contando a história de Tecelina de pouco em pouco, em um vai e vem, no final do livro, diz que, com o tempo, quase ninguém mais vai visitar Tecelina, mesmo quando ela faz chá. Duas são as hipóteses de Glaucia: ou as pessoas não gostam de chá, ou não têm tempo de sentar e ouvir histórias repetidas. O que aprendi com o senhor me faz suspeitar da segunda hipótese.

Ouvir é arte que se aprende, assim como tecer e narrar. Tecelina aprendeu a tecer com Tude e Técio, que aprenderam com muita gente... As melhores histórias não são as que podem ser abreviadas; é preciso espaço e tempo para que a narrativa se construa, ganhe força e seja passada adiante, em uma nova versão: “o que foi tecido é presente”, diziam as mulheres antes de Tecelina. “O que foi tecido é passado”, dizia Dona Tude, mãe de Tecelina. Modos de contar um passado em que não é necessário se preocupar com encadeamento

exato dos fatos, apenas com a maneira de sua inserção no fluxo das coisas (BENJAMIN, 1987b).

No texto sobre narrador, o senhor é bastante generoso quanto à relação entre memória e narrativa, mas o que me chama a atenção é o fato de que, no contexto de narrativas, experiência e memória, a potência está na possibilidade de construção de redes, em um encadeamento de histórias, marcadas pela lembrança de fatos difusos, sem o *a priori* de um fim (como no romance). E o que aconteceu depois? – pergunta plenamente justificada... Assim, sigo escrevendo esta dissertação.

Não fique bravo com as brincadeiras e com as citações de seus próprios textos. Estas últimas são sinal de respeito por sua obra.

Abraços,
Bruna

Carta 4 - Para a Senhora Vinciane

Agradeço imensamente pela resposta e pela rapidez com que respondeu minha carta. Uma pessoa como a senhora deve ter muitos compromissos, e encontrar tempo para responder as indagações de uma mestranda que a senhora nem conhece demonstra muita disponibilidade. Realmente, lhe agradeço. Fiquei muito curiosa quanto aos trabalhos da professora Márcia e do Senhor Ronald, mas no Google encontrei apenas seus comentários sobre o trabalho deles. Em outro texto, a professora Márcia, juntamente com outra autora, discute as relações entre as narrativas que construímos e o feminino na ciência. Ele conversa com a discussão sobre as narrativas e sobre como contar histórias é uma das formas de relatar a pesquisa.

Voltando à sua resposta: partir da ideia de que narrativas são criações é importante. Ainda tateio quanto à temática das narrativas, são muitas perspectivas, que fizeram com que eu flertasse com diferentes autores. Em relação ao tema, a senhora me recoloca a pergunta: “Trata-se de perguntar se as narrativas são trabalhos científicos ou

obras artísticas?” (DESPRET, 2011, p.187). E eu penso: cartas que escrevemos são narrativas? As cartas que escrevemos (como esta) podem ser consideradas trabalhos científicos? Não sou bem entendida nas obras do Deleuze, mas me parece que, em alguns trabalhos, ele vai colocar uma questão próxima. Vem-me à mente o livro: *O que é a filosofia?* Não sei se a senhora conhece. Eu conheço e tenho medo. Pouco li, mas o que entendi é que tanto arte quanto ciência e filosofia são criadoras. A filosofia seria a que criaria conceitos. Arte e ciências criariam objetos. As narrativas poderiam operar como conceito? Um dispositivo de produção de mundos?

Uma proposição que li nos seus comentários e que a senhora retoma na sua carta diz respeito ao oferecido com as narrativas que produzimos nas nossas pesquisas. Preciso repetir suas palavras: “não poderemos jamais oferecer uma explicação. O que fazemos não é uma explicação, mas algo que acompanha. São narrativas que não podem explicar, mas que podem acompanhar” (DESPRET, 2011, p. 187). Narrativas que acompanham... O Senhor Walter (1987a) vai dizer que estamos pobres de histórias notáveis, sendo que nenhum evento nos chega sem estar impregnado de explicações. Para esse senhor, as explicações se unem à informação, desprivilegiando o relato. Agora me surge: será que não preciso relatar mais? Um relato além da descrição, privilegiando as narrativas como forma de articulação de inúmeros modos de viver.

Uma ideia interessante, principalmente pensando nas cartas que venho trocando na minha pesquisa. Mais do que explicar como o cuidado acontece, elas passaram a acompanhar... Vidas... Pessoas... Histórias... Uma política de Estado... Encontros... Cuidados... Acompanhar e performar uma ferramenta de cuidado.

“Com quem será preciso compor? O que entrará nesta composição?” (DESPRET, 2011, p.187), a senhora pergunta. Preciso lhe dizer que fico nervosa com essas novas aberturas, mas percebo o quanto elas são necessárias. Tenho conversado com o Senhor Walter, e ele tem me contado coisas interessantes sobre o processo de trabalho dele quanto

ao tema das narrativas, à questão da história e da memória. Ele parece estar um pouco triste com o que vem ocorrendo à sua volta, temo pela vida dele, a situação não anda fácil, e o clima político tem deixado o Senhor Walter mais preocupado do que de costume. Mas não quero incomodá-la com essas preocupações. Alguém escreveu sobre um tipo de escrita (ou seria um tipo de pesquisa?) que coloca vida e obra num mesmo plano de contágio. Refiro-me ao professor Luciano Bedin da Costa (2011), que fala dos biografemas e de como esse tipo de pesquisa “coloca vida e obra num mesmo plano, sabendo que o movimento de uma acabará por movimentar a outra” (p.132). O professor não é o primeiro a utilizar essa estratégia, mas se constitui referência quanto ao tema. Lembrei-me disso agora, pois fico pensando em como vida e obra vêm se confundindo para mim, enquanto leitora e escritora de uma pesquisa. Sujeitos com quem tive contato, com quem conversei, sobre cujas vidas li, ouvi histórias.

“Pesquisadores são como artistas!” Já ouvi isso de outras partes, mas, vindo da senhora, parece algo muito mais vivo. Mesmo que a senhora não tenha explicado muito esta questão. Talvez eu tenha que parar com os pedidos e desejo de explicação. Muito obrigada por frisar o seguinte trecho:

Vejo o artista como alguém que aprende a tornar belo, de certa forma é aquele que faz ver aquilo que todos sempre enxergaram, mas faz ver de outra forma, de maneira que pensamos não ter visto antes. E a verdade é que não vimos. E o pesquisador, finalmente, seria aquele que – assim como o artista aprende a tornar belo – aprende a tornar interessante. (DESPRET, 2011, p. 188).

Não sei como funciona na Bélgica a questão de crianças que, por algum motivo, não podem ficar com suas famílias. Li que, em alguns lugares na Europa, os governos estão utilizando o sistema de famílias acolhedoras. No Brasil, trabalhamos com a ideia de abrigos para crianças e adolescentes que precisam ser retirados de suas famílias. Explico-lhe isso, pois, falando em tornar interessante e belo, o tema

com o qual escolhi trabalhar é bastante controverso. Parece que só há uma possibilidade de fala sobre ele: como lugar ruim, que tolhe a vida alheia. Alguns colegas ficavam extremamente incomodados com o quanto os pesquisadores da Assistência Social falam dos seus temas. Não é belo, nem interessante falar de crianças e adolescentes que são retirados de suas famílias, de corpos pobres e da nossa implicação com estas questões. Assim como não parece nada belo falar dos trabalhadores que escolhem estar neste lugar.

Falando nisso, preciso retomar o que foi tema principal da minha outra carta. A senhora, como já previa, não me trouxe uma resposta. Produzi mais inquietações. O que quero com a discussão sobre o anonimato? O que esta discussão tem a ver com a minha pesquisa? Principalmente, a senhora me fez revisitar seu texto sobre o segredo (DESPRET, 2011). Não se trata de fazer denúncias, a senhora afirma, mas de buscar soluções para a pesquisa e a psicologia. Falando do que produz na sua prática, aponta: “exploro os dispositivos de encontro que distribuem a *expertise* e que criam o interesse” (p.25). E termina seu texto e também a carta com a provocação: “que valor poderia ter um saber se ele não agrega ao mundo e àqueles que o compõem, um pouco mais de interesse?” (p.25).

Em uma das únicas vezes em que surgiu a discussão quanto ao anonimato ou não na pesquisa, um texto me ajudou bastante. Não sei se a senhora conhece a autora, Katja M. Guenther, que, em um artigo de 2009, discute a ética de nomear pessoas, lugares, organizações. A autora complexifica ainda mais essa discussão e me faz pensar o que fazer com o que foi produzido na minha pesquisa. Nomear as crianças e adolescentes é impossível, e creio não ser necessário, mas fico pensando nos trabalhadores.

Ainda pretendo lhe falar das emoções na pesquisa...

Grande abraço,

Bruna

Carta 4 - Literatura Menor **“Línguas selvagens não podem ser domadas, elas podem apenas ser decepadas.”**

Caro senhor carteiro,

Ao receber esta, espero que esteja bem. Tenha paciência, que esta será das confusas... O que me pede movimenta medos e inibições de escrita...

“Nós vamos ter que fazer alguma coisa com a sua língua”, eu escutei a elevação raivosa na sua voz. Minha língua retém-se, empurrando pra fora os tufos de algodão, repelindo as brocas, as longas agulhas finas. “Eu nunca tinha visto nada tão forte ou tão resistente”, ele diz. E eu penso, como você doma uma língua selvagem, adestra-a para ficar quieta, como você a refreia e põe sela? Como você faz ela se submeter? “Quem disse que privar um povo de sua língua é menos violento do que guerrear?” (PINTO; SANTOS; VERAS, 2009, p.305).

Não creio que estamos lendo os mesmos livros! É muita coincidência. Uma mulher instigante é a Svetlana Aleksiévitich. Uma autora-ouvido, como se autodenomina. Fiz uma série de anotações sobre os dois livros que li. “Como construir perspectivas alternativas sobre a produção de conhecimento sobre a ‘história do mundo’? Haverá só uma história ou o mundo está repleto de relatos, frequentemente contraditórios entre si?” (MENESES, 2008, p.1). Svetlana é uma dessas pessoas preocupadas com construir perspectivas outras sobre o mundo. Tanto ao longo de *Vozes de Tchernóbil* quanto em *A guerra não tem rosto de mulher*, são outras histórias que preocupam a autora. O preço: não ter seu livro publicado, ser perseguida por querer “destruir” a história da Segunda Guerra Mundial e o triunfo soviético. Mulheres não podiam ter sua versão contada. O silenciamento foi companheiro de milhares de mulheres por anos. Quando entrevistadas, os maridos e companheiros avisavam que elas não poderiam falar. Aquela não era a história da guerra. Assim início esta nossa carta,

divagando um pouco sobre esse texto que encontrei sobre domar a língua selvagem e a leitura que estamos realizando. Há histórias que não ganham espaço nos livros.

Nessa história de cartas, pesquisa, escrita e cuidado, outras formas de pensar a biografia se fazem necessárias. Uma invenção de procedimentos, uma caixa de ferramentas que vai se constituindo com o que pode fazer passar os afetos e dar corpo aos encontros. Assim vou associando: cartografia, narrativas, cartas, biografemas... Na outra carta que lhe enviei, contei que as crianças construíram uma oficina de fabricação de cartas. Outras ferramentas ganham força, escutar é uma delas. Aprender a escutar com outro repertório que não aquele com o qual iniciei este processo.

O senhor já deve estar cansado de me ouvir falar sobre o processo de pesquisa. Como me pediu, compartilho um pouco sobre o que seria uma literatura menor. Conforme lhe contei, tenho me arriscado por terras desconhecidas e fico um pouco insegura explorando alguns conceitos. No livro *A guerra não tem rosto de mulher*, a autora traz depoimentos que expressam um pouco do que estamos conversando:

[...] Servi como oficial do correio militar. Vi com meus olhos como as pessoas choravam e beijavam o envelope ao receber uma carta na linha de frente. Muitos tinham parentes que morreram ou que moravam em territórios ocupados pelo inimigo. Esses não podiam escrever. Então escrevíamos cartas da Desconhecida: ‘ Querido soldado, quem está lhe escrevendo é uma Moça Desconhecida. Como está combatendo o inimigo? Quando você volta com a Vitória? ‘. Passávamos noites escrevendo... Na guerra, escrevi centenas de cartas como essa...
Maria Alekséievna Remniova, segundo-subtenente, funcionária do correio. (ALEKSIÉVITCH, 2016b, p.218).

Escrevendo-lhe, fico pensando em como a leitura dos livros de Svetlana foram importantes durante o processo de escrita do projeto de dissertação e na inserção no abrigo como pesquisadora. Uma atenção

polifônica foi sendo construída... Com Deleuze e Guattari (2015), tenho me questionado: posso tomar as cartas trocadas no abrigo como produção de uma literatura menor? Um medo me toma em me aventurar com esses autores. Eles me parecem distantes. Tire-me o tapete. Parece que não os entendo, ou que me aproprio da forma que preciso, e não como eles explicaram. Os dois afirmam que “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (p.35). Depois, citam três características: a língua precisa ser afetada de um importante coeficiente de desterritorialização. Tudo nela é político. E tudo tem que tomar um valor coletivo. O gênero epistolar, por vezes, pode ser tomado como menor (de menor tamanho), assim como a literatura infantil, com a qual a professora Betina trabalhou em sua tese. Mas, para os dois autores citados, o menor é dimensionado não como denotando algo inferior, mas como potência e possibilidade de resistência (HILLESHEIM, 2006).

Sinto a necessidade de retroceder, precisamos conversar um pouco sobre cartas. Tenho lido um novo autor, que escreve sobre escrita. Um filósofo que veio para o Brasil com as confusões (se dá para assim chamar) da Segunda Guerra Mundial. Vilém Flusser é o nome dele. Interessante que, no texto sobre cartas, ele fala prioritariamente sobre a solenidade das cartas e a questão do mistério. Tenho que lhe dizer que ler esse texto me remeteu a alguns pontos da minha própria entrega de cartas e à última remessa que estou organizando. Cartas que, além do destinatário, serão lidas pela banca que fará a avaliação da minha dissertação. Confuso, não?

Faz tempo que venho tentando escrever sobre como as entregas de cartas foram interessantes. E agora, com o texto do Senhor Flusser, essa questão me é mais próxima. Fiz com as cartas aquilo que me parece um contrassenso: tornei-as públicas. Violei o código milenar do gênero epistolar. Rompi com uma parte do mistério. Produzi fendas na caverna do mistério (FLUSSER, 2010). Na sua última correspondência, o senhor me pergunta por que não brinquei com

a ideia do carteiro, por que não radicalizei com a experiência. Assim, preciso lhe dizer duas coisas: uma, que sou tímida, e essa história mais teatral não é muito comigo; outra, que o correio é muito caro, assim, procedi com as entregas o máximo possível. Com as mais de 200 cartas escritas, parti para uma coleta de amostras, com o mundo como um mostruário, pensando em Deleuze (2011). O interesse em singularidades, partes notáveis e não totalizáveis. A experiência que sempre escapa... Tornar a língua convulsiva, gaguejar, é demais para sua cabeça, o senhor me diz. Fico feliz que não seja só comigo que essas coisas acontecem. Assim, arrisco pensar a escrita de cartas como enunciação coletiva de um povo menor que encontra expressão no escrito e por meio dele. Aonde isso vai chegar, já não sei...

Mudando e não mudando de assunto, o senhor me pergunta sobre contar histórias e construir narrativas, sobre como as pessoas fazem uso da língua para colocar em palavras suas experiências. Lembro-me de outro trecho do livro de Svetlana, em que a autora afirma: “as pessoas me recebem e narram de formas diferentes. Umas começam a contar imediatamente, já pelo telefone. [...] Outras postergam o encontro e a conversa por muito tempo.” (Aleksiévitch, 2016a, p. 144). Uma enfermeira-instrutora (no mesmo livro) afirma que é preciso um poeta para contar aquilo para o qual ela não consegue encontrar as palavras, um poeta que nem o Dante.

Tenho conversado com um senhor que, por um tempo, se preocupou com a questão da experiência, da narrativa e do narrador: o Senhor Walter Benjamin. A Andréia Meinerz, em 2008, escreveu que a crítica deste se referia a um processo de estreitamento da experiência na modernidade. Estaria em voga uma experiência diminuída, que não mais se pauta no coletivo, na comunidade, na sociedade como um todo. Ela aponta que

A experiência se torna ínfima nas sociedades modernas, onde as pessoas vivem cada uma do seu jeito, atomizadas em seus pequenos mundos, enquadradas nos espaços funcionais da arquitetura

ra contemporânea, ao mesmo tempo em que estão virtualmente conectadas com o mundo via internet (MEINERZ, 2008, p.15).

No ensaio “O narrador”, em 1936, o Senhor W. aponta a decadência da arte de narrar, afirmando ser uma expressão da pobreza da experiência. O autor afirma que a antiga arte de narração vai sendo gradualmente substituída por outras formas de literatura, como o romance e a informação jornalística. Quanto a essa questão da experiência, o Senhor W. se pergunta: “que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que possam ser transmitidas de geração em geração?” (Benjamin, 1936, p.114).

É incrível como o livro da Svetlana trata desse silêncio, daquilo que é impossível ser dito sobre algo tão cruel como a guerra, a violência, a fome. O que é possível narrar? O Senhor W. afirmou que os combatentes voltavam mais pobres em experiências comunicáveis, pois se tratava de experiências desmoralizadoras. Um italiano, com quem é quase impossível dialogar neste momento, diz que não é só a grande catástrofe que provoca esse silenciamento, mas também o cotidiano (AGAMBEN, 2005). O Senhor W. relatou que os remanescentes da Primeira Guerra Mundial se viram abandonados em uma paisagem diferente de tudo. Fico imaginando sobre o que ele escreveria se tivesse sobrevivido à Segunda Guerra Mundial. Lembro-me de Primo Levi, que não se considerava escritor, mas que foi pegando hábito de escritor. O que diria o Senhor W. se ele tivesse tido contato com materiais como os relatos que Svetlana faz emergir em seu livro?

Deleuze (um daqueles franceses de quem lhe falei) escreve que a “saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta” (2011, p.14). É função fabuladora inventar um povo. O autor aponta a constituição de um povo menor, eternamente menor, tomado em um devir-revolucionário.

Fim último da literatura: pôr em evidência no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida. Escrever por este povo que falta... (“por” significa “em intenção de” e não “em lugar de”). (DELEUZE, 2011, p.16).

Penso se há como fazer conversar as ideias que o Senhor W. aponta em seus trabalhos sobre experiência e narrativas com o conceito de literatura menor. O narrador de Walter parece um sujeito que faria um uso menor da língua maior, a partir dessa experiência que pode ser passada de geração em geração. Mas eu posso estar para lá de equivocada. Não sei o que o senhor pensa sobre isso. Fico pensando no processo de escuta, escrita e visibilidade que a Svetlana produziu no livro sobre as mulheres que combateram na Segunda Guerra. Seria uma literatura menor, penso eu. O que o senhor pensa? “Uma literatura menor não segue uma linha reta que vai do conteúdo à expressão – mas começa por enunciar – a palavra não é a da ordem de algo que se vê, mas que se inventa, que antecipa a matéria.” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p.28).

E assim, tendo a criar coragem para afirmar as cartas produzidas na pesquisa que tenho feito como uma literatura menor, um agenciamento coletivo, com potencial desterritorializador importante. Requisitos postos por Deleuze e Guattari, no livro *Kafka por uma literatura menor*. O menor já não qualificando mais certas literaturas, “mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida).” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, p.39). Flerto com um conceito nebuloso para mim. Talvez, ao longo das cartas, com a junção das histórias e escritas que foram se compondo a partir de um pedido de pesquisa, seja possível perceber a força do que se produziu... Um exercício menor da escrita acadêmica; escrita aproximando-se da oralidade em cartas, e não mais capítulos... Nem domar, nem decepar, e sim abrir brechas para a passagem da potência da língua selvagem de trabalhadores, crianças, adolescentes que constroem conhecimento quanto ao cuidado em

serviços de abrigo. Em tempos de ocupações e resistência, aproximar a academia das vidas que se constituem a partir de um dispositivo da Política de Assistência Social. Escrevo com figuras que costumam ser objetos de pesquisa, medidos, explicados e avaliados.

Fico tímida, tentando me aproximar de temas como esse. Creio que precisaremos conversar melhor sobre essa questão. Fico à disposição para realizar maiores pesquisas, pois, se o senhor ficar tão confuso quanto eu estou, precisaremos de outras parcerias de conversa. Como podemos ir abandonando o apego aos conceitos e definições e ir construindo possibilidades com a escrita...

Abraços,
Bruna

Carta 5- Como finalizar uma coleção de cartas?

Querida moça das cartas,

Devo-te alguns esclarecimentos desde a última correspondência, principalmente com tua paciência em me “ouvir” (ler). Estou em dívida e assumo a responsabilidade. Minha última carta foi de certa erudição, com uso excessivo de autores e citações. Sei que não tens apreço por isso. Sigo insistindo nestas cartas com autores e citações e compartilhando-as com outras pessoas. E tu, pacientemente, segues me perguntando como faço, como as pessoas reagem, queres saber as histórias e que cartas estou juntando (e, volta e meia, aumentas a minha coleção pessoal de cartas). A última que enviaste me fez bastante contente. Teu tempo é o da experiência, e isso me faz lembrar do Senhor Jorge Larrosa (2015), de quem copio o trecho a seguir, que gostaria de compartilhar contigo.

A experiência requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar,

olhar mais devagar, escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (p.24).

Penso as cartas como pequenos objetos que ajudam a compor mundos e a entender como se constituem práticas de cuidado. Cartas implicadas na produção de um comum e de um tempo do cuidar. Cartas como um convite a pensarmos metodologias de pesquisa que acolham o outro como pesquisador que também produz conhecimento. Um formato tido como antiquado, quase em extinção, mas que vem ganhando sobrevida em alguns espaços, por sua forma delicada e pessoal. Flusser (2010) afirma que “reconheceremos o que teremos perdido com a folha de papel chamada ‘carta’: uma das últimas aberturas por meio das quais podíamos ter esperança de reconhecer o outro.” (p. 169).

Para pensar em cartas como ferramentas de intervenção que compõem uma cartografia para se transformarem em cartografia, preciso cuidar do tempo, da dimensão da memória, da duração. Tenho tido conversas aproximativas com Henri Bergson, para quem o tempo e a memória surgem como preocupação. Uma aproximação ainda incipiente, mas que me faz pensar na escrita epistolar como política de escrita do/pelo cuidado.

No mestrado, cartografar práticas de cuidado em um serviço de acolhimento institucional só foi possível quando carreguei comigo as cartas; envelopes coloridos que contavam minhas experiências de trabalho em um abrigo, minhas expectativas de pesquisa, questões que eu ia me fazendo e que desejava compartilhar com aquelas/es que estavam no campo que escolhi pesquisar. Nas cartas que escrevi, solicitei que elas/es pudessem também contar suas experiências e memórias de cuidado, que questionassem a pesquisa e minhas expectativas.

Sempre um convite, um desejo de encontro com o outro, correndo o risco de tu revirares os olhos; lembro-me de mais um trecho do texto do Jorge Larrosa, em que ele fala do sujeito da experiência. Não há como pensar em cartas sem pensar nesse sujeito, que não é mais objeto de pesquisa, mas ocupa também lugar de cartógrafo: escrevendo, indagando, propondo...

[...] o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. [...] é um ponto de chegada, um lugar a que chegam as coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar. (LARROSA, 2015, p. 24).

Tu me perguntaste o que compõe uma cartografia. Confesso que iniciei um esboço de resposta. Agora, finalizando esta pequena coleção-de-cartas-capítulo-de-livro, te respondo mais livremente. Para uma cartografia, precisamos de uma língua que dê vazão aos afetos, como Sueli (2011) apropriadamente nos ensina; precisamos de um desapego de certas normas cultas/acadêmicas; um apreço pela estética da delicadeza, que tão bem nos explica Gusmão (2009); um cuidado com as relações; precisamos apostar nas práticas de pesquisa como práticas de cuidado; investir em uma política de escrita epistolar de fato (e não em arremedos de carta que, na verdade, são capítulos formais); tratar com apreço as cartas e não usá-las selvagememente; cuidar em não interpretar as cartas recebidas ou encontradas. Enfim, para uma cartografia, a/o pesquisadora deve entender como se constitui uma cartografia, inicialmente, e como colocar em jogo (quase como em uma brincadeira de criança) uma escrita preocupada com o diálogo. Tenho tido encontros (professora Gislei Lazzarotto e a autora Carla Cristina Garcia) que têm me feito pensar em receitas e em contação de histórias – e em como essas são práticas femininas e potentes de

invenção de mundos. Práticas subjugadas por uma determinada produção de conhecimento legitimada como hegemônica. Esses encontros têm me feito pensar nas cartas e nas histórias que são possíveis com envelopes e papéis. Em tempos da supremacia da informação e de uma escrita acadêmica mensurada em *qualis*, sigo pesquisando as cartas e com cartas, em busca de uma gramática própria para a pesquisa acadêmica. Uma gramática que está intimamente ligada à metodologia.

Não sei bem como terminar esta última carta, que finalizará uma coleção-capítulo-de-livro que tem como objetivo contar minha experiência com cartas e pesquisa. Para finalizar, segue um pequeno recorte que fiz de um texto de Gilles Deleuze e que “justifica” a escolha de fragmentar o capítulo de livros que compus juntamente com minha orientadora, com cartas: “os fragmentos são grãos, ‘granulações’. Selecionar os casos singulares e as cenas menores é mais importante que qualquer consideração de conjunto”. (2011, p.78).

Termino por aqui, com votos de que logo tu voltes a me escrever. Sinto falta de teus envelopes coloridos e cartas apressadas.

Abraço,
Bruna

Referências

AGAMBEN, G. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

ALEKSIÉVITCH, S. *Vozes de Tchernóbil*. São Paulo: Companhia das Letras. 2016a.

ALEKSIÉVITCH, S. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras. 2016b.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas II - Rua de Mão Única*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987a.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas - Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987b.

COSTA, L. B. da. *Estratégias Biográficas: o biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche, Henry Miller*. Porto Alegre: Sulina. 2011.

DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34. 2011.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo, SP: Editora 34. 2013.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. 2015.

DESPRET, V. Vinciane Despret comenta as apresentações de Márcia Moraes e Ronald Arendt. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v.6, n. 2, p. 187-188, 2011. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/viewFile/516/480. Acesso em: 11.ago.2019.

DESPRET, V. Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v.23, n.1, p. 5-28, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100002. Acesso em: 11.ago.2019.

FLUSSER, V. *A escrita - Há futuro para a escrita?* São Paulo: Annablume. 2010.

FOUCAULT, M. A Escrita de Si. In: MOTTA, M. B. (org.). *Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012. p. 141-157.

GOMES, M. P. C.; MERHY, E. E. *Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental*. Porto Alegre: Rede UNIDA. 2014.

GUERRA FILHO, R. R. *FLORianópolisNOSãojosédosCAMPOS*. Na mala, autobiografemas: sonoro, imagético e verbal. 2016. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GUENTHER, K. M. The politics of names: rethinking the methodological and ethical significance of naming people, organizations, and place. *Qualitative Research*, v. 9, 411. 2009.

GUSMÃO, D. S. *Narrativa, Testemunho e Delicadeza: a Casa de Memória e Cultura do Córrego dos Januários*. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

LINS, D. A escrita rizomática. *Revista Polichinello*, s/n, s/p. 2009.

PINTO, J. P.; SANTOS, K. C. Dos; VERAS, V. Como domar uma língua selvagem– ANZALDUÁ, G. (trad.). *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, v.39, p.297-309. 2009.

MENESES, M. P. *Outras vozes existem, outras histórias são possíveis*. Diálogos sobre Diálogos. Niterói: Grupalfa, UFF. 2008.

MEINERZ, A. *Concepção de experiência em Walter Benjamin*. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

LARROSA, J. B. *Tremores*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora. 2015.

SOUZA, G. *Tecelina*. Porto Alegre: Editora Projecto. 2007.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina. 2011.

Sobre as(os) autoras(es)

Alana Albuquerque

Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre e doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Andrea Cristina Coelho Scisleski

Psicóloga pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

Anete Regina Cunha

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Especialista em Análise Institucional (UFRGS), Especialista em Psicologia Clínica (ULBRA), servidora pública da Secretaria de Desenvolvimento Social/Gerente da Proteção Social Especial de Alta Complexidade (SUAS) na Prefeitura de Novo Hamburgo/RS.

Bruna Moraes Battistelli

Psicóloga (UFRGS), especialista em Instituições em Análise pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra em Psicologia Social e Institucional pelo PPG Psicologia Social e Institucional (UFRGS) e doutoranda do PPG Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

Carlos Baum (*in memoriam*)

Psicólogo. Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, atuava principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, políticas cognitivas, enação e vídeo games.

Carolina dos Reis

Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação.

Cleci Maraschin

Psicóloga, Docente colaboradora nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutora pela University of Wisconsin (Madison, EUA).

Daniel Rodrigues Fernandes

Psicólogo, mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Erica Franceschini

Psicóloga graduada pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do grupo de pesquisa Corpo, Arte e Clínica do PPGPSI/UFRGS.

Fernanda Spanier Amador

Psicóloga, Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora Adjunta do Instituto de Psicologia - Departamento de Psicologia Social e Institucional - Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), coordenadora do n-pista(s) - Núcleo de Pesquisas Instituições, Subjetivação e Trabalho em Análise(s).

Giovana Barbieri Galeano

Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Núcleo E-politics - Núcleo em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação. Mestre e Bacharel em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

Jéssica Prudente

Psicóloga, Especialista em Clínica Psicanalítica, Mestre em Psicologia Social e Institucional e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Lílian Rodrigues da Cruz

Psicóloga, Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Doutora em Psicologia (PUCRS). Coordena o Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividades (GEPS).

Luis Artur Costa

Docente e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Colaborador no NUCOGS, Intervires, CRDH-Nupsex e no grupo Corpo, Arte e Clínica.

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Psicóloga, Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora na área de Psicologia e Políticas Públicas. Coordenadora do núcleo de estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (Núcleo E-politics). Doutora em Educação pela University of Wisconsin (Madison, EUA). Pesquisadora Produtividade Nível 1 CNPq.

Oriana Holsbach Hadler

Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Mestre em Psicologia Social (PUCRS) e pós-graduada na Goldsmiths College em Londres. Psicodramatista pelo IDH-RS. Colaboradora do grupo 'Justiça Criminal Internacional e Comparativa (Comparative and International Criminal Justice)', da Universidade de Westminster. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-politics).

Pedro Augusto Papini

Psicólogo; doutorando do programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Simone Hüning

Docente-pesquisadora do Programa de de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Processos culturais, políticas e modos de subjetivação”. Bolsista PQ2 CNPq.

Tania Mara Galli Fonseca (*in memoriam*)

Psicóloga, doutora em Educação, professora titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, pesquisadora do CNPQ, membro do Conselho Editorial de diversas Revistas Científicas da área de Psicologia autora de livros e artigos e organizadora de coletâneas. Líder do Diretório de Pesquisa Corpo, Arte e Clínica/ CNPQ.

Wanderson Vilton Nunes da Silva

Psicólogo Social. Doutorado em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Atua no campo das urbanidades e da atenção psicossocial nos Serviços Residenciais Terapêuticos de Alagoas.